

RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

TEMAS DE
ANGLICANISMO

Volume 1

Temas de Anglicanismo – 1

Costa, Rafael Vilaça Epifani

Temas de Anglicanismo 1 -- Recife, PE: Laud; Kindle Direct Publishing, 2025.

ISBN-13: 979-8284608500

ASIN: B0F7KG4G5T

1. Igreja Episcopal 2. Igreja Anglicana.

3. História da Igreja I. Título.

CDU

“Por onde vou pelo país, eu vejo entre o clero um grande número de homens amigáveis e estimáveis, muitos deles vivendo com simplicidade e desejando fazer o melhor. Mas eu tenho observado uma falha universal em seu ensino: a supressão uniforme de uma grande verdade. Não é dada nenhuma consideração, em qualquer parte, tanto quanto eu possa perceber, à única Igreja Santa e Católica... Nós não ouvimos agora nenhum murmúrio sobre a Igreja; mas os que viverem para viver isso, não ouvirão sobre outra coisa.”

Thomas Sikes (1767 – 1834)

Temas de Anglicanismo – 1

SUMÁRIO

A presentação	7
I ntrodução	9
A nglicanos no Brasil Holandês	11
Uma revisão da historiografia tradicional	
D a sede vacante à Diocese vazia	27
O projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife e o início da crise no Anglicanismo brasileiro	
O caso Salomão Ferraz	51
Pastor presbiteriano, sacerdote anglicano e bispo católico	
A Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana	75
Das suas origens ao Ecumenismo prático	
O problema dos Ordinariatos Pessoais para anglicanos	99
Avanços e retrocessos nas relações ecumênicas entre as Igrejas anglicanas e católica romana	
A s primeiras bispas anglicanas do Brasil	111
Questões antigas e atuais da Ordenação Feminina	
O Livro de Oração Comum de 2015	135
A Inclusividade Litúrgica na teoria e na prática	
O hiperícone da Paróquia Cristo Rei na Cidade de Deus	155
Uma expressão original da iconografia anglicana no século XXI	
Nota sobre os Estudos com Observação Participante	
O primeiro Concílio online da Comunhão Anglicana	177
A Diocese Anglicana do Recife e a IEAB durante o Covid-19	
A Paróquia da Ascensão do Recife	189
As origens e o crescimento de uma comunidade anglo-católica	

Temas de Anglicanismo – 1

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de uma coletânea de estudos sobre o Anglicanismo no Brasil, que desenvolvi ao longo das minhas pesquisas do Doutorado na Universidade Católica de Pernambuco, e que pude, concluir, graças a estudos posteriores. Busco apresentar três grandes eixos: histórico, teológico e litúrgico.

A história do Anglicanismo no Brasil é mais rica e complexa do que a historiografia tradicional costuma apresentar. Uma das descobertas mais intrigantes que já fiz durante minhas leituras foram os indícios de que já havia uma forte presença inglesa e o desenvolvimento de uma fé anglicana, em pleno Brasil Holandês do século XVII. Essa revisão historiográfica questiona a visão de que o Anglicanismo teria chegado ao país apenas com os imigrantes britânicos no século XIX, apontando para raízes mais profundas e indiretas da influência anglófona em solo brasileiro.

Da mesma forma, a construção da Diocese Anglicana do Recife representou um marco importante no Anglicanismo nacional, mas também foi o início de um dos períodos mais críticos na história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – a Província da Comunhão Anglicana em nosso país. A disputa entre as lideranças locais evidenciou a fragilidade teológica e eclesial, especialmente sobre temas como sexualidade, autoridade episcopal e interpretação bíblica, e segue tendo impactos significativos até hoje.

Como parte de minhas pesquisas e trabalho teológico, também busco apresentar outras faces desconhecidas do Anglicanismo brasileiro. Um dos personagens mais emblemáticos para mim é Salomão Ferraz, cuja trajetória singular no Cristianismo – ordenado pastor presbiteriano, militou por muitos anos nas fileiras anglicanas, até ser ordenado bispo e ingressar no catolicismo romano. Sua vida é símbolo das tensões religiosas de sua época, antecipando em muitos aspectos os debates que o ecumenismo vivenciaria no país.

Nesse contexto, também apresento o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC), criada para aprofundar o diálogo entre a IEAB e a Igreja Católica no Brasil. Inspirada nos acordos internacionais da ARCIC, essa comissão tem promovido iniciativas litúrgicas, teológicas e sociais conjuntas.

Outro tema que está sempre presente nos debates anglicanos é a ordenação de mulheres ao sacerdócio, e de modo especial, ao episcopado. A história das primeiras bispas anglicanas no Brasil representa uma mudança de paradigma no Anglicanismo nacional, mas também na conjuntura atual de uma Comunhão Anglicana ainda dividida sobre a questão da ordenação feminina, a qual, tem implicações teológicas, pastorais e litúrgicas.

A Liturgia Anglicana também tem sido central na identidade da IEAB nos últimos anos. O novo Livro de Oração Comum (de 2015) foi um marco na busca por uma liturgia que fosse ao mesmo tempo fiel à tradição e sensível às demandas contemporâneas. Ele incorpora linguagem inclusiva, opções ecumênicas e abertura à diversidade de expressões espirituais. No campo do uso da arte nos espaços sagrados, temos o exemplo do “hiperícone” da Paróquia Cristo Rei, na Cidade de Deus (Rio de Janeiro), que se tornou um objeto de estudo nesta obra, apontando características de um estilo que propõe uma iconografia anglicana brasileira, ao mesmo tempo tradicional, contextual e urbana.

Durante a Pandemia da Covid-19, o mundo enfrentou o desafio de manter a vida comunitária em um contexto de isolamento. Neste tempo, a Diocese Anglicana do Recife realizou o primeiro Concílio online da Comunhão Anglicana, através do uso de plataformas digitais para cultos, reuniões e formações, abrindo um precedente para outras formas de partilhas, planejamentos e também de devoções. O momento trouxe à tona desigualdades e a necessidade de uma pastoral mais sólida, fazendo a Igreja crescer, mesmo em tempos de crise.

E, para fechar esta coletânea, trago a história do local que foi a minha escola pastoral e litúrgica, a Paróquia Anglicana da Ascensão, em Recife. Trata-se de uma comunidade que foi construída do zero, a partir de uma forte identidade anglo-católica, enraizada na periferia da capital pernambucana. Mesclando a solenidade da liturgia católica, devoções populares e uma raiz missionária, creio que conseguimos mostrar (e também ensinar) como podemos cultivar a unidade na diversidade, mas, sobretudo, reconstruir a Igreja de Cristo a partir do próprio povo, suas linguagens, vivendo o jeito de ser anglicano para viver a comunidade. Espero que esse mergulho em diferentes temas do Anglicanismo faça você crescer ainda mais no conhecimento e na fé cristã.

INTRODUÇÃO

O Anglicanismo é uma tradição cristã oriunda da Inglaterra, que surgiu no contexto da Reforma Protestante, no século XVI, com a separação da Igreja da Inglaterra (*Church of England*) da Igreja Católica pelo rei Henrique VIII, e sua posterior estruturação pela sua filha, a rainha Elizabeth I.

Antes falarmos sobre o processo de formação do Anglicanismo no Brasil, e de sua principal denominação no país, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é preciso situar o leitor e aqueles que estão ingressando no universo desta rica tradição cristã. A implantação das Igrejas Anglicanas e Episcopais na América Latina ocorreu de diferentes formas. Primeiro, é preciso que consideremos que não existe apenas *uma* Igreja Anglicana, como é o caso da Igreja Católica Romana. A palavra *Episcopal* é sinônimo de *Anglicano*. A diferença é que Igrejas intituladas *Anglicanas* foram implantadas mediante o processo de colonização pela Coroa Britânica em suas respectivas colônias, através do sistema de capelanias. Já as Igrejas intituladas *Episcopais*, foram fruto da missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a partir do final do século XIX e início do século XX.

Em segundo lugar, devemos lembrar que, do ponto de vista missionário, já existiam diferentes perspectivas de trabalhos a serem desenvolvidos em países latino-americanos já cristianizados séculos antes pelo Catolicismo romano. As regiões em questão possuíam características culturais, políticas e sociais totalmente diferentes. No mundo de língua hispânica, o Anglicanismo chegou por duas frentes, uma inglesa e outra norte-americana.

No Brasil, o cenário foi diferente, uma vez que, o fato da missão episcopal ter se estabelecido em um país lusófono, repercutiu de uma maneira peculiar na maneira como o Anglicanismo se consolidou nesta região da América Latina. Por conta das condições financeiras e processos históricos e políticos, algumas Igrejas se tornaram autônomas, como a IEAB. Porém, até hoje, outras dioceses ainda estão sob a jurisdição da Igreja da Inglaterra ou da Igreja Episcopal dos EUA.

No final do século XIX e início do século XX, a missão foi um tema que causou divisão entre as próprias agências missionárias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, porque os Anglo-Católicos

entendiam que não era necessário realizar missão em locais já atendidos pela Igreja Católica Romana, enquanto os grupos Anglo-Evangélicos entendiam que deveriam levar o Evangelho como um elemento civilizatório e progressista às regiões colonizadas. Assim, as missões dentro dos Estados Unidos, eram todas realizadas por agências Anglo-Católicas, enquanto que, as missões organizadas em países estrangeiros eram coordenadas por agências missionárias Anglo-Evangélicas, estas, por sua vez, alinhadas com a Doutrina do Destino Manifesto. Do ponto de vista destas agências missionárias, em 1910 aconteceu o Congresso do Panamá que discutiu o tema da missão na América Latina, o qual iria definir o perfil das missões nesta região entre as Igrejas de orientação protestante.

Na América Latina, o Anglicanismo se estabeleceu ora através das capelanias inglesas, ora através das missões episcopais norteamericanas. Em outros lugares não foi a atividade missionária, mas os processos históricos que deram origem às Igrejas, que por sua vez acabaram por aderir à doutrina, à disciplina e aos padrões de culto do Anglicanismo. A Igreja Anglicana do México é um desses exemplos, pois, não se formou através de uma capelania inglesa ou uma missão episcopal, mas devido às reformas religiosas que ocorreram naquele país em 1857, estabelecendo a liberdade religiosa e o Estado Laico, com a separação da Igreja Católica Romana do governo mexicano. Em 1º de janeiro de 1995, a Igreja mexicana tornou-se uma província da Comunhão Anglicana, também sendo eleito o seu primeiro Primaz.

Em 1997, após a autonomia da Igreja Anglicana do México, foi criada uma nova Província no Caribe, a partir da união de cinco dioceses que hoje formam a Igreja Anglicana da Região Central da América (IARCA), sendo por países como Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá. Também existem igrejas, estabelecidas mediante a colonização inglesa, como a Igreja na Província das Índias Ocidentais, que se tornou uma província autônoma em 1883. Esta é composta por duas dioceses continentais e seis dioceses insulares, incluindo Barbados, Belize, Guiana, Jamaica, Bahamas, o Nordeste do Caribe e Aruba, Trindade e Tobago e as Ilhas de Barlavento.

Já na América do Sul, as sociedades missionárias inglesas fundaram capelanias, que por sua vez originaram as primeiras dioceses. Em 1981, foi organizada a Província do Cone Sul da América (em 2014, renomeada Igreja Anglicana da América do Sul), com sede na cidade de

Buenos Aires, e que agrega seis dioceses – na Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai –, e em alguns lugares do Caribe poucas Igrejas ainda continuam diretamente ligadas à Igreja da Inglaterra. Em outros países da região, existem nove dioceses que estão ligadas à região da Província IX da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (Equador Central, Equador Litoral, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Porto Rico e Venezuela).

De acordo com a historiografia oficial, o Anglicanismo chegou ao Brasil em 1810, com o estabelecimento de capelarias voltadas para atender cidadãos britânicos, que realizavam apenas celebrações em língua inglesa, sendo, portanto, a primeira Igreja não católica a ser estabelecida em solo brasileiro. Durante o período Colonial, e, durante o Império, missionários oriundos de Igrejas Históricas (anglicanos, luteranos, batistas, presbiterianos e congregacionais) passaram a dar suporte espiritual às comunidades formadas por imigrantes ou residentes estrangeiros no país.

Os alemães implantaram a Igreja Luterana, em 1824; imigrantes norte-americanos a Igreja Batista, em 1871, a Igreja Metodista e a Igreja Adventista, em 1890. Por fim, os missionários Robert Kalley e Ashbel Green Simonton estabeleceram a Igreja Congregacional, em 1855, e a Igreja Presbiteriana, em 1859. Diferente das demais denominações, voltadas para as comunidades de estrangeiros, os congregacionais e presbiterianos organizaram as primeiras Igrejas Protestantes voltadas para o público brasileiro, realizando cultos em português.

Já o marco de fundação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é o ano de 1890, quando os missionários episcopais Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris realizaram as primeiras celebrações na língua portuguesa e organizaram as primeiras comunidades, voltadas para o público brasileiro. Tempos depois, desenvolveu-se um robusto trabalho missionário entre os imigrantes japoneses nos estados do Paraná e São Paulo, através do reverendo João Yasoji Ito.

Por esta razão, pode-se afirmar que, o processo de formação da IEAB se ocorreu através da confluência de três frentes, formadas pelas capelarias inglesas, a missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e o trabalho pastoral junto à comunidade japonesa. Na década de 50, com a divisão do distrito missionário episcopal em três dioceses, não tardou para se concretizar o sonho de uma Igreja Nacional, e em 1965, a IEAB tornou-se a 19ª Província da Comunhão Anglicana.

Institucionalmente, a IEAB organizou-se seguindo os moldes da sua Igreja-Mãe norte-americana, sendo a sua expansão patrocinada pelas sociedades missionárias. Os ingleses presentes no país passaram a integrar comunidades brasileiras a partir de um acordo assinado em 1955 entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Entretanto, estes nunca conseguiram se integrar totalmente, formando um corpo estranho dentro de uma Igreja de língua portuguesa. Nas cidades em que as capelanias britânicas encerraram suas atividades, os templos históricos foram incorporados ao patrimônio da nova Província, e em outros lugares, em que a comunidade inglesa ainda era atendida em sua língua, permaneceram como um ente exótico.

Quando analisamos o processo histórico e missionário, que culminou na formação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil como uma Igreja autônoma e independente dentro da Comunhão Anglicana, podemos apontar as influências das demais Igrejas como sendo as antepassadas da Província brasileira. Dessa forma, como os próprios episcopais anglicanos brasileiros apontam, em termos coloquiais, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos pode ser considerada a sua “Igreja-Mãe”, a Igreja Episcopal Escocesa a “Igreja-Avó” e a Igreja da Inglaterra a “Igreja-Bisavó”.

Embora a “matriarca” da Comunhão Anglicana, seja a mais distante de todas estas acima citadas, nas relações institucionais com IEAB, Igreja da Inglaterra foi a primeira que enviou sacerdotes para atender aos cidadãos de língua inglesa presentes no estrangeiro, ora desenvolvendo uma Igreja Colonial (aos moldes do que aconteceu nos Estados Unidos, no Canadá, na África do Sul, ou na Austrália), ou instalando capelanias locais, para atender aos súditos da Coroa que se encontravam nestes países. Todavia, ao contrário do que os livros de história ensinam, existe um dado histórico que passa despercebido e que, de modo especial neste e em outro livro deve ser considerado: O Anglicanismo chegou primeiro ao Brasil, durante a ocupação holandesa, na cidade do Recife, no século XVII.

ANGLICANOS NO BRASIL HOLANDÊS

Uma revisão da historiografia tradicional

INTRODUÇÃO

Os livros de História do Brasil e as obras de história eclesiástica registram que, a chegada do Anglicanismo no Brasil, ocorreu no início do século XIX, por meio do estabelecimento de capelanias para atender aos súditos do Império Britânico que se encontravam em terras brasileiras. A assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra permitiu não apenas uma expansão das relações comerciais e diplomáticas entre as duas nações amigas, mas também criou um ambiente que permitiu a chegada do culto anglicano em terras brasileiras.

Assim, a chegada do Anglicanismo poderia ser dividida em dois momentos dois momentos: Primeiramente, no início do século XIX, através do estabelecimento de capelanias exclusivamente voltadas para atender aos cidadãos ingleses que estavam em viagem ou passaram a residir no Brasil. O segundo momento seria marcado por uma ação missionária, iniciando em 1890, quando chegaram à região Sul do país dois missionários oriundos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (*The Episcopal Church*), Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris.

Kinsolving e Morris estabeleceram a primeira comunidade anglicana para brasileiros na cidade de Porto Alegre. E em pouco tempo a missão norte-americana se expandiu. A então chamada Igreja Episcopal Brasileira foi elevada ao *status* de distrito missionário da TEC. Em 1949 este distrito foi dividido em três dioceses, fato este que alimentou os desejos dos membros de transformar a missão em uma Igreja independente. Com o crescimento e expansão pelo país, em 1965 a Igreja brasileira deixou de fazer parte da jurisdição da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, obtendo sua independência financeira e administrativa, tornando-se, a partir de então, conhecida como Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), integrando a Comunhão Anglicana como sua 19ª Província.

Porém, a partir dos anos 2000, a IEAB começou a sofrer uma série de cismas que levaram à criação de inúmeras Igrejas, Dioceses e grupos independentes que hoje compõem o Anglicanismo brasileiro. E o ponto de partida para esta crise se dá a partir de problemas surgidos na Diocese Anglicana do Recife. É uma ironia da história que a divisão (ou a fragmentação do Anglicanismo no Brasil) tenha começado na

cidade em que, dois séculos antes de ser permitida a abertura dos portos à Inglaterra, por parte do governo português de Dom João VI, tenha sido, sob o governo de Maurício de Nassau, que os primeiros navios ingleses chegaram ao Brasil.

Esta afirmação cria um novo marco na historiografia, anterior ao que é registrado, por autores geralmente do Sul e Sudeste do Brasil, em narrativas que muitas vezes se confundem com a rigidez do texto litúrgico, que não pode ser alterado. Quase como uma oração que é repetida, essa informação foi sendo passada de geração em geração – de aulas da Escola Dominical até as aulas do Seminário. E, com o tempo, o dado histórico de que os anglicanos se estabeleceram no Brasil após o Tratado de 1810, tornou-se quase um “dogma” entre os anglicanos.

RECIFE: UMA CIDADE SONHADA POR NASSAU

O período em que João Maurício de Nassau liderou a colônia holandesa no Brasil – entre 1637 e 1644 – é um marco notável na história do Brasil e da região Nordeste, não apenas pelo domínio militar e político, mas também pela tolerância religiosa que se estabeleceu sob o seu governo, algo raro para a época, diante das guerras religiosas.

João Maurício de Nassau, um príncipe da Casa de Orange, foi nomeado para o cargo de governador-geral das possessões neerlandesas no Brasil, e sua administração foi marcada por uma postura mais liberal em relação às questões religiosas em comparação com governantes portugueses ou espanhóis da época. Dentre os governantes holandeses, Nassau era considerado como um dos mais visionários, por caracterizar a sua província com o estabelecimento da tolerância religiosa entre protestantes, católicos e judeus. Em vez de impor uma única fé oficial, como era comum em muitas outras partes do mundo, ele permitiu a prática de diferentes religiões, o que foi uma característica distintiva do seu governo.

A liberdade religiosa em Pernambuco, durante o período de Nassau, teve um impacto importante na vida social e religiosa da época. O governador holandês, com a intenção de garantir a paz social e a estabilidade no território, implementou políticas que favoreciam a coexistência pacífica de diferentes grupos religiosos. Os protestantes reformados neerlandeses, que eram os principais responsáveis pelo

domínio, podiam praticar sua fé sem restrições. No entanto, Nassau também permitiu que os católicos, tanto portugueses quanto os nativos, continuassem a praticar sua religião. Além disso, judeus e muçulmanos que fugiam da perseguição nas partes da Europa também encontraram um ambiente relativamente mais tolerante no Brasil holandês, especialmente em Recife, que se tornou um importante centro de comércio e cultura.

Os judeus tiveram um papel significativo durante o período de Nassau, com a primeira sinagoga das Américas, a Sinagoga Kahal Zur Israel, sendo fundada em Recife, em 1641. Este evento histórico é um reflexo claro da abertura religiosa proporcionada pelo governo de Nassau, pois os judeus podiam praticar sua fé livremente, o que não acontecia em muitas partes da Europa naquela época, onde eram perseguidos e forçados a se converter ao cristianismo. Esse grau de liberdade religiosa também refletiu uma mentalidade mais pragmática de Nassau, que reconhecia a importância da tolerância para atrair comerciantes e produtores de diferentes origens.

No entanto, essa liberdade religiosa tinha uma motivação estratégica. Nassau sabia que a diversidade religiosa poderia fortalecer a economia e a administração do Brasil holandês, principalmente pela presença de comunidades judaicas ativas no comércio e no setor financeiro. Ele também estava ciente de que, ao permitir a liberdade de culto, poderia gerar menos resistência das populações locais, tanto os portugueses católicos quanto outros grupos religiosos.

Ainda assim, a liberdade religiosa, apesar de ser uma característica do governo de Nassau, não era absoluta e sem restrições. As autoridades eclesiásticas católicas estavam, muitas vezes, em desacordo com a política de Nassau, especialmente quando se tratava da influência da Igreja Católica sobre os colonos. Embora os católicos portugueses tivessem liberdade para praticar sua fé, a presença de comunidades protestantes e a construção de igrejas protestantes em Recife eram uma afronta à hegemonia católica na colônia.

Outro aspecto importante é que a liberdade religiosa sob Nassau foi possível devido à relação de poder entre os colonos holandeses e a metrópole portuguesa, que na época estava em guerra com os holandeses, e a conciliação política foi uma estratégia para manter a ordem social e evitar conflitos. A proibição da Inquisição e a tolerância com práticas religiosas não católicas eram uma forma de criar

um clima de estabilidade, evitando a repressão religiosa que se observava em outros países da época.

Contudo, essa liberdade religiosa foi curta. Em 1654, após a derrota dos neerlandeses e a retomada do Brasil pelos portugueses, a liberdade religiosa foi severamente restringida. A Inquisição foi restabelecida e a prática do protestantismo foi proibida. Os judeus e outros grupos não católicos enfrentaram perseguições e repressões, e as sinagogas foram fechadas. Assim, a abertura religiosa de Nassau durou apenas o período de sua administração, mas teve um impacto duradouro na história da religião no Brasil, especialmente no que diz respeito à presença judaica e à tolerância religiosa nas futuras gerações.

A liberdade religiosa nos tempos de Nassau foi um episódio único na história do Brasil colonial, pois possibilitou a convivência pacífica de diferentes credos em um período de intensa religiosidade e conflitos entre as principais potências europeias. Embora motivada por interesses políticos e econômicos, essa liberdade representou um avanço significativo na tolerância religiosa, algo que não seria visto novamente em muitas regiões do mundo até séculos depois. A administração de Nassau, portanto, destaca-se como um exemplo de pluralismo religioso no Brasil colonial, especialmente considerando o contexto de intolerância religiosa da época.



CLÉRIGO ANGLICANO DA CIDADE MAURÍCIA

A invasão holandesa no Nordeste do Brasil é marcado por vários episódios. Após a vitória em 1630, um Culto em Ação de Graças foi realizado na Casa da Câmara de Olinda, improvisada como capela. Em 14 de março, o primeiro Culto Solene ocorreu na posse dos Conselheiros da Companhia das Índias Ocidentais. Na Páscoa, por ordem dos Conselheiros, a Igreja do Salvador foi preparada para a celebração, onde o ministro pregou sermões especiais.

Estabelecidos em Pernambuco, os holandeses trouxeram pastores da Igreja Reformada. Além do trabalho nos cultos, os pastores exerciam a sua função sendo assistidos por outras lideranças como exortadores e consoladores de enfermos, que auxiliavam nas atividades religiosas, embora não participassem oficialmente das assembleias.

Durante o período de dominação, igrejas católicas do Recife foram adaptadas ao culto evangélico, como a do Corpo Santo, à qual os holandeses adicionaram uma torre e um relógio. Os sinos, antes de alcance limitado, passaram a marcar as horas para todo o bairro. O cemitério dessa igreja tornou-se local de sepultamento de figuras importantes da época, como João Ernesto, irmão de Maurício de Nassau. Originalmente construída em 1548, a igreja somente voltou ao culto católico em 1655, porém manteve-se como matriz até ser demolida em 1800 e substituída por uma nova construção, que foi posteriormente desapropriada e demolida em 1913. Seu local hoje está coberto pela Avenida Marquês de Olinda.

Com o novo fluxo vindo da Europa, templos foram construídos ou igrejas católicas adaptadas ao culto protestante. A Igreja Francesa teve templo próprio construído em 1642. Após a expulsão dos holandeses, o templo foi convertido na Igreja do Espírito Santo, sendo reformada pelos jesuítas. Uma situação inversa ocorreu com a Igreja do Convento de Santo Antônio, cujo templo da Ordem Franciscana, hoje localizado na Rua do Imperador, serviu à congregação inglesa, onde eram celebrados os ofícios religiosos aos domingos pela manhã, pelo reverendo anglicano Samuel Batselaer (ou Bachiler, em outras grafias).

Na obra *Tempos dos Flamengos*, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello registra que, durante o governo de Nassau, os ingleses no Recife eram assistidos por um capelão conhecido como *Ecclesiastes Anglicanus Mauritstadii*, que dirigia uma congregação onde hoje se encontra o Convento de Santo Antônio, na capital pernambucana. Esse “clérigo inglês [ou anglicano] da cidade Maurícia” era Batsealer. Alguns dados nos dão uma dimensão da presença inglesa em Recife: “E não se pense que era pequeno o número de ingleses no Brasil Holandês. Há referências a uma companhia de soldados – 150 a 180 homens – composta por ingleses, sob o comando de John Godlad” (Mello, 1987, p. 116). Do mesmo modo, no livro *Música Sacra Evangélica no Brasil*, é destacado o nome do Reverendo Batsealer, como o ministro da igreja do convento franciscano do Recife.

A Igreja Inglesa funcionava na igrejinha do Convento de São Francisco, para esse fim adaptada. Aí se realizavam serviços religiosos aos domingos pela manhã oficiados pelo ministro anglicano Rev. Samuel Batselaer (Braga, 1961, p. 55).

Outros pesquisadores da temática também atestam estes dados. A tese de Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio, aborda a Ordem Terceira de São Francisco no Recife, durante o período holandês. Ela também aponta a presença do *Ecclesiastes Anglicanus Mauritstadii* liderando a congregação inglesa: “Na igreja do convento franciscano, também pregou o reverendo anglicano Samuel Batselaer, pois havia no Recife Holandês um bom contingente de soldados ingleses” (Marques, 2010, p. 60).

Anderson Fernando Rodrigues Mendes, em seu Mestrado Profissional em História, pela Universidade Católica de Pernambuco, reitera a afirmação sobre a presença do culto anglicano no convento: “Aos da França permitiu Nassau erigir a igreja dos Franceses, na Cidade Maurícia, bem como cedeu aos anglicanos ingleses a posse da Igreja do Convento de São Francisco, na mesma localidade” (2021, p. 41).

Da mesma forma, Franz Leornad Schalkwijk reforça as informações sobre o local de culto entre os ingleses durante a ocupação holandesa: “A capela do convento franciscano de Santo Antônio na ilha de Antônio Vaz foi reformada e ampliada para o culto em língua inglesa” (Schalkwijk, 1986, p. 110-111).

A partir dos dados apresentados, esta pesquisa parte da tese de que, a presença inglesa no Brasil, e como consequência, o culto anglicano em solo brasileiro, se estabeleceu primeiramente em terras pernambucanas durante a ocupação holandesa do século XVII, através da atividade comercial entre ingleses e os administradores da Companhia das Índias Ocidentais no Recife.

É importante notar que, pode haver um equívoco quando se fala em *ecclesiastes anglicanus*, ou clérigo inglês, pois ao abordar a fé praticada pelos holandeses no território ocupado, este ministro estaria ligado ao culto reformado ligado à congregação da Igreja do Convento de Santo Antônio.

Porém, Schalkwijk, ao contrário de outros autores, discorda que Batsealer tenha sido um clérigo anglicano, apresentando algumas afirmações sobre sua pertença eclesiástica, ligando-o ao presbitério e, comparando-o ao pastor da Igreja Francesa, o Rev. Soler.

As igrejas inglesa e francesa não eram denominações distintas: apenas formavam congregações distintas, devido ao problema linguístico. [...] Trabalhava, como

deputados na mesma igreja. O registro dos batismos realizados nestas duas congregações de línguas diferentes foi lançado no livro batismal geral da igreja. Também a santa ceia era considerada comum a ambas as congregações, e a igreja se opôs fortemente quando o pastor capelão do exército Wilhelmus Cammius decidiu celebrar este sacramento na igreja inglesa sem autorização do presbitério ou consistório do Recife (Schalkwijk, 1986, p. 112-113).

Erasmus Braga, importante líder evangélico, também afirma, em sua obra *The Republic of Brazil*, o pertencimento de Batsealer (aqui gravado como Samtiel Batiler) ao clero da Igreja Reformada Holandesa.

Em 16 de dezembro de 16346, reuniu-se a primeira ‘classe’ da Igreja Reformada Holandesa no Brasil com oito ministros e cinco presbíteros regentes presentes. Entre as igrejas arroladas havia uma cuja totalidade dos membros era da comunidade britânica que se reunia no forte do recife sobo pastorado de Samtiel Batiler (Braga, 1932, p. 47)

Por arrolar, entende-se atribuir a algo (ou alguém) o devido pertencimento a determinado grupo (ou categoria), que no caso, é a fé reformada ou a Igreja Reformada da Holanda. Porém, outros textos deixam claro que Batsealer poderia ser um clérigo anglicano servindo à Igreja Reformada Holandesa no Recife.

Os textos sempre se referem a um clérigo enviado a soldados britânicos para lhes prestar assistência espiritual. Visto que estes estavam vinculados às forças armadas do Reino Unido, cuja religião estabelecida à época era a da Igreja da Inglaterra (ou a doutrina anglicana), não é difícil concluir que os falantes de língua inglesa seguidores da Fé Inglesa, ou seja, anglicanos.

Quando se fala nos textos em “religião reformada”, alguns autores afirmam que Batsealer seguia a fé reformada holandesa, logo seria calvinista, juntamente com todos os membros da congregação inglesa. Todavia, de um ponto de vista político, era natural se esperar que alguém que freqüentasse a congregação francesa (de fé calvinista) seguisse o “Cristo de Calvino” [como alguns afirmavam, à época], para distinguir do “Cristo do Papa” [católicos]. Assim, quem freqüentasse a congregação inglesa, seria de fé anglicana.

Outro argumento que reforça a presença de um clérigo anglicano entre os holandeses (lembrando que à época a doutrina anglicana começava a se espalhar entre colônias britânicas), é a influência que os acadêmicos anglófonos tinham em outras regiões da Europa. Isso era atestado pelos teólogos que influenciavam outras universidades (a exemplo dos *Caroline Divines*, os teólogos anglicanos do período do Rei Carlos I).

Outro questionamento que precisa ser levantado sobre a identidade religiosa de Batsealer é o porquê de somente ele possuir o título de *ecclesiastes anglicanus*, e não outros que serviram, por exemplo, à Igreja Francesa no Recife. É importante destacar que, do mesmo jeito, à época, circulava na Europa a Bíblia do Rei Tiago (*King James Version*), a qual tornou-se uma das melhores traduções protestantes de todos os tempos. Esse fato também contribuía para a influência dos anglicanos entre outras confissões, a exemplo dos Reformados, sejam eles de Genebra ou de Amsterdã. É certo que nesta época, da mesma forma, havia uma prática de distribuição (para não dizer em outros contextos, de contrabando) de Bíblias em diversas línguas, incluindo o português.

O abalizado historiador Vicente Themudo Lessa, no capítulo dedicado ao “Culto Protestante”, em sua obra Maurício de Nassau, o brasileiro, cita a afirmativa de Pedro Moreau, inserta por Sebastião Galvão em Dicionário de Pernambuco, concernente a uma tradução das Santas Escrituras para a língua brasílica por um jovem ministro inglês que haviam mandado estudar na Universidade de Leyden e que, de regresso ao Brasil, se dedicara a esse mister (Braga, 4 nov. 2024).

A Universidade de Leyden é uma das mais antigas universidades da Holanda, fundada em 1575. Localizada na cidade de Leyden, na província da Holanda do Sul, a instituição foi estabelecida pelo príncipe Guilherme de Orange, como uma resposta à necessidade de promover a educação e fortalecer a resistência contra o domínio espanhol durante a Guerra dos Oitenta Anos. Ele concebeu a instituição de ensino superior como um espaço para a formação junto a um povo que enfrentava desafios políticos, militares e culturais da época. Leyden rapidamente se tornou um centro de excelência acadêmica e um pólo de erudição, especialmente nas áreas de Ciências, Direito, Filosofia e Teologia.

É importante notar que, Batsealer atuava junto a soldados da frota inglesa, o que significa que ele era um capelão militar.

Todas as igrejas locais começaram praticamente como igreja de guarnição militar, formada inicialmente dentro da fortaleza, sendo pastor o capelão do exército. Mas, pouco a pouco viriam os civis, os funcionários da Companhia, os comerciantes; e os soldados começariam a dar baixa do exército, transformando-se em colonos, e a “igreja militar” tomaria mais um aspecto de “igreja colonial” (Schalkwijk, 1986, p. 121).

Servindo à Igreja Reformada do Recife, o nome de Batsealer aparece nas atas de concílios eclesiásticos, a exemplo da ata da reunião do Presbitério do Brasil, em dezembro de 1636. Porém, alguns problemas dificultam a identificação os tipos de reuniões realizadas, uma vez que a estrutura das congregações e a eclesiologia reformada, diferente da episcopal, não deixa claro exatamente os cargos e funções de cada clérigo.

Por causa dos diferentes nomes usados para indicar o tipo de reunião realizada, é às vezes, um pouco difícil distinguir o “nível eclesiástico” da ata em apreço. Uma falta de conhecimento mais profundo da estrutura da organização reformada aumenta as dificuldades. Não é de se estranhar, pois, que frequentemente se haja confundido as várias reuniões (Schalkwijk, 1986, p. 121).

Outro nome que é visto junto a Batsealer é o do major inglês John Goodlad, que também serviu como presbítero na igreja da Paraíba, junto com Samuel. Um dado que é importante destacar acerca da formação e orientação religiosa dos pregadores reformados no Recife, é a influência direta do puritanismo inglês sobre os reformados (ou a influência reformada sobre os puritanos ingleses). Franz Schalkwijk cita o inglês puritano rev. William Amesius como uma das principais influências do período. William Ames (conhecido como Amesius) se formou em bacharelado em 1598 e mestrado em 1601 no Christ's College, em Cambridge (berço do partido da Igreja Alta na Inglaterra).

Após o período das controvérsias puritanas acerca das rubricas litúrgicas e paramentos nos altares, ele viajou com Robert Parker para a

Holanda, ajudado por comerciantes ingleses que desejavam que ele contradissesse os apoiadores da igreja inglesa em Leiden. Em Leiden, Amesius tornou-se íntimo de Hugh Goodyear, pastor da igreja inglesa. Ele foi enviado para Haia por Sir Horatio Vere, o governador inglês de Brill, que o nomeou ministro do exército dos estados gerais e dos soldados ingleses a serviço deles. Este adendo acerca da vida do rev. Amesius, que passou a atender o interesse dos puritanos, mostra como um clérigo inglês (anglicano) pode passar a servir a Igreja Reformada.

Do mesmo modo, Franz Schalkwijk reitera algumas vezes que “a influência puritana era patente nos pregadores da Bahia de Todos os Santos em 1625 e em 1625, sendo um dos mais destacados entre eles o rev. Jacobus Dapper, que posteriormente trabalhou no Recife” (1986, p. 162). Isso mostra que, à época, seria plenamente possível um clérigo inglês servir à Igreja Reformada, ou a uma congregação reformada de língua inglesa, diante da tremenda influência puritana sobre a religião oficial no Reino Unido, ao ponto de criar uma Guerra Civil por questões religiosas e dividir o país em partidários da High Church (defensores da monarquia, do episcopado anglicano e das práticas litúrgicas da época) e os apoiadores dos puritanos ingleses.



S INGLESES NO RECIFE

Independente da denominação ou confissão religiosa que professassem a fé, o fato é que a cidade do Recife, no século XVII, viu aportar um grande número de ingleses, formado por soldados, comerciantes e clérigos, que, se organizaram em torno da única Igreja Protestante estabelecida na região, a Igreja Reformada Holandesa.

Diante das liberdades garantidas pelo governo da Nova Holanda, apoiadores do Conde Maurício de Nassau rapidamente se voltaram contra a administração da Companhia das Índias Ocidentais, quando o Príncipe retornou à Europa.

Uma indicação valiosa para a história das relações anglobrasileiras, é a de que navios e tripulações ingleses ajudaram os revoltosos na campanha contra os holandeses. Nos documentos que examinamos surgem não dois ou três navios ingleses trazendo mantimentos e armas, mas inúmeros (Mello, 1987, p. 172).

A História registra que as relações muito antes firmadas entre Portugal e Inglaterra, acabaram por derrubar o governo do colonizador holandês. “Em 1649 consta que ‘quatro navios pesados, de nação inglesa, abasteceram os portugueses no Cabo de Santo Agostinho’. Outro trouxe peixe seco da Terra Nova para a Bahia” (Mello, 1987, p. 173). Assim, os navios ingleses, ao mesmo tempo em que ajudavam a abastecer a cidade com mantimentos, e ajudava a crescer o comércio já desenvolvido, ao mesmo tempo armava os brasileiros e português na luta que se desenhava contra o colonizador neerlandês. Porém, a instabilidade trazida pela guerra também afetaria todos os presentes.

Quando o Conde embarcou para a Europa, a situação era tão instável que muitos habitantes do Brasil decidiram deixar a colônia, convencidos de que ela não teria um futuro duradouro. Na mesma frota que levou João Maurício de Nassau de volta, partiram também oficiais e soldados que já estavam há bastante tempo no país: “Mais de 500 oficiais e soldados, inclusive o major inglês Sedneum van Points” (Mello, 1987, p. 169).

Com sua partida, esse delicado equilíbrio começou a ruir. O governo holandês que sucedeu Nassau mostrou-se menos hábil e mais intransigente, cedendo às pressões dos setores calvinistas mais radicais. Isso agravou a hostilidade entre colonos católicos e autoridades protestantes, reavivando tensões que Nassau havia conseguido mitigar. Os católicos, que constituíam a ampla maioria da população, passaram a sofrer maior repressão, especialmente no exercício público de sua fé, ao mesmo tempo em que os judeus e protestantes se tornavam alvo de ressentimentos populares alimentados pela memória de ocupação estrangeira.

Esse contexto de instabilidade coincidiu com o início da Insurreição Pernambucana (1645–1654), movimento de resistência luso-brasileira contra o domínio holandês. A questão religiosa teve papel central nessa insurreição. A restauração do catolicismo pleno tornou-se uma bandeira simbólica e mobilizadora, associando a fé ao ideal de reconquista política. O clero católico, especialmente os jesuítas e franciscanos, desempenhou papel ativo na articulação da resistência, reforçando a ideia de que lutar contra os holandeses era também defender a “verdadeira religião”.

Após a expulsão definitiva dos holandeses, em 1654, Pernambuco mergulhou em um processo de reafirmação católica, agora ainda mais identificada com a identidade nacional em formação. A breve experiência de tolerância religiosa promovida por Nassau deixou, contudo, marcas históricas importantes: mostrou que o pluralismo religioso era possível, ainda que restrito, e antecipou debates sobre liberdade de culto que só ganhariam força no Brasil muitos séculos depois.

Mais do que a sua presença, os súditos ingleses deixaram um espaço de mais de um século e meio até que novamente voltassem a pisar no Brasil, dessa vez, através do Tratado de Comércio e Navegação de 1810, entre Portugal e Inglaterra, estabelecendo de forma definitiva a fé anglicana, através de uma rede de capelanias e de clérigos que viveram e trabalharam em cidades do litoral brasileiro, como o Recife de Maurício de Nassau.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Erasmo; GRUBB, Kenneth. **The Republic of Brazil**. World Dominion Pres., London, 1932.

BRAGA, Henriqueta Rosa Fernandes. **Música Sacra Evangélica no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1961.

BRAGA, Henriqueta Rosa Fernandes. **Pernambuco Protestante ou A Primavera da Reforma**. Instituto Aletheia, 4 nov. 2024. Disponível em: <https://www.instituto-aletheia.com/artigos/pernambuco-protestante>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **Homens de negócio, de fé e de poder político: a Ordem Terceira de São Francisco do Recife, 1695-1711**. Tese de Doutorado. Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. 3 ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MENDES, Anderson Fernando Rodrigues. **O mito do “bom colonizador holandês”**: O imaginário sobre a colonização holandesa em Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica de Pernambuco, 2021.

MUELLER, Bonifácio. **Convento de Santo Antônio do Recife – 1606-1956**: esboço histórico. 1. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1956.

SCHALKWIJK, Franz Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês. 1630-1654**. Recife: FUNDARPE, 1986.

DA *SEDE VACANTE* À DIOCESE VAZIA

O projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife
e o início da crise no Anglicanismo brasileiro

INTRODUÇÃO

Durante a transição do Brasil Colônia para o Brasil Império, o Anglicanismo se estabeleceu através do trabalho das capelanias inglesas. Em 19 de fevereiro de 1810, o Tratado de Comércio e Navegação foi assinado entre Portugal e a Inglaterra, permitindo o atendimento pastoral aos súditos ingleses que se encontrassem a trabalho ou residindo no Brasil. Neste acordo, foi estabelecida a construção de capelas e cemitérios para atender aos súditos da Coroa que estivessem residindo no país.

Anos mais tarde, bancos, empresas, clubes, agremiações esportivas também se juntaram às instituições religiosas, ajudando na promoção do comércio, da cultura, e do entretenimento das cidades. Durante este período, foram estabelecidas as primeiras comunidades anglicanas e construídos os primeiros templos em cidades portuárias do país, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Na capital pernambucana, a capelania anglicana se estabeleceu através do Cemitério dos Ingleses, e tempos depois, com a construção da Igrejinha da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*), em 1838, influenciando vários aspectos da vida dos recifenses, deixando suas marcas e memórias em várias partes da cidade, através da cultura inglesa. A cidade do Recife, por seu intenso dinamismo comercial e por ser um dos principais portos do país, atraiu muitos estrangeiros, entre eles britânicos que vieram a negócios, como engenheiros, comerciantes e diplomatas. Essa presença inglesa fomentou a necessidade de espaços religiosos próprios, de acordo com a fé anglicana, o que resultou na fundação de comunidades ligadas à Igreja Anglicana.

Essa Capela foi construída principalmente para atender aos britânicos residentes na cidade, celebrando cultos exclusivamente em inglês. Situada no bairro da Boa Vista, a capela tornou-se um símbolo da religiosidade dos estrangeiros no Brasil imperial. Isso começou a mudar apenas a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a formação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), que se tornou autônoma em relação à Igreja da Inglaterra em 1965.

Em 1976, através de uma ação missionária liderada pelo bispo Edmund Knox Sherrill, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) fundou uma Diocese que abrangia todo o território do Norte e

Nordeste do Brasil, estabelecendo a denominação nas capitais onde foram desenvolvidos os trabalhos das capelanias. A partir da década de 1980, o Anglicanismo começou a ganhar mais visibilidade no Recife, com o surgimento de lideranças locais, e nomes de proeminência no cenário brasileiro, como figuras pastorais e evangélicas, como o então reverendo Paulo Garcia, outros de linha mais acadêmica e ortodoxa, como o bispo Robinson Cavalcanti, e clérigos que contribuíram para a para a promoção dos direitos humanos, da inclusão e da justiça social, como o bispo Sebastião Gameleira.

Hoje, o Anglicanismo no Recife encontra-se fragmentado em algumas denominações, representado por paróquias e missões ligadas à Diocese Anglicana do Recife (ligada à IEAB e à Comunhão Anglicana), outras ligadas à Igreja Episcopal Carismática do Brasil, após o chamado Pequeno Cisma do Recife, e outras à GAFCON, após o chamado Grande Cisma do Recife, que causou uma crise não apenas na IEAB, mas alcançou proporções mundiais, evidenciando um complexo mosaico para compreendermos a história e as dinâmicas internas do Anglicanismo brasileiro contemporâneo¹.

A CHEGADA DO ANGLICANISMO NO RECIFE

Na cidade do Recife, os trabalhos da capelania anglicana iniciaram junto com a construção do Cemitério dos Ingleses do Recife, a primeira necrópole da cidade. Originalmente denominado *The British Cemetery*, o terreno foi doado ao Cônsul Inglês do Recife por ordem de Dom João VI, após o decreto da Abertura dos Portos às Nações Amigas. O artigo 12 do Tratado versava sobre o estabelecimento de lugares para o sepultamento de cidadãos britânicos que viessem a falecer em outros países. Naquela época, a cidade do Recife possuía aproximadamente duzentos mil habitantes e a colônia inglesa era bastante expressiva, necessitando de um espaço apropriado para seus mortos.

¹ Para uma melhor compreensão do processo de tensões e cismas na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e na Diocese Anglicana do Recife e no Anglicanismo brasileiro, vide a obra *História do Anglicanismo no Nordeste e a Diocese Anglicana do Recife* (2022), do mesmo autor.

No Brasil, a Igreja Católica Romana proibia o sepultamento de acatólicos em seus templos e ossuários, de modo que os súditos ingleses acabavam sendo enterrados em praias ou campinas. Depois de um pedido formal do Cônsul Britânico do Recife, o governador da província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por ordem do Príncipe Regente, mandou demarcar um terreno na região portuária de Santo Amaro das Salinas para a construção da necrópole.

O Cemitério dos Ingleses no Recife foi inaugurado em 1814. Contava com uma pequena capela em formato octogonal em estilo neogótico, toda em alvenaria de tijolos, e um gradil de ferro trabalhado pela Fundação d'Aurora. Com o passar do tempo, a área foi ampliada através da aquisição de terrenos vizinhos. Desde então, o Cemitério dos Ingleses passou a abrigar não apenas túmulos de cidadãos britânicos, mas também de franceses e alemães, protestantes e maçons, e figuras ilustres da história local, como o General Abreu e Lima². Além do Recife, foram construídas outras necrópoles no Rio de Janeiro e Salvador.

O Cemitério dos Ingleses do Recife foi a primeira necrópole da cidade. Até então os sepultamentos eram realizados dentro dos templos católicos e administrados pelas irmandades da Igreja local. Porém, havia inúmeros problemas de ordem sanitária, sobretudo em dias de chuva, que junto com a água, trouxe inúmeras epidemias que assolaram a cidade ao longo do século XIX. Em 1825, um decreto imperial foi publicado “exigindo medidas higiênicas e criação de cemitérios fora das cidades e das igrejas”. No ano de 1832 a questão foi discutida nas Câmaras Municipais, gerando inúmeras controvérsias entre os católicos, que queriam se enterrados “perto de Deus”. Somente em 1851 foi inaugurada a primeira necrópole pública da cidade, o Cemitério de Santo Amaro, localizado no bairro homônimo.

² Não só cidadãos britânicos estão enterrados no Cemitério dos Ingleses do Recife. O túmulo do general Abreu e Lima é uma das lápides mais famosa do local, pela sua Cruz Celta erigida na entrada da necrópole. Por ser maçom, o líder militar foi proibido de ser sepultado no Cemitério de Santo Amaro pelo bispo da época, e teve no Cemitério dos Ingleses o seu lugar de descanso, sendo enterrado com todas as honrarias. Como consta em seu epitáfio gravado na lápide: “Aqui jaz o cidadão brasileiro General José Inácio de Abreu e Lima, Propugnador esforçado da liberdade de consciência. Faleceu em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no Cemitério Público pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Lembrança de seus parentes”.

O reverendo John Penny foi o primeiro capelão britânico, instituído em 1822, servindo à rede consular no Recife. O seu primeiro trabalho pastoral ocorreu no dia 25 de abril daquele mesmo ano, quando batizou e sepultou uma criança chamada Edward, filho do casal William e Lucy Pelly, que residiam no bairro da Boa Vista. Em 1826, o reverendo Penny oficiou o seu primeiro casamento anglicano na cidade, unindo George Auglin e Sophia Lock. Ele trabalhou por dezesseis anos na cidade, até ser substituído pelo reverendo Charles Adye Austin, que veio de Liverpool com sua mulher e seus três filhos em 1838. O padre Austin foi designado não somente para trabalhar na Capelania Consular e no Cemitério, mas também para construir e o primeiro templo fora da necrópole.

A Igreja da Santíssima Trindade (*Holy Trinity Church*) se localizava às margens do Rio Capibaribe, em um vasto quarteirão na esquina da Rua da Aurora com a Rua Formosa. Por conta do seu tamanho e filiação étnica, era apelidada pelo povo pernambucano de “Igrejinha dos Ingleses”. As leis da época impediam que templos religiosos acatólicos fossem construídos com seus elementos arquitetônicos tradicionais. Assim, a Capela Anglicana do Recife era uma construção de fachada simples, com um frontão triangular com um pequeno vitral em círculo e sem a presença de uma torre sineira. Um pequeno pórtico com três arcadas dava acesso à porta de entrada em madeira envernizada, ladeada por dois janelões com vitrais. No texto do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco temos uma descrição do interior.

No santuario, de uma bella pintura, e ladrilho de mosaico, fica ao fundo um altar, sobre o qual se ostentam uma allegorias de boa pintura representando a *Agnus Dei* e os quatro Evangelistas; e aos lados, inscriptos em inglez em caracteres gothicos, o Decalogo e a Oração Dominical, sobre laminas metallicas, como são também aquellas allegorias; e no alto abre-se uma alterosa janella, de vidraça colorida, formando no seu todo um bello conjunto ornamental pelos seus caprichosos lavores, e sobre cuja archi-volta se lê esta legenda, em inglez, como que de consagração do templo: – Louvae á Deus neste santuario, na magestade do seu poder. A sala da oração, com o seu ladrilho de marmore branco, é bastante clara pela luz que recebe de oito grandes janellas, que são de um bello effeito pela sua

vidraça colorida, e nas quaes se estampam, destacando-se das suas ornamentações, os Passos do Senhor, e alguns painéis de factos notáveis da sua vida. No côro, com a sua varanda volteada, de balaustres de madeira envernizada, ostenta-se ao centro, sobre um cornijamento geral, que serve de base á mesma varanda, um escudo das armas reaes da Grã Bretanha, dourado e em relevo, figurando no laço em que se inscreve a legenda – *Dieu et mon droit* – a data de 1838, allusiva á construção do templo; e em baixo do côro, e junto a pia baptismal, de marmore branco, é de um bello trabalho artístico pelos seus primorosos labores em relevo. A um lado do santuario eruge-se o pulpito, isoladamente, de fôrma octogonal, deixando ver em cada uma das suas faces lindas ornamentações de talha, e na propria cor da madeira de que é feita toda a peça. Foi construído em Pernambuco, e inaugurado em 1897, como se vê de uma inscripção em latim sobre uma placa de metal collocada na base da mesma peça. No centro da entrada do santuario, e voltada para a sala de oração, ergue-se uma alterosa estante de latão polido, e de um primorosissimo trabalho de modelação e cinzel. Uma grande aguia, de azas distendidas e com as garras apaizadas sobre a parte superior da columna, é propriamente dita a estante, sobre a qual se vê uma Biblia *in-folio*, de primoroso edicção ingleza e luxuosa encadernação. Esta bella e importante peça, cujo custo attingiu a quantia superior a um conto de reis, foi offerecida em 1882 pelos filhos de David Willian Bowman e sua consorte Eliza Gilroy, em memoria de seus pais, como se vê de uma inscripção aberta no extremo superior da columna, sobre o qual a aguia se ostenta. Nas paredes da sala de oração, e em altura superior, figuram varias placas de marmore branco com inscripções abertas, e algumas com brazões d'armas, em relevo, consagradas á memória de pessoas notaveis da colonia ingleza fallecidas em Pernambuco, quer particularmente, como bemfeitores da Igreja, quer por outra ordem de serviços e distincções (Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, 1902. p. 533-535.)

A casa do capelão ficava em uma transversal da Rua Formosa, que passou a ser conhecida como “Beco do Padre Inglês”, em referência à batina utilizada pelo clérigo. Hoje, a “Rua do Padre Inglês”

é uma das mais conhecidas no bairro da Boa Vista (BURTON, 1954, p. 10). Embora estivesse sob jurisdição do Bispo de Londres, este nunca veio ao Brasil. Somente em 1869, o Bispo de Honolulu, Thomas Staley, veio ao Brasil, visitando as cidades em que se encontravam as capelanias. Em sua visita ao Recife, o bispo consagrou o templo e a capela do Cemitério. Embora em 1874, o bispo Waite Kockin Stirling, das Ilhas Malvinas, tenha assumido a administração das capelanias da América Latina, a comunidade continuou utilizando o título de “Capelania Consular Britânica”, pois servia exclusivamente à população inglesa. Desde a sua fundação, diversos capelães passaram pela *Holy Trinity Church*, marcando a “religião dos ingleses” na memória da sociedade recifense.

O Rev. Midgley foi capelão anglicano no Recife de 1874 a 1892, ou seja, do fim do Império no Brasil aos primeiros anos da República, tendo como sucessor o Rev. William Ding que morreu de febre amarela e foi enterrado no Cemitério dos Ingleses (British Cemetery), no bairro de Santo Amaro. Na ordem de sucessão foram anotados os seguintes: Rev. W. E. Macray (1893-1900); Rev. F. M. Lane (1900-1902); Rev. George W. Baile (1903-1918); Rev. J. Meredith Bate (1920-1922); Rev. Archibald Nicol (1922-1936); Rev. H. J. Dobb (1940-1941). Seguiram-se à frente da Capelania o Rev. Eric C. Wilcokson, Rev. J. Gould, Rev. D. N. Jackson, Rev. Theodore Hina, Rev. Cecil R. Burton, Rev. R. F. Pearce, Rev. John Ellesworth, Rev. Denis Pape, sem registros precisos sobre as datas de suas funções (Garcia, 1987, p. 16).

Os ingleses concorreram muito para o desenvolvimento do Nordeste, especialmente do Recife. Eles fundaram em Recife o Bank of London, a West Telegraph Company, a Fundação d'Aurora, e junto com ela, trouxeram novas técnicas da construção de redes ferroviárias, que eram administradas pela Great Western. A presença inglesa na cidade foi além das atividades religiosas e econômicas, marcando a sociedade e a cultura da época, com a construção de um hospital e a fundação de vários clubes de Futebol, a exemplo do Tramways Sport Club, o Clube Ferroviário do Recife (antiga Associação Atlética Great Western) e o English Eleven (time de funcionários de companhias

inglesas do Recife). Os ingleses também organizaram clubes de lazer que serviam de espaços de integração, como o British Country Club.

Em 1842 foi construído no Recife também o hospital britânico (The British Hospital), instalado em época de epidemias, inclusive febre amarela que atingiu seu auge em 1849. O hospital funcionou até 1878 no Aterro da Boa Vista (hoje Rua da Imperatriz), uma edificação de quatro andares, com cais de embarque no Rio Capibaribe. Existiram também no Recife quatro clubes de origem britânica: o Pernambuco Cricket Club, o Lawn Tennis Club, o Pernambuco British Club (1906) e o The British Country Club (1920), no bairro dos Afritos, promovendo jogos atléticos e reuniões sociais. O Pernambuco Golf Club (1928) originou o Caxangá Golf & Country Club. Remanesce também o British and Country Club, na Av. Rosa e Silva, em cujo terreno foi edificado o templo anglicano (1940), quando o primitivo foi desapropriado para alargar a Avenida Conde da Boa Vista (1940) (Pereira, 2013, p. 27).

Nesta época, a Igreja Anglicana no Recife era de característica étnica, voltada exclusivamente para o público britânico, com celebrações na língua inglesa, a qual foi responsável por manter os costumes do Reino Unido, como o “culto da colheita” e o “culto das bandeiras”. Este último era bem peculiar, sendo realizado anualmente como uma homenagem à vitória obtida nas duas Guerras Mundiais, onde se utilizava as bandeiras de Pernambuco, do Brasil, dos Estados Unidos e do Reino Unido (Queiroz, 2017, p. 111, os quais contavam com a presença ativa de famílias como os Paterson, Dobbin, Comber.

Com o processo de urbanização da cidade, em 1944 a Prefeitura do Recife notificou os administradores da Igreja de que aquele terreno em que o templo havia utilizado durante 106 anos interruptos seria expropriado para dar espaços às obras nas Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Em 10 de junho 1945, foi realizado o último ofício na Capela Anglicana do Recife, com a presença de 112 pessoas (QUEIROZ, 2017, p. 102). Em 1946, a Capela Anglicana do Recife foi demolida para dar lugar à atual Avenida Conde da Boa Vista, sendo em seu terreno construído o atual edifício que abriga o Cinema São Luiz.

A comunidade dos ingleses foi transferida para a Rua da Matinha – atual Rua Carneiro Vilela, no Bairro dos Afritos –, onde foi

erigido o novo templo da *Holy Trinity Church* num breve período de um ano, através das doações dos paroquianos. No dia 08 de dezembro do mesmo ano, o bispo inglês Daniel Evans consagrou a nova igreja (Burton, 1954, p. 17). A construção, diferente da anterior, possuía uma arquitetura mais robusta. Ela possuía uma única nave, mas agora havia ganhado uma fachada imponente com uma alta torre. Nela foram gravadas três cruzeiras celtas, entalhadas abaixo de três janelas. Os vitrais da antiga capela foram reinstalados no novo santuário, junto com a mobília, o altar em madeira e o órgão. E parte da grade em ferro fundido passou a cercar a entrada do templo. Devido à ligação com a comunidade inglesa, também havia um portão que ligava a Igreja e o British Country Club.

Diante de tantas mudanças no cenário religioso brasileiro, ocorreu um fenômeno de “desetnização” da tradicional *Holy Trinity Church* – voltada exclusivamente para os ingleses – para a moderna Igreja da Santíssima Trindade – uma das comunidades cristãs mais dinâmicas da cidade, que cresceu nos anos seguintes, e que se tornaria a Catedral da Diocese Anglicana do Recife, impulsionando a expansão da Igreja Episcopal Anglicana no Nordeste.

A FUNDAÇÃO DA DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE

Em 1955, a Igreja da Inglaterra firmou um acordo com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, através do qual as capelanias inglesas seriam administradas e pastoreadas pela Igreja Episcopal Brasileira, na época, ainda um distrito missionário da Igreja norte-americana.

O Brasil estava vivendo uma época de forte patriotismo e a Igreja precisava reafirmar sua identidade nacional. Como de costume, a Igreja brasileira tinha os seus bispos escolhidos pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Por ter sido um dos responsáveis por firmar o acordo de transição das capelanias inglesas para a administração da Igreja brasileira, em 1958, o reverendo Edmund Knox Sherrill foi eleito bispo para assumir a Diocese Central. (com sé no Rio de Janeiro), substituindo Louis Melcher.

Vale lembrar que, a Diocese Central abrangia todo o Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, sendo um território continental para um único bispo, que precisava atender aos ofícios

pastorais do cargo às capelanias concentradas em diferentes cidades portuárias: Rio, Santos, Salvador, Recife e Belém.

Na capital pernambucana, em 1968, o Reverendo Alfredo Rocha Fonseca foi designado para administrar a Paróquia da Santíssima Trindade. No mesmo ano, outro reverendo, Paulo Roberto Medeiros, assumiu o pastoreio na Paróquia da Trindade, ficando até o ano de 1973. Neste período, os reverendos norte-americanos John Said e Philip Getchell trabalharam como có-párocos nos últimos anos. Este último permaneceu à frente da Igreja no Recife até 1975.

Em Recife, um capelão inglês trabalhava com uma pequena congregação de estrangeiros. Em Salvador, meio século havia passado desde a partida do último capelão. Nas outras cidades visitadas, era difícil encontrar alguém que soubesse ou tivesse ouvido falar da Igreja Episcopal. Entretanto, o trabalho realizado no passado pelos estrangeiros em Recife, Belém e Salvador se constituiu um importante ponto de apoio e estratégia para a expansão da igreja numa área onde os anglicanos brasileiros estavam praticamente ausentes. Quase uma década depois, o bispo Sherrill transferiu para Recife o rev. Alfredo Rocha Fonseca Filho, que veio a ser o primeiro capelão brasileiro da Paróquia da SS. Trindade, iniciando o lento processo de integração. Um segundo capelão brasileiro foi designado em 1968, que passou a trabalhar com os missionários americanos John Said e Phillip Getchell, que atendiam a congregação dos estrangeiros, formada principalmente por americanos e ingleses, até março de 1975, quando o bispo Sherrill determinou a transferência para o Recife do rev. Paulo Ruiz Garcia para assumir a reitoria da paróquia. Essa transferência significou o início do projeto que deu origem a nova unidade eclesiástica, que recebeu o complicado nome de Diocese Setentrional (Kickhöfel, 1995, p. 295).

Por ter mediado o Acordo de 1955 para a transição das capelanias inglesas para a administração da IEAB, Sherrill também realizou o desmembramento da Diocese Central, que abrangia os estados do Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, e todo o Norte e Nordeste. Em 1976, após o Sínodo Geral, foi criada a nova unidade da Igreja chamada *Diocese Setentrional* (dada a sua localização geográfica),

depois renomeada de Diocese Anglicana do Recife. Sherrill foi eleito o seu primeiro bispo, tendo a Igreja da Santíssima Trindade como sua sede.

A autonomia administrativa alcançada em 1965 encorajou a igreja a criar novas dioceses, a semelhança do que havia acontecido em 1950, quando o distrito missionário foi dividido em dioceses. A diferença agora era que apenas uma diocese – a Central – dava origem a mais três unidades eclesiais, todas em direção ao norte do país. A primeira foi a Diocese Sul Central em 1969; a segunda foi a Diocese Setentrional em 1976; e a terceira a Diocese Missionária de Brasília em 1982 (Kickhöfel, 1995, p. 305).

Após o desmembramento da Diocese Central, Agostinho Guillon Sória substituiu Sherrill na Diocese Central. E em março de 1975 o reverendo Paulo Ruiz Garcia chegou ao Recife, junto com a sua esposa, Márcia Garcia, assumindo o templo que servira à capelania inglesa em Recife por décadas. Com o passar dos anos, promoveu o crescimento daquela comunidade, através de uma gradual mudança nos costumes e tradições da centenária Igreja.

Em seus primeiros anos a Diocese Anglicana do Recife enfrentou um problema institucional, a Catedral da Santíssima Trindade encontrava-se sem a presença efetiva de um bispo, gerando uma necessidade de pastoreio. Na prática, quem administrava e realizava os serviços religiosos era o seu Deão, o Reverendo Paulo Ruiz Garcia. Ele chegou ao Recife em 1975 para iniciar seu trabalho pastoral na então Catedral da Santíssima Trindade, sob o episcopado de Dom Sherrill.

De uma personalidade carismática, logo desenvolveu um trabalho que expandiu a Igreja na cidade, através de eventos como Encontros de Casais com Cristo, Seminários de Vida no Espírito e Cursinhos de Cristandade. Estes, em sua maioria, gravitavam em torno da Catedral. Por outro lado, aboliu algumas práticas anglicanas, como o uso do Livro de Oração Comum, para tornar o culto mais dinâmico.

Dom Edmund Sherrill se aposentou em 1984, sendo eleito como seu sucessor o Reverendo Clóvis Erly, Deão da Catedral do Mediador, da Diocese Sul Ocidental. Esta eleição contrariou a vontade do Bispo Sherrill e dos clérigos e leigos da Diocese Anglicana do Recife, que desejavam a eleição do Reverendo Paulo Ruiz Garcia como

o sucessor (Kickhofel, 1995, p. 300). Neste período, clérigos e leigos fundaram a Associação Brasileira de Anglicanos Evangélicos e se filiaram à *Evangelical Fellowships in the Anglican Communion*, reforçando a identidade teológica e pastoral evangélica da Diocese.

Dando continuidade a esse projeto de construção de uma “diocese 100% evangélica”, o Reverendo Edward Robinson de Barros Cavalcanti foi eleito bispo no Concílio da DAR, realizado na Bahia, em 1997, sendo o primeiro bispo anglicano nordestino (Aquino, 2000, p. 29). Se por um lado, essa eleição novamente frustrou as expectativas da comunidade da Catedral, por outro, o episcopado de Robinson foi marcado um trabalho especial em torno do Seminário Anglicano de Estudos Teológicos, sediado na Paróquia do Bom Samaritano, em Recife. A formação do laicato, porém, foi deixada de lado, priorizando a formação do clero, o que acentuaria os problemas eclesiológicos que eram vivenciados desde o início da Diocese.



PEQUENO E O GRANDE CISMA DO RECIFE

Em setembro de 2002, Paulo Garcia rompeu com a IEAB, fundando a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), que tem origem no Movimento de Convergência, surgido nos anos 70, nos Estados Unidos. Neste ato, o Deão levou a quase totalidade dos membros da Catedral, considerada a maior paróquia anglicana da América Latina, e o seu edifício.

O debate religioso sobre o reconhecimento e aceitação de pessoas homossexuais nas igrejas cristãs foi acentuado em outubro de 2002, quando o Deão e a congregação de 3.500 membros da Catedral da Santíssima Trindade em Recife, no Nordeste do Brasil, decidiram retirar-se da Igreja Episcopal do Brasil. A Santíssima Trindade é a maior Igreja Anglicana da América Latina. Em primeiro lugar, o Deão e a congregação alegaram que o motivo do cisma era o apoio do bispo ao desenvolvimento de ritos alternativos para abençoar os divorciados (no final de um processo de divórcio) e ritos alternativos para abençoar os casais que já viviam juntos ou não queriam casar de acordo com a lei civil, por causa das implicações econômicas.

Mas estas são questões que a sociedade brasileira tem discutido há muito tempo e aceita. A Catedral da Santíssima Trindade é uma igreja evangélica conservadora, na principal Diocese evangélica e conservadora do Brasil. Os comentários posteriores do Deão indicaram que a verdadeira questão para o cisma era a "liberdade exagerada que a orientação homossexual, ou mesmo aqueles que aceitam essa orientação como normal, poderiam ser ordenados dentro dessa diocese. (Ribas, comunicação pessoal 2 de outubro de 2002) (In: Francoeur; Noonan (Orgs.), 2004, p. 101)

Cristiany Queiroz aponta três razões para o rompimento de Garcia: o convite para ele fundar a Igreja Episcopal Carismática, a sua proximidade para se aposentar (e de não ser sagrado bispo, segundo suas intenções), e as dificuldades que tinha em seguir as regras da religião (2017).

A Igreja Episcopal Carismática surgiu como uma expressão do desejo de integrar elementos da tradição litúrgica anglicana com uma vivência carismática mais acentuada, incluindo manifestações como oração em línguas, profecias, imposição de mãos, entre outras práticas pentecostais. Paulo Garcia foi consagrado bispo em 8 de setembro de 2003, em uma grande cerimônia no Centro de Convenções de Pernambuco. A proposta de Igreja de Garcia apresentou-se como uma continuidade de suas práticas que vinham sendo desenvolvidas desde que assumira o pastorado da Igreja da Trindade.

A IECB apresenta-se como uma espécie Anglicanismo reformado e renovado, com forte apelo à experiência do Espírito Santo e à autonomia eclesial a partir da liberdade do culto – fortemente carismático –, criando um hibridismo litúrgico e teológico que busca atender a pessoas insatisfeitas tanto com o conservadorismo moral quanto com os limites da institucionalidade das igrejas católica, anglicana ou evangélica.

Apesar de usar o nome “episcopal”, a Igreja Episcopal Carismática não faz parte da IEAB e não mantém comunhão com Cantuária. Garcia também investiu na formação do seu clero, com programas de formação ministerial adaptados à realidade local e da sociedade global. Essa formação acabou formando um clero que é marcado principalmente pela forte pregação nos sermões.

Apesar do cisma da Catedral da Santíssima Trindade, muitas paróquias continuaram aderindo à doutrina anglicana, pelo menos até 2005, quando o bispo Robinson Cavalcanti, por discordar do posicionamento adotado pela IEAB – que passou a aceitar a ordenação de sacerdotes homossexuais –, rompeu com a Igreja, criando uma diocese autônoma, sem ligação com o Arcebispado de Cantuária e a Comunhão Anglicana. Cavalcanti foi, sem dúvida, uma figura carismática e polêmica dentro do Anglicanismo brasileiro. Exerceu um episcopado marcado por uma teologia ao mesmo tempo progressista no campo político, mas conservadora em sua doutrina, opondo-se às posturas inclusivas em relação às pessoas LGBT, bem como ao reconhecimento de uniões homoafetivas na Igreja Anglicana.

Sob sua liderança, a Diocese do Recife tornou-se não apenas o centro do Anglicanismo no Brasil, mas também de articulação do conservadorismo anglicano na América Latina. Após anos de tensões com a Câmara dos Bispos da IEAB, Robinson liderou um movimento de ruptura: a Diocese Anglicana do Recife se desligou oficialmente da IEAB e se vinculou a organismos anglicanos alternativos internacionais, que não reconheciam a autoridade da Comunhão Anglicana presidida pelo Arcebispo de Cantuária. O conflito não foi apenas teológico, mas institucional e canônico. A IEAB declarou a vacância da sé episcopal, e um processo judicial e eclesiástico se seguiu, com disputas por propriedades, templos e reconhecimento jurídico.

A partir disso, surgiram duas dioceses com o mesmo nome: uma vinculada à IEAB (que tomou uma posição cada vez mais progressista e inclusiva), outra ligada ao movimento conservador, fiel às posições de Cavalcanti. O bispo deposto fundou a Igreja Anglicana – Diocese do Recife (hoje renomeada Igreja Anglicana no Brasil - IAB), ligada à GAFCON, associação de Igrejas Anglicanas de tendência evangélica e conservadora, formada por denominações que romperam com a Comunhão Anglicana, devido ao alegado avanço da agenda liberal entre as igrejas-membros.

Antes de seu rompimento, o então bispo da DAR já expressava sua preocupação sobre o sectarismo no Anglicanismo brasileiro, diante dos conflitos que já eram visíveis dentro da instituição. Seus temores se concretizariam em sua própria Diocese dentro de poucos meses, com o cisma de Paulo Garcia e, ironicamente, três anos depois, com ele próprio.

Como anglicanos, e como cristãos, estou certo de que todos queremos ser uma Igreja e não uma seita. Um espaço aberto, plural, e em constante renovação, e não um gueto estéril e uniformizante. Preocupa-nos influências estranhas ao anglicanismo (Cavalcanti, 2001, p. 22).

Segundo Calvani, somente após os cismas ocorridos na Diocese

foi possível perceber que o que dividia a Igreja eram projetos pessoais e personalistas e não as ênfases tipicamente “evangélicas” (no sentido *low church*) ou tipicamente “católicas” (no sentido *high church* ou “anglo-católico”). Foi, sem dúvida, um momento em que a Igreja revelou seu amadurecimento eclesiológico (Calvani; Oliveira, 2012, pp. 218-219).

Ao contrário do que aconteceu no primeiro cisma, desta vez muitas paróquias e seus fiéis deixaram a comunhão com a IEAB, gerando uma crise institucional, patrimonial e demográfica. Diante de tal situação, Dom Sebastião Gameleira, então bispo da Diocese Anglicana de Pelotas, foi eleito para liderar a DAR em seu processo de reconstrução. Durante o seu episcopado, a Diocese voltou a alinhar-se teologicamente com a Igreja Episcopal Anglicana, desenvolvendo uma eclesiologia sóbria, a partir do resgate de um modelo de Igreja socialmente engajada, tendo como base a Teologia da Libertação e o movimento ecumênico.

ROBLEMAS ECLESIAIS E PROJETOS PESSOAIS

Por conta da centralização de poder em torno do Deão e do Bispo – contrariando a noção de “poder difuso” e organização sinodal da Igreja Anglicana -, o projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife se confunde com projetos pessoais que gravitavam em torno da visão de Igreja e capacidade de orientação de tais lideranças.

As mais díspares religiões, assim, surgem nas biografias dos adeptos com alternativas que se pode por de lado oficialmente e se pode abandonar a uma primeira

experiência de insatisfação ou desafeto, a uma mínima decepção. São inesgotáveis as possibilidades de opção, intensa a competição entre elas, fraca sua capacidade de dar a última palavra. A religião de hoje é a religião da mensagem rápida, da lealdade pequena, do compromisso descartável. Mas não somente o crente muda de um credo para outro, desta para aquela religião. As religiões mudam também e mudam muito rapidamente, muitas vezes suas transformações apontam para um outro público alvo, visando uma clientela anteriormente fora do alcance de sua mensagem (Prandi, 2003, p. 28).

Outro fator decisivo foi a falta de formação do laicato a partir do Seminário Anglicano do Recife, criando um desconhecimento sobre a liturgia e pluralidade de identidades própria do Anglicanismo, gerando o esvaziamento de fiéis e o esfacelamento da Diocese Anglicana do Recife em outras Igrejas. Embora estas questões não possam ser respondidas de um modo simplório, é notória a crescente divisão das Igrejas Anglicanas/Episcopais após o acirramento das tensões entre conservadores *versus* liberais. Porém, no Brasil, isso se tornou ainda mais evidente com o surgimento de instituições que disputam a legitimidade da sua autoridade eclesiástica. Carlos Calvani discorre que

o protestantismo “sempre foi divisionista, desde a Reforma, devido à sua “baixa eclesiologia”. As Igrejas Ortodoxas e a Igreja de Roma apesar de também já terem experimentado alguns cismas, sempre tentaram (e conseguiram, em muitos casos), manter as diferenças “acomodadas” internamente. No protestantismo, a obsessão pela “verdade bíblica e doutrinária” ou pela “ortodoxia” sempre trouxe dificuldades para se manter diferenças doutrinárias ou teológicas sob o mesmo teto. Aos primeiros sinais de divergência, sempre pareceu mais fácil partir para o cisma ou a ruptura sem pesos na consciência (Calvani; Oliveira, 2012, pp. 227-228).

Após a morte de Dom Robinson, em fevereiro de 2012, a liderança da Igreja Anglicana – Diocese do Recife foi assumida pelo Bispo Miguel Uchôa. Em seu episcopado a identidade evangelical da Igreja foi acentuada, alterando a liturgia e aproximando-a de um modelo eclesial semelhante à Igreja Batista de Lagoinha e a Hillsong Church, todavia, mantendo inalterada sua comunhão e militância com

as Igrejas que fazem parte da GAFCON. A PAES – Paróquia Anglicana do Espírito Santo – é a Catedral da Igreja Anglicana no Brasil, fundada em 2005, a partir do cisma de Dom Robinson Cavalcanti com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A PAES tem sua origem na década de 90, quando um grupo ligado ao então Reverendo Miguel Uchôa, decide fundar uma paróquia própria, saindo da Catedral da Santíssima Trindade, liderada pelo então Reverendo Paulo Garcia, Deão da Diocese Anglicana do Recife da IEAB.

A identidade evangelical da PAES desde o início girava em torno de um modelo eclesial inspirado na Catedral da Trindade, organizando sua vida comunitária a partir de cultos animados e encontros nos dias de semana. Seu crescimento em membros deveu-se, sobretudo, por eventos como o Seminário de Vida no Espírito Santo, iniciados na Trindade. Da mesma forma, o estilo de culto era bem livre, uma vez que não se utilizava o Livro de Oração Comum com tanta frequência, como em outras comunidades da Diocese.

A PAES, em especial, tornou-se o modelo de comunidade, passando, gradativamente, a abolir o uso de vestes litúrgicas como a alva, estola, e seus ministros utilizarem cada vez mais o títete ou simplesmente a camisa clerical. Após alguns anos, a PAES realizou reformas em seu templo, alterando o formato do altar, para uma simples parede aonde se encontra o telão e a iluminação é feita por holofotes. A mesa da ceia foi posta na lateral, assim como a cruz, e ao centro, o tradicional púlpito foi trocado por uma mesa de vidro e uma cadeira.

Outra característica que chama a atenção nesta reorganização da paróquia é a adoção da sigla PAES ao invés do nome completo. Inclusive esta marca já foi absorvida por seus seguidores através de adesivos de carro que são vistos pelas ruas do Recife ou pelo hastag #SOMOSPAES, compartilhado no Facebook e que dá nome à página da instituição nas redes sociais.

A estrutura se assemelha bastante a centros de conferência de TEDx, ou, eclesiologicamente falando, Igrejas como a Batista de Lagoinha (Niterói), Brasa Church (Porto Alegre) ou a Hillsong da Austrália. Da mesma forma, a Anglicana Comunhão, outra comunidade da Igreja Anglicana no Brasil (IAB) seguiu o modelo da PAES, tornando seus cultos mais dinâmicos e abolindo gradativamente qualquer referência à liturgia anglicana.

O próprio conceito anglicano de paróquia alterado, criando-se uma rede de igrejas ligadas à PAES. Dessa forma foram fundadas a PAES Zona Norte, localizada no bairro de Casa Forte, Recife; a PAES Esperança, localizada no bairro de Candeias, Jaboatão dos Guararapes; e a PAES Cabo, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho.

Dessa forma, percebemos que além da liturgia, a eclesiologia anglicana também foi quebrada, uma vez que esta se define a partir de uma Diocese enquanto área territorial do bispo e paróquia, como o território do pároco, sendo uma prática estranha ao Anglicanismo a abertura de uma filial de uma mesma paróquia em outro bairro ou cidade. Seguindo esta lógica, abre-se uma nova unidade quando aquele modelo de Igreja torna-se atrativo para um mesmo perfil de público de outra região da cidade, tornando a Igreja local uma verdadeira marca, acima da própria diocese ou da Igreja.

Percebemos, pois, o interesse de Miguel Uchôa em investir neste modelo de Igreja, pois, ao contrário da PAES ou da Catedral Anglicana Comunhão, na cidade de João Pessoa – liderada pelo bispo Márcio Meira – outras paróquias tradicionais ligadas à Igreja Anglicana no Brasil, diminuíram suas comunidades, mudaram suas formas de pregação e de liturgia, afastando-se vertiginosamente da Teologia pregada e vivida por Dom Robinson Cavalcanti. Recentemente, a própria IAB sofreu um cisma, com a saída de grupos ligados ao bispo Eric Rodrigues, no Espírito Santo, formando a Rede Episcopal Brasileira (REB), de orientação *Broad Church* – ou Igreja Ampla. Esse evento marcou mais uma fragmentação no Anglicanismo brasileiro e um futuro incerto quanto aos arranjos eclesiais no Anglicanismo no Nordeste.



FUTURO DO ANGLICANISMO NO RECIFE

Apresentando um crescimento vertiginoso na segunda metade do século XX, a Diocese Anglicana do Recife, acabou enfrentou duas grandes crises no início dos anos 2000, com um cisma na Catedral da Santíssima Trindade, em Recife, seguido por outro, liderado pelo então bispo Robinson Cavalcanti, em 2005. Este último cisma marcou um ponto de ruptura na história do Anglicanismo brasileiro, dando início a uma tensão entre tendências institucionais liberais e conservadoras,

sendo estas representadas, respectivamente, pela IEAB e pelas demais Igrejas anglicanas estabelecidas no Brasil.

Dentre as razões apontadas que levaram a esta crise – que afeta a Comunhão Anglicana como um todo –, estão a aprovação da ordenação de homossexuais ao clero e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, outros motivos podem elucidar estes sucessivos cismas na IEAB, ligando-os ao processo de construção da DAR e à formação teológica tanto do clero quanto do laicato.

Após o Grande Cisma do Recife, alguns templos que estavam sob a posse do bispo Robinson Cavalcanti, foram devolvidos à IEAB, via judicial, a exemplo da Catedral Anglicana do Bom Samaritano no Recife, a Paróquia Anglicana do Semeador e a Paróquia Anglicana Emanuel, em Olinda. Outro templo que foi devolvido foram a Igreja da Ressurreição, em João Pessoa, e a Igreja do Redentor na Várzea³.

Os cismas ocorridos na DAR abriram caminho para a formação de uma espécie de “frente anglicana”, composta por grupos que não apoiam o crescimento do Liberalismo Teológico no Anglicanismo brasileiro. Por outro lado, após os episódios de 2005, percebe-se um maior amadurecimento eclesiológico da IEAB a partir de uma maior transparência em suas posições, vislumbrada principalmente pela regularidade de campanhas voltadas para os Direitos Humanos, e de combate ao machismo, racismo, homofobia e intolerância religiosa.

As três principais denominações do anglicanismo e episcopalismo brasileiro – a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB) e a Igreja Anglicana no Brasil (IAB) – representam diferentes perspectivas teológicas, eclesiológicas e sociais dentro do espectro do anglicanismo. Cada uma, no entanto, enfrenta desafios e críticas significativas, tanto internos quanto externos, que afetam sua coerência doutrinária, relevância social e integridade institucional.

A IEAB, como província oficial da Comunhão Anglicana, adota uma teologia progressista em temas sociais e morais, e isso tem gerado aplausos de grupos progressistas no Cristianismo e na sociedade,

³ Posteriormente renomeada Paróquia Anglicana da Ascensão, esta comunidade tornou-se um modelo de reconstrução dentro da IEAB, sendo liderada pelos reverendos Rafael Vilaça e Bruno Costa. No último capítulo deste livro encontra-se um relato da trajetória desta igreja que pode ser considerada como um dos marcos do renascimento do anglo-catolicismo e de um movimento litúrgico anglicano no Brasil.

todavia, percebem-se cada vez mais controvérsias. Um dos principais problemas apontados, é de ordem teológica: uma ruptura com parte significativa da tradição anglicana histórica, sobretudo no campo da ética sexual e da moral cristã. A aceitação da ordenação de pessoas LGBT, a bênção de uniões homoafetivas e a releitura inclusiva de textos bíblicos têm sido motivos de críticas por parte de anglicanos mais conservadores, que vêem nisso uma ruptura com as Escrituras e os históricos consensos da Igreja dos primeiros séculos até hoje.

Além disso, a IEAB enfrenta desafios eclesiológicos: a tensão entre sua estrutura sinodal e episcopal tem, por vezes, dificultado processos decisórios e gerado conflitos internos. Há também denúncias de clericalismo, centralização e falta de transparência em algumas dioceses, bem como dificuldades em lidar com a diversidade litúrgica – principalmente anglo-católica e carismática. Em alguns contextos, observa-se uma liturgia excessivamente racionalizada, com pouco apelo espiritual ou simbólico, o que empobrece a experiência religiosa dos fiéis e, de modo estrutural, acaba minando comunidades, com uma diminuição visível no número de membros, quando comparado com outras denominações do mesmo ramo, na cidade do Recife e no estado.

Em relação à Igreja Episcopal Carismática do Brasil, até hoje esta denominação enfrenta um problema de identidade credal, teológica e litúrgica. O hibridismo entre elementos governamentais e estéticos anglo-católicos, uma teologia reformada e estilo de culto carismático nem sempre resulta em uma síntese coerente. Isso se reflete em práticas e discursos que oscilam entre extremos, ora emocionalistas, ora formais. Ela apresenta-se como uma Igreja que em sua teologia prega os *Solas* da Reforma Protestante, mas celebra os sete sacramentos do Cristianismo, e que precisa fundamentar o seu governo episcopal – muitas vezes rígido – e o uso dos paramentos católicos, junto com outros ritos que não possuem fundamento exclusivo na Bíblia, mas sim na Tradição. Outro problema perceptível na IECB são as dificuldades na formação teológica do clero e dos fiéis. Atualmente a IECB vive o que a IEAB viveu nas décadas de 1950 e de 1960, com um amadurecimento em sua identidade, ao mesmo tempo católica, evangélica e carismática.

Por fim, a Igreja Anglicana no Brasil (IAB), também possui problemas semelhantes à IEAB, todavia, em outro extremo do mundo anglicano. O isolamento eclesial é uma realidade no Anglicanismo brasileiro, especialmente quando se trata da comunhão com Cantuária.

Não há diálogo ou alianças reais com outras jurisdições menores no Brasil, e sua legitimidade como uma Igreja Anglicana é frequentemente questionada por outros setores do anglicanismo brasileiro e até global, devido a alguns posicionamentos doutrinários e litúrgicos.

A quase abolição prática do Livro de Oração Comum – um dos elementos mais distintivos do Anglicanismo – pela substituição de cultos em que impera a espontaneidade e a substituição dos ritos anglicanos por palestras temáticas – seguindo o modelo de outras Igrejas ao estilo Hillsong – fez com que a eclesiologia e liturgia contemporânea promovida pela Igreja Anglicana no Brasil gerasse algumas denúncias de posturas autoritárias por parte de bispos e outras lideranças locais, ocasionando dissidências, como a ocorrida em 2024 e do surgimento da Rede Episcopal Brasileira como um cisma da IAB. Ademais, o uso político da ortodoxia pode transformar a fé anglicana numa ferramenta ideológica, mais voltada à disputa cultural do que ao testemunho evangélico.

O futuro do anglicanismo na cidade do Recife e no Brasil passa pela necessidade de uma revisão crítica de sua história e experiências, buscando compreender essas características que transitam entre a tradição e a inovação, entre a ortodoxia e a sensibilidade pastoral, e entre fidelidade doutrinária e a relevância cultural. Apesar de uma história marcada pela fragmentação da tradição religiosa e o surgimento de várias denominações com posturas opostas nos campos acima citados, o Anglicanismo no Nordeste deixou a sua marca, que é única em todo o mundo anglicano e episcopal.

Até então, Dom Paulo Garcia permanece como Arcebispo e Primaz da Igreja Episcopal Carismática do Brasil, hoje organizada como uma comunhão autônoma e independente, denominada Comunhão Episcopal Internacional (CEI). O Arcebispo Miguel Uchôa permanece na Primazia da Igreja Anglicana no Brasil, dando continuidade ao trabalho missionário iniciado por Dom Robinson Cavalcanti, fortalecendo a presença da GAFCON na região. E a Província da Comunhão Anglicana no Brasil, continua sendo representada através da Diocese Anglicana do Recife, que é pastoreada por Dom João Cândio Peixoto, desde 2013, quando foi eleito bispo da IEAB.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jorge. **Anglicanismo**: uma introdução. Recife: Perfilgráfica, 2000.

BURTON, C. R. **Holy Trinity Church – Recife, Pernambuco, Brazil**. Recife: [s.n.], 1954.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade**: História e Teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

CAVALCANTI, Robinson. **Igreja**: multidão madura. Maceió: Diocese Anglicana do Recife, 2001.

DIOCESE DO RECIFE. **O Novo Nascimento de uma Igreja**. 14 mar. 2016. Disponível em:
<<http://anglicanadr.com.br/index.php/2016/03/14/o-novo-nascimento-de-uma-igreja/>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

FREITAS, Sérgio Luiz Gonçalves de; OLIVEIRA, Eli Fernandes de; REGA, Stélio. Brazil: 2. Religious, Ethnic, and Gender Factors Affecting Sexuality. In: FRANCOEUR, Robert T.; NOONAN, Raymond J. (Orgs.). **The Continuum Complete International Encyclopedia of Sexuality**. London; New York: Continuum, 2004.pp. 98-113.

KICKHOFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: IEAB, 1995.
GARCIA, Paulo. **Bem-vindo à Paróquia da Trindade**. Recife: [s.n.], 1987.

PEREIRA, Francisco Bonato. **Os Episcopais Anglicanos em Pernambuco**. Revista Olhar Cristão, Recife, n. 02, p. 26-28, nov./dez. 2013. Disponível em:
<http://www.revistaalgomais.com.br/edicaodigital/Olharcristao2/files-2013-06-17/assets/basic-html/index.html#26>. Acesso em: 03 jun.

2021.

PRANDI, Reginaldo. **Religiões afro-brasileiras e seus seguidores.**
In: Civitas. v. 3, junho, 2003.

QUEIROZ, Cristiany Moraes de. **Anglicanismo:** um estudo
antropológico da Catedral Anglicana do Recife. São Paulo: Fonte
Editorial, 2017.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. **Dois instituições inglesas
em Pernambuco.** Recife, n. 56, v. 10, p. 526-536, 1902.

 CASO SALOMÃO FERRAZ

Pastor presbiteriano, reverendo anglicano e bispo católico

INTRODUÇÃO

Salomão Barbosa Ferraz foi uma importante liderança cristã no campo religioso brasileiro. Durante a sua vida ele foi membro de várias denominações cristãs, sendo ordenado pastor presbiteriano, reverendo anglicano e bispo católico romano. Neste processo de luta por uma identidade genuína, chegou a fundar um movimento próprio, a Igreja Católica Livre, o que contribuiu para a sua militância a favor de um Ecumenismo amplo e de bases práticas.

Nascido na cidade de Jaú, estado de São Paulo, em 18 de fevereiro de 1880, Salomão veio de uma família protestante. Filho primogênito do pastor da Igreja Presbiteriana Independente, Belarmino Augusto Ferraz, e de Maria Santana Barbosa, Salomão casou-se com Emília Cagnoto Ferraz, em agosto de 1903, e tiveram sete filhos: Anita (1904), Noemi (1906), Nair (1908), Hermes (1909), Plínio (1913), Rute (1914) e Ester (1916).

Se a ideia de um bispo católico casado e com filhos ainda é inconcebível para os dias atuais, o *status* à época da conversão de Salomão para o Catolicismo – anterior ao Concílio Vaticano II –, criou uma situação totalmente inédita e *sui generis* na história contemporânea do Cristianismo, o que torna Dom Salomão Ferraz um imperioso objeto nos estudos acerca da História da Igreja no Brasil e também no campo das Ciências da Religião e Teologia.

Ao longo de sua vida, Salomão escreveu vários livros, cartas e artigos para a imprensa secular e religiosa⁴. Da mesma forma traduziu vários hinos, que estão presentes em diversos hinários brasileiros⁵.

⁴ Dentre as várias publicações de Salomão Ferraz, temos os livros *Princípios e Métodos* (1915); *Manifesto do clero evangélico do Rio de Janeiro* (1922); *Oração da Pedra* (1924); *Manual de Oração* (1925); *Liturgia da Santa Comunhão* (1929); *A Santa Igreja Católica* (1930); *A Fé Nacional* (1932); *Liturgia da Santa Missa* (1934); *a Igreja e a Sinagoga* (1936); e *Maioridade nacional: civil e religiosa* (1941). Também publicou vários artigos, cartas e foi redator em periódicos como *A Espada*, *Aleluia*, *Estandarte Cristão*, *O Católico Livre*, e *A Fé Nacional*. Durante a sua estadia na Bahia, organizou o jornal *Imprensa Evangélica*, junto com o presbiteriano Matatias Gomes dos Santos, e tempos depois, traduziu o livro *O Apóstolo São Paulo* (1925), de James Stalker.

⁵ No Hinário Presbiteriano têm-se letras de Salomão Ferraz em *Divino Instruidor* (nº 83), *Pequena Vila de Belém* (nº 232) e *Brilhando por Jesus* (nº 362). Já no Hinário Evangélico têm-se *Oráculos Divinos* (nº 143) e *Brilhando por Jesus* (nº 156). E no Hinário

Após a morte do seu pai, Hermes Ferraz escreveu o mais importante registro sobre a sua vida e obra, intitulado *Dom Salomão Ferraz e o Ecumenismo* (1995).

Esta pesquisa utiliza-se do método qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica de obras publicadas por Ferraz e também de pesquisas sobre sua vida. As citações de textos em inglês foram traduzidas para o português pelo autor, para facilitar a compreensão dos leitores.

ASTOR PRESBITERIANO

A trajetória de Salomão no Presbiterianismo começa oficialmente no dia 1º de setembro de 1895, quando fez a sua profissão de fé tornando-se membro da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo. Os seus dois irmãos, Orlando e Seth Ferraz, também seguiram o caminho do seu pai, o que influenciaria bastante na vocação de Salomão para o pastorado.

Entre os anos de 1897 a 1901, foi aluno do Seminário Teológico Presbiteriano da capital paulista. Por conta de seus estudos, desde o início se posicionou contrário à divisão do Cristianismo em várias denominações. Dentre as suas atividades como seminarista, destaca-se a fundação da Associação Cristã de Moços e seus primeiros textos no jornal *O Combate*, tornando-se candidato ao ministério pelo Presbitério de São Paulo, em julho de 1898. Junto com seus colegas, fundou a Igreja Presbiteriana Filadelfa, em 1899, e a Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, em 1900. Por conta das crescentes atividades na Igreja, em 23 de junho de 1901, foi licenciado para exercer o ministério da pregação.

Em 13 de julho de 1902, durante Concílio da Igreja Presbiteriana Unida, Salomão Ferraz foi ordenado pastor, aos 22 anos. Ao assumir o pastorado, redigiu a *Declaração de Princípios*, que tornou-se a sua regra de vida, tanto pessoal, quanto ministerial. Passou a atuar em diversas regiões do interior de São Paulo como Itapeva, Apiaí, Iporanga e Barra dos Pilões. Em 1906, foi transferido para atuar no sul da Bahia,

Episcopal têm-se *Pequena Vila de Belém* (nº 20), *Oráculos Divinos* (nº 319) e *Brilhando por Jesus* (nº 339).

expandindo a Igreja Presbiteriana e sendo um dos organizadores do Presbitério Bahia-Sergipe.

Seu primeiro campo de trabalho foi Faxina, hoje Itapeva, no sul do estado, durante um lustro. De 1906 a 1912, exerceu seu ministério na Bahia. Subiu em longas viagens o rio Jequitinhonha, indo até Fortaleza. Penetrou também no sertão baiano, chegando à zona conflagrada de Canudos. Em 1912, aceitou o convite da Igreja Presbiteriana de Rio Claro, atendendo também outras congregações do interior paulista. Este foi o seu último trabalho na Igreja Presbiteriana (Kickhöfel, 1995, p. 163).

Nessa época, começou a receber católicos convertidos ao presbiterianismo, mas, indo de encontro à doutrina e prática da Igreja, Ferraz não praticava o rebatismo, por entender que o batismo católico era válido. Em 1915 ele publicou um texto intitulado *Princípios e Métodos*, onde tratava acerca da validade dos batismos efetuados por padres católicos romanos, independente de a Igreja Presbiteriana reconhecer a Igreja Católica como herética.

Tais posturas teológicas são bastante avançadas para a época, dada a ferrenha disputa entre Católicos e Protestantes, o que, tornava Salomão Ferraz um vanguardista do pensamento ecumênico no Brasil, ou nas palavras de Émile Léonard, um “[...] campeão da ideia de um protestantismo que não se coloque em oposição às tradições e aos hábitos espirituais do país, conforme seu livro mais famoso *Princípios e Métodos*” (1981, p. 252).

A obra teve muita repercussão no meio clerical. Em 09 de setembro de 1915, o primeiro bispo da Igreja Episcopal Brasileira (hoje denominada Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), Lucien Lee Kinsolving, então residindo na cidade de Rio Grande (RS), escreveu uma carta endereçada ao autor, a propósito da publicação de “*Princípios e Métodos*”. Tal carta está transcrita na primeira folha de outra obra de Ferraz “*A Fé Nacional*”.

Dejo enviar seu admirável opúsculo a cada um dos meus clérigos. Agradeço-lhe profundamente por sua mensagem - a mais doce, verdadeira e mais católica nota que tenho ouvido desde os princípios do evangelismo brasileiro, durante 25 anos. Possa Deus lhe abençoar

ricamente e o Espírito Santo usar o seu pequeno livro para disseminar a verdade e estabelecer o amor nos corações de todos os leitores. Fraternalmente, Lucien Lee Kinsolving (Ferraz, 1932).

Por conta de suas crenças pessoais, consolidadas nesta obra, fizeram com que o então pastor entrasse em conflito direto com os seus superiores. Ao descobrir as doutrinas da Igreja Episcopal e que esta reconhecia os batismos ministrados de outras denominações, Salomão Ferraz decidiu deixar o Presbiterianismo e iniciar a sua longa caminhada no Anglicanismo.

ACERDOTE ANGLICANO

Confirmado pelas mãos do Bispo Kinsolving, no Concílio de 1917 realizado na cidade de Santa Maria (RS), não tardou para que Salomão Ferraz fosse ordenado na Igreja Episcopal.

Ordenado ao diaconato no dia 8 de junho de 1917, na Igreja do Redentor no Rio de Janeiro, Salomão Ferraz iniciou seu pastorado na Igreja Episcopal como coadjutor de Meem, na mesma paróquia, e na Capela da Trindade, no Meyer, até abril de 1918, quando foi nomeado pároco interino da congregação que se reunia na Assistência Santa Tereza e que veio a ser, mais tarde, a Paróquia de São Paulo. Foi ordenado ao presbiterado em 27 de janeiro de 1918, em Porto Alegre, por Kinsolving, durante o concílio daquele ano. Dirigiu a Capela de São Paulo como pároco regular de 1920 a 1925 (Kickhöfel, 1995, p. 167-168).

Foi durante o início de seu ministério na Igreja Episcopal, na cidade do Rio de Janeiro, que Ferraz desenvolveu suas principais teses, às quais defenderia até as últimas consequências. Seus escritos, sempre versavam sobre temas como a natureza do ministério ordenado, a liturgia e um crescente interesse pelo ecumenismo, buscando resolver as tensões existentes entre católicos e protestantes, de modo a criar condições para uma maior unidade.

Foi autor de vários livros e de uma tese sobre o modo de se tratar os ministros, que causou grande repercussão nos meios evangélicos da época. Foi também o autor do Manifesto Evangélico do Clero do Rio de Janeiro em resposta a pastoral do arcebispo católico romano de Mariana, no qual reivindicava, de um lado, os direitos do ritualismo e uma comunhão espiritual com o catolicismo, e de outro, o direito dos brasileiros a uma igreja nacional, um protestantismo que se harmonizasse com as tradições e hábitos religiosos do povo brasileiro. Senhor da tribuna e da pena, escreveu em 1934, uma série de artigos que foram publicados no Estandarte Cristão, sobre o que chamou de “os dois catolicismos”, conceituando os termos católico e protestante. Para o criativo presbítero, católico não era alguém que renunciava sua própria personalidade moral e religiosa para aceitar passivamente a palavra de um chefe infalível e indiscutível, mas alguém que tinha profundo apreço pelos sacramentos instituídos por Cristo, especialmente a santa eucaristia, pela tradição cristã e pelo elemento sobrenatural da religião. Por protestante entendia o respeito pelo valor do indivíduo, a obediência aos ditames de uma consciência esclarecida e a responsabilidade pessoal para com Deus e os homens (Kickhöfel, 1995, p. 164).

Por conta de tais posições, avanças demais para a época, Salomão Ferraz se aprofundava ainda mais como uma das primeiras lideranças a promover o Ecumenismo de forma ampla e aberta no Brasil. Como consequência, também criticava o institucionalismo e as disputas pessoais que geravam uma fragmentação na unidade cristã.

Criticava severamente o sectarismo míope, que não enxerga além de suas acanhadas fronteiras. Para Salomão Ferraz, o sectário era um indivíduo ignorante, ancorado num mestre infalível, empenhado em demolir tudo o que encontra, sem nenhum respeito à tradição. Para ele a grande tarefa religiosa no Brasil não era hostilizar a Igreja de Roma ou lhe render uma vassalagem incondicional, mas ajudar as almas a se emanciparem através da instrução religiosa e infundir-lhes o sentimento da fraternidade cristã, livre e respeitosa, e acima de quaisquer questiúnculas ou rivalidades que enfraquecem a fé cristã. Sua ousadia de pensar e escrever era quase profética numa época em que participar de

movimentos ecumênicos era praticamente impossível (Kickhöfel, 1995, p. 164).

No campo da homilética, foi de encontro às ênfases das pregações de sua época, que enfatizavam a conversão, a salvação e a experiência de fé individual, Ferraz se preocupava mais com o aspecto coletivo e comunitário da fé, que deviam estar acima dos interesses individuais. A Igreja deveria olhar mais para as coisas materiais e sociais, se preocupar com a sua atuação no mundo, e não com uma visão idealista e abstrata de sua missão.

Nas palavras de Ferraz: “Uma religião que só visa a salvação da alma com decisão nas condições físicas, econômicas, políticas e sociais da vida não é a religião daquele que nos ensinou a pedir o pão de cada dia, o pão da mesa, o pão da boca, o báculo da vida corporal” (Ferraz, out. 1927, p. 6). Era adepto de um Cristianismo Social, ou de um Socialismo Cristão, que seria desenvolvido em termos hermenêuticos décadas depois, com o surgimento da Teologia da Libertação. Buscando colocar em prática aquilo que pregava, em 1927 fundou a Irmandade de Santo André (posteriormente denominada Ordem de Santo André – OSA). No ano seguinte, ele reformou a Ordem para praticar o que entendia ser um Ecumenismo Prático, dividindo-a em Capítulos, que permitiam agregar membros de outras denominações cristãs.

Em 1925 foi designado pelo bispo Kinsolving para ser o segundo pároco da Capela do Salvador, na cidade de São Paulo. Foi nessa época que o reverendo Ferraz iniciou um tortuoso processo de inovações litúrgicas na Igreja, utilizando textos e orações que não faziam parte do Livro de Oração Comum anglicano. Assim, publicou três ofícios denominados *A Liturgia do Sagrado Coração de Jesus*, uma *Liturgia para a Sexta-Feira Santa* e um *Ofício de Decisão*, para ser usado nas confirmações de novos membros. Estes e outros textos litúrgicos seriam agrupados e denominados pelo próprio Salomão de Rito Brasiliense. Porém, seus próprios paroquianos episcopais não aceitaram as mudanças, levando o caso ao Concílio Diocesano da época, que julgou que somente os bispos poderiam autorizar alterações na liturgia.

Todos os ritos foram proibidos pelo sucessor de Kinsolving, o bispo William Thomas, que os considerou desnecessários e em desacordo com a doutrina, disciplina e culto da Igreja. Podemos dizer que as tensões surgidas entre o bispo Thomas e Ferraz se

desenvolveram por conta da sua produção de liturgias particulares, mas também de suas concepções teológicas.

Em 1932 foi publicado o livro *A Fé Nacional*, considerada a obra máxima de Salomão Ferraz. Duas edições foram lançadas, uma em brochura, com a imagem do Cristo Redentor, e outra edição em capa dura, na cor laranja, que trazia o brasão da Ordem de Santo André. Dentre as idéias expostas nesta obra, existem sete pontos básicos que se destacam.

1) A supremacia da fé tradicional expressa nas decisões dos concílios ecumênicos e na tradição cristã; 2) a defesa da hierarquia de valores. Uma coisa é errada não porque o seja em si, mas por se achar deslocada de sua verdadeira posição. A fé tem precedência sobre o dogma ou a política da igreja; 3) a importância do indivíduo. O ser humano não deve ser aniquilado pela máquina, seja industrial, política ou eclesiástica. A organização do corpo coletivo deve garantir ao indivíduo o seu progresso normal; 4) o caráter sagrado da pessoa humana. A supremacia da consciência é o senso de dignidade e responsabilidade do indivíduo; 5) a função dos homens que ocupam o poder civil é ser dispenseiro de Deus revelado em Cristo; 6) a reabilitação da santa Eucaristia na adoração comunitária; 7) a atitude fraterna entre as igrejas e suas instituições. A fé é comum aos cristãos. Nossa fraternidade não está na atitude para com a fé romana ou qualquer outra denominação, mas para com Cristo e uns para os outros (Kickhöfel, 1995, p. 165-166)

As conclusões da obra colocavam questões doutrinárias acima das ordens sagradas, defendendo um ecumenismo amplo e prático, sem levar em conta o episcopado histórico como um dos pontos essenciais do Quadrilátero de Lambeth⁶ da Comunhão Anglicana. Além disso, o

⁶ O chamado “Quadrilátero de Lambeth” foi adotado na Conferência de Lambeth de 1888, como a base para o diálogo ecumênico entre o Anglicanismo e as Igrejas históricas. Os quatro pontos norteadores são: 1) As Santas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, como “contendo todas as coisas necessárias para a salvação”, e como sendo a regra e o padrão final de fé; 2) O Credo dos Apóstolos, como o Símbolo Batismal, e o Credo Niceno, como suficiente declaração da fé Cristã; 3) Os dois Sacramentos ordenados pelo próprio Cristo – o Batismo e a Ceia do Senhor – administrados pelo uso regular das palavras de Cristo que os instituiu e dos elementos

fato da Eucaristia ser apresentada como a base para uma pretensa reunião das Igrejas era algo que parecia “forçar um tipo de unidade que carecia de realidade, porque não estava alicerçada na verdade fundamental e violava as convicções e consciências da grande maioria dos membros das igrejas históricas. Tal método poderia resultar em mais divisões ainda” (Kickhöfel, 1995, p. 166).

Estes escritos passaram a incomodar cada vez mais seu bispo Thomas, uma vez que Ferraz gradativamente passou a defender a doutrina da transubstanciação e o uso da palavra “missa” no sentido católico romano da expressão. Também adotou muitos ritos da liturgia romana, que foram entrando em confronto com a disciplina e a liturgia de sua denominação, o que fez com que o clérigo entrasse também em atrito com pastores protestantes que estavam em diálogo com os episcopais. No ano de 1935, o reverendo enviou várias cartas ao bispo, criticando a política eclesiástica para o Brasil, que vinha da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Como consequência, também criticava a posição de seu superior, uma vez que este se posicionava contrário à eleição de um bispo anglicano nativo, fato que só aconteceria em 1940, quando Athalício Pithan foi eleito para a Diocese Meridional, em Porto Alegre.

Em outra endereçada ao bispo Thomas, em 13 de julho de 1935, Ferraz acentuou suas críticas à liturgia da Igreja, considerada por ele bastante despojada de cerimonial litúrgico. Em seu texto, ele denunciava uma “igreja sem sacerdócio, sem altar, sem sacrifícios eucarísticos, onde a missa das tradições do Oriente e Ocidente não é tolerada, nem mesmo ao vernáculo, onde o sinal da cruz é tido como um gesto abominável, uma igreja em que nada destoa da mais reacionária seita protestante” (Kickhöfel, 1995, p. 170-171).

Por conta de denúncias contra Salomão, por parte dos membros da Capela do Salvador, na qual este era pároco, foi instaurada uma comissão conciliadora, liderada pelo então reverendo Athalício Pithan. Os reverendos Nemésio de Almeida e João Timóteo da Silva foram designados pelo bispo como interinos, mas Ferraz e a Junta Paroquial se recusaram a reconhecer as novas lideranças, entrando em conflito com a autoridade do bispo.

por Ele ordenados; 4) O Episcopado Histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração para as variadas necessidades das nações e povos chamados por Deus na Unidade de Sua Igreja.

Verificando que restara um pequeno grupo de seis membros, que permaneceram leais ao seu pároco e contrários à autoridade eclesiástica, em 03 de junho de 1936, a Comissão comunicou ao bispo Thomas que o reverendo e seu minúsculo rebanho haviam abandonado a comunhão da Igreja. Assim, em 31 de dezembro de 1936, foi formalizada a deposição do ministério e a saída oficial de Salomão Ferraz da Igreja Episcopal. A missão da Capela do Salvador foi dissolvida, e a Igreja iniciou uma nova missão da Santíssima Trindade, que futuramente se tornaria a Paróquia da Santíssima Trindade, no bairro de Santa Cecília.

Embora este conflito tenha sido considerado um escândalo para a vida da Igreja na época, o legado do reverendo Ferraz é reconhecido pelos próprios anglicanos com certo pesar: “percebe-se hoje que o episódio Salomão Ferraz foi uma sentença condenatória da estreiteza de visão de que a Igreja Episcopal foi prisioneira na época” (Kickhöfel, 1995, p. 175).

BISPO CATÓLICO

Agora desligado da Igreja Episcopal, Salomão Ferraz logo tratou de reorganizar a Ordem de Santo André e o pequeno patrimônio que restara, com a Capela do Salvador. No mesmo ano, a OSA promoveu um congresso em que os participantes do congresso aprovaram a criação da Igreja Católica Livre (ICL), uma Igreja Nacional Autônoma, sendo Salomão Ferraz eleito o seu primeiro bispo. Ao final do encontro, foi apresentada a obra “A Igreja e a Sinagoga”. Em sua locução, Ferraz defendeu a sua tese sobre “A Igreja e a Anti-igreja”, o que a Igreja deve ser e o que a Igreja não pode ser.

O evento realizou-se na Capela do Salvador, à rua da Consolação, 452 (da época), iniciando a 1ª sessão em 9 de dezembro de 1936. Compareceram ao ato representantes dos Antigos Católicos do Brasil, os membros da Ordem de Santo André e a Junta Paroquial da Igreja do Salvador. O Congresso tomou as seguintes resoluções: 1) É consagrado o nome de Igreja Católica Livre. 2) Reconhecer a Ordem de Santo André como corporação da Igreja. 3) Em todas as paróquias se

organizem Capítulos da Ordem de Santo André. Anualmente se reunirá o Grande Capítulo da Ordem. 4) A criação de uma escola primária, secundária e seminário sob a denominação de Instituto Santo André da Igreja Católica Livre. 5) Publicação do Missal e Ritual, no vernáculo. 6) Os padres estrangeiros deverão incorporar-se no ambiente nacional. 7) Criar um periódico com o nome de O Católico Livre. Na 8ª Sessão, realizada no dia 12 de dezembro de 1936, o Congresso Católico Livre proclamou, por unanimidade, Bispo Eleito da Igreja Católica Livre o Revmº Salomão Ferraz. Este nomeou o Conselho Provisório da Igreja. No domingo, dia 13 de dezembro, celebrou como bispo a Missa do 4º Domingo do Advento. O Congresso Católico Livre encerrou seus trabalhos a 14 de dezembro de 1936 com uma mensagem do bispo eleito, Dom Salomão Ferraz, intitulada "A Igreja e a Sinagoga" (Ferraz, 2002, p. 50).

Após este evento, o novo bispo encontrou em contato com os Velhos Católicos holandeses, buscando da sagração episcopal por meio desta Igreja. Entretanto, por conta da Segunda Guerra Mundial a sua sagração na Europa foi impossibilitada. É possível que essa busca por uma sagração através da Igreja Vétero-Católica tenha surgido por conta da participação ecumênica de outras denominações da União de Utrecht na sagração de outros bispos no início do século, a exemplo da presença da Igreja Católica Nacional Polonesa na sagração do bispo episcopal Reginald Weller⁷, ocorrida nos Estados Unidos.

Na mesma época, Ferraz acompanhou as crescentes tensões entre o bispo católico romano Dom Carlos Duarte da Costa, que acabaria por fundar a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB), em 1945. Ferrenho crítico do Nazismo e dos regimes totalitários – postura essa que o levaria a romper com o Catolicismo –, por outro lado, Dom

⁷ Reginald Heber Weller foi o terceiro bispo da Diocese Episcopal de Fond du Lac, nos Estados Unidos. Militante no movimento ecumênico, estabeleceu um profícuo diálogo entre cristãos protestantes, católicos e ortodoxos. O reverendo Weller foi sagrado em 08 de novembro de 1900 na Catedral de São Paulo Apóstolo da Igreja Episcopal, sendo o sagrante o bispo Charles Chapman Grafton, segundo diocesano de Fond Du Lac, sendo auxiliado pelos bispos Anthony Kozlowski, da Igreja Católica Nacional Polonesa, e Tikhon de Moscou, Metropolita da Igreja Ortodoxa Russa, acolitado pelo padre João Kochurov. Embora enfrentando diversas críticas de alas da própria Igreja Episcopal, esta sagração “ecumênica” foi bastante noticiada ao redor do mundo.

Carlos simpatizava com o regime socialista, de modo que o mesmo prefaciou um livro do Deão de Cantuária, à época conhecido por seu apoio à União Soviética.

Em 1944, Dom Carlos prefacia o livro “O Poder Soviético”, de autoria de Hewlett Johnson, *Deão de Canterbury*. Tal ato repercutiu positivamente em todo o país: Como um Bispo Católico poderia defender um Anglicano? O Reverendo Hewlett Johnson era um clérigo anglicano (1874-1966), Decano de Manchester e mais tarde Decano de Canterbury, onde adquiriu o apelido de “O decano vermelho de Canterbury” por haver sustentado uma posição favorável ao regime soviético (Martini, 2012, p. 55).

É possível que, essa abertura ao diálogo ecumênico com o Anglicanismo, tenha sido uma das razões para Salomão Ferraz buscar aproximação com o Bispo de Maura, dado que o mesmo havia sido um clérigo anglicano no passado. Após um breve contato e explicar suas razões, o então Reverendo Salomão Ferraz foi reordenado ao sacerdócio por Dom Carlos, doze dias após a fundação da Igreja Brasileira. E em 15 de agosto de 1945 foi sagrado Bispo em São Paulo. Todos os rituais foram realizados de acordo com o Rito Romano. Posteriormente foram criados ritos próprios da ICAB, a exemplo do Missal Brasileiro, uma versão adaptada do rito de Pio V. Na ata de sagração episcopal tem-se o seguinte registro:

Realizou-se hoje, dia quinze de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco, Festa da Assunção de Nossa Senhora, às dez horas e trinta minutos, no templo da Igreja Cristã de São Paulo à rua Baronesa de Itu, número quarenta e oito, nesta cidade de São Paulo, a Sagração Episcopal de S. Excia. Revmº, Dom Salomão Ferraz, Bispo Eleito de São Paulo. Transmitiu a herança apostólica ao eleito, S. Excia. Revmº Dom Carlos Duarte Costa - Bispo do Rio de Janeiro. A cerimônia durou três horas, foi acolitada por oito sacerdotes e um diácono e foi dividida, de acordo com o cerimonial da Igreja Católica Romana, em sete partes: 1) Preparação; 2) Prelúdios da sagração; 3) Sagração; 4) Entrega das primeiras insígnias; 5) Continuação da Missa; 6) Entrega das últimas insígnias; e 7) Conclusão. O bispo celebrante usou a mitra e o bispo eleito o barrete. Lido o mandato

apostólico, seguiu-se o juramento e a sagração propriamente dita. O eleito recebeu o báculo e o anel e, no final, recebeu a mitra. Esta sagração foi inequivocadamente reconhecida pela Igreja Católica Apostólica Romana (Ferraz, 2002, p. 53).

A informação saiu no jornal O Estado de São Paulo, causando polêmicas na época. A notícia da sagração episcopal de Dom Salomão foi notícia até em obras da época, a exemplo do livro *Episcopi Vagantes and the Anglican Church*.

Alguém que é pelo menos um potencial episcopus vagans apareceu no Brasil. Ele é Monsenhor Duarte, bispo católico romano de Maura, que em junho de 1945 foi excomungado pelo papa, depois de iniciar uma forte campanha antipapal com base na suposta aliança entre o Vaticano e o Fascismo. Monsenhor Duarte anunciou que pretende criar sua própria 'Igreja Católica Apostólica Brasileira', cujo título tem um toque familiar. Em 15 de agosto de 1945, ele deu "solene investidura da 'sacra episcopalis'" [consagração?] a Salomão Ferraz da Igreja Católica Livre no Brasil. Esse ramo parece ter sido organizado em 1936 e eleito bispo de Ferraz. Faron, um antigo bispo católico polonês não reconhecido por Utrecht, ofereceu-se para consagrá-lo, mas isso foi considerado impossível devido às distâncias. Ele se chamava "bispo" Ferraz pela força, pelo visto, de sua eleição. Outras informações sobre seu movimento podem ser encontradas no Estado de São Paulo, principalmente nas edições de 2 e 6 de janeiro de 1938, e no livro de Ferraz A Fé Nacional (Brandreth, 2006, p. 69).

O autor aponta que, tanto Duarte quanto Ferraz seriam *episcopi vagantes* ("bispos errantes" ou "bispos perdidos"). Estes seriam bispos que deixaram as comunhões com suas Igrejas de origem, e que, por conta de ordenações feitas maneira "clandestina" ou "irregular", acabaram gerando novas linhas de sucessão apostólica⁸.

⁸ As principais linhas de sucessão apostólica criadas por tais bispos no século XX se iniciaram com Arnold Mathew, Joseph René Vilatte e Leon Chechemian. Em seguida vieram com os bispos Aftimios Ofiesh, Carlos Duarte Costa, Paolo Miraglia-Gulotti, Emmanuel Milingo, Pierre Martin Ngô Ninh Thục e Marcel Lefebvre.

O nome dado às pessoas que foram consagradas ao bispo de maneira irregular ou clandestina ou que, tendo sido regularmente consagradas, foram excomungadas pela Igreja que as consagrou e estão em comunhão sem reconhecimento. Um homem também é incluído nesse grupo quando o número em comunhão com ele é tão pequeno que sua seita parece existir apenas por si (Cross; Livingstone (Orgs.), 2005, p. 558).

Essa reordenação ao presbiterato foi realizada, uma vez que a Doutrina Católica não reconhece a validade das Ordens Anglicanas, de acordo com a Bula *Apostolicae Curae*, do Papa Leão XIII⁹. Dessa forma, Salomão Ferraz, tendo sido presbítero da Igreja Episcopal do Brasil, não poderia ser simplesmente “aceito” por Dom Carlos, segundo a *Tradição Apostólica*. Esse processo de ordenação de Ferraz será um dos elementos considerados por Roma, quando este se converter ao Catolicismo.

Agora como bispo, Ferraz deu continuidade à expansão de sua Ordem de Santo André, por meio da Igreja Católica Livre. Em 1951 foi criada a Diocese do Rio de Janeiro e Dom Manoel Ceia Laranjeira foi consagrado por Salomão para ser o seu bispo. A nova Diocese foi estruturada a partir de uma capela, escritório e o seminário teológico Santo André, para a formação do futuro clero. E o Rito Brasiliense foi formalizado como a liturgia da Igreja.

Ao mesmo tempo, por conta da sagração episcopal e seu vínculo com Dom Carlos Duarte, o novo bispo foi enviado à cidade de Itapira, no interior de São Paulo, local onde, em 1913, o padre Manoel Carlos de Amorim Correia havia fundado a Igreja Católica Apostólica Brasileira após ter sido excomungado por Dom João Correa Nery. Esse

⁹ Publicada em 13 de setembro de 1896, a Bula *Apostolicae Curae* (do latim, Com cuidado apostólico), trata acerca da questão levada ao Papa sobre a validade das Ordens Sagradas anglicanas. Após análise dos ritos de ordenação utilizados para ordenação de bispos, presbíteros e diáconos após a Reforma Inglesa, o Papa emitiu uma declaração, considerando que as Ordens Anglicanas são consideradas inválidas pela Igreja Católica Romana, por “defeito de forma e intenção”. Esta posição é sustentada pelo Magistério até os dias atuais, de modo que ministros anglicanos que se convertam ao Catolicismo e desejem ingressar no sacerdócio, devem ser reordenados por um bispo católico. Mas recentemente, novos esforços ecumênicos estão buscando a sua revisão.

pequeno movimento, liderado pelo Cônego Amorim, rapidamente cessou com a misteriosa morte do seu fundador no ano seguinte. A missão de Ferraz era de reorganizar a ICAB, agora sob uma nova liderança, mas “as tentativas de implantação da igreja Católica Brasileira em Itapira foram infrutíferas, quer com o apoio de D. Salomão Ferraz, quer com o apoio de seus seguidores locais através da Igreja fundada pelo ex-bispo de Maura, D. Carlos Duarte da Costa” (Lemos Filho, 2020, p. 96). A partir de então novos problemas foram surgindo, e parceria entre os dois bispos foi sendo gradualmente afetada.

As atividades da ICAB começaram a ser proibidas pelo Estado, através da influência da Igreja Católica Romana no Rio de Janeiro. Sendo um “católico livre”, Dom Salomão e sua comunidade poderiam se converter em alvos da crescente intolerância religiosa desse período.

Em 1948, a Igreja Católica Brasileira (ICAB), a Igreja do Bispo de Maura, foi alvo de uma forte pressão da parte do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. A ICAB programara a realização de uma missa campal. O Cardeal encaminhou ao Sr. Presidente da República um memorial solicitando a proibição da missa campal e o fechamento de todas as Igrejas da ICAB. Encaminhado o memorial ao Ministro da Justiça, este determinou o fechamento daquelas Igrejas, bem como a proibição da missal campal, ordens estas executadas pela polícia. Sentindo-se ameaçado, pois sua Igreja, a Católica Livre, possuía as mesmas características, Dom Salomão enviou um memorial ao Sr. Presidente da República, invocando as garantias constitucionais constantes da Carta Magna: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariam a ordem pública ou os bons costumes” (Ferraz, 2002, p. 57).

Dom Carlos foi acusado de “confundir” os fiéis católicos romanos com uma Igreja que utilizava os mesmos ritos, vestes, símbolos e atos religiosos. Em face do julgamento do Mandado de Segurança nº 1.114, o Supremo Tribunal Federal considerou que a ICAB não possuía um culto próprio, constituindo-se em uma simples “imitação” da Igreja Romana, de modo que prejudicava o direito de liberdade de culto desta, e como consequência, contrariava “a ordem pública ou os bons costumes”. Embora este julgamento tenha forçado

a Igreja Brasileira a modificar seus ritos, vestes e símbolos, Dom Salomão não fez o mesmo com a Igreja Católica Livre, passando por situações complicadas em seu cotidiano.

Uma das maiores objeções feitas pelas autoridades eclesiásticas da Igreja Romana em São Paulo tinha por objeto o uso da batina por parte do bispo da Igreja Católica Livre, em suas andanças pela cidade, igual a dos bispos da Igreja Católica Romana, o que criava grandes confusões. Num bonde, o Rev. Roldão presenciou um vigário levantar-se de seu lugar, beijar o anel do bispo e sentar-se atrás, de acordo com as normas regulamentares. Em outra ocasião, Dom Salomão fora convidado para officiar num enterro no Hospital Cruz Azul. Lá chegando, foi recebido pelas freiras com toda a amabilidade, respeito e mesmo devoção, pensando tratar-se de um prelado católico romano. Mas quando o celebrante iniciou a cerimônia, lendo a respectiva liturgia na língua portuguesa, as freiras e os enfermeiros, percebendo o engano, retiraram-se imediatamente, em sinal de protesto. Uma outra vez, um padre católico romano fora proferir uma conferência, na Associação Paulista de Imprensa, sobre "Comunicação e Jornalismo", à qual compareceu Dom Salomão Ferraz, sentando-se no auditório. Quando o conferencista, da mesma, percebeu "um bispo" no auditório, recusou-se a iniciar seu trabalho, sob a alegação de que não poderia fazê-lo sem a autorização de seu superior presente. Os promotores da conferência, ao identificar Dom Salomão, um dos membros da Associação Paulista de Imprensa, imediatamente o convidaram para tomar assento à mesa e deram-lhe a palavra para fazer a apresentação do conferencista, o que o fez, enaltecendo a cultura deste (Ferraz, 2002, p. 54).

Conflitos de cunho pessoal também começaram a surgir entre Dom Salomão e Dom Carlos. Em uma carta enviada a Ferraz, em 21 de janeiro de 1948, o seu fundador critica o uso indevido do nome da ICAB.

“... Uma coisa peço a V. Exa. não use do nome da Igreja Católica Apostólica Brasileira e do meu próprio, para tirar proveito para a V. Exa., como V. Exa. vem fazendo em São Paulo, Ribeirão Pires, Santos, Espírito Santo e

outros lugares. O movimento de V. Exa. é muito diferente do meu e eu não permito confusões.” (Martini, 2012, p. 37).

Aqui se percebe claramente uma distinção apontada pelo próprio Dom Carlos em relação ao movimento liderado por Dom Salomão. A Igreja Católica Brasileira era uma denominação distinta da Igreja Católica Livre. E aqui podemos apontar algumas dessas razões. De fato, houve uma tentativa inicial de união entre a ICAB e a ICL, porém, sem sucesso. Dentre as divergências existentes, estava o fato de que Ferraz aceitava a sucessão e o primado do Papa, enquanto Duarte não reconhecia a jurisdição papal sobre a sua Igreja. Em uma última carta ao fundador da Igreja Católica Livre, em 13 de fevereiro de 1952, Dom Carlos aponta a sua tentativa de fundar um movimento religioso nacionalista.

“... Quem governa este movimento de regeneração cristã está bem claro nas minhas armas episcopais: O SENHOR É A MINHA LUZ. E as minhas atitudes são descritas pelo próprio salmista: ELE É A MINHA SALVAÇÃO, A QUEM TEMEREI? Eu me despi de todas as honras e vaidades, para assegurar o triunfo da nacionalização da Igreja, em minha pátria, porque está na nacionalização da Igreja o bem-estar de uma nação livre e independente. Abracei, com verdadeiro entusiasmo, as perseguições, as calúnias, as mentiras, os infortúnios, a prisão, tudo, enfim, para que a Pátria siga novos rumos, com a sua emancipação.” (Martini, 2012, p. 42).

O movimento de uma Igreja Nacional nunca teve o êxito esperado por Dom Carlos, que faleceu em 26 de março de 1961, aos 72 anos. Em 04 de julho de 1970, o Bispo de Maura foi canonizado e elevado aos altares da ICAB, com o título de São Carlos do Brasil. Por outro lado, o seu movimento iria alcançar proporções internacionais no futuro, com a fundação de novas Igrejas a partir do autodenominado de “Catolicismo Independente”, que iria afetar a unidade da própria Igreja Brasileira, com diversos cismas nas décadas seguintes.

Por outro lado, Salomão trilhou um caminho totalmente oposto, se afastando da ideia de uma Igreja Católica Nacional, e iniciando um processo de conversão ao Catolicismo Romano. Dentre os motivos estavam a falta de novas vocações para a sua Igreja Católica

Livre, a sua aceitação do primado do Papa e a confissão dos demais dogmas católicos, bem como a abertura do Vaticano ao Ecumenismo, que abriram na mente de Ferraz um caminho para o seu retorno a Roma. Em 1959, em cerimônia solene, ele foi recebido e teve as suas ordens reconhecidas pelo então arcebispo de São Paulo, o Cardeal Motta.

No dia 08 de dezembro de 1959, às 8:30 horas da manhã, na Capela do Menino Jesus, Dom Salomão, perante S. Em. Sr. Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, fez voto de profissão de fé católica e assinou o respectivo termo de compromisso. Assistiu ao ato uma grande congregação. Foi ele, assim, solenemente admitido na Igreja Católica Romana como Bispo Superior da Ordem de Santo André. O cardeal Dom Carlos Carmelo falou sobre o significado da solenidade e benzeu-lhe o anel. Em seguida, Dom Salomão saudou o Cardeal: Parainfaram o ato do Comendador Mário Antunes Maciel Ramos e o desembargador Laurindo Minhoto Júnior. Nessa mesma igreja, às 9 horas, Dom Salomão celebrou a primeira missa como bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, acolitado pelo Pe. Nicolau Rossetti S.J. e Monsenhor Costa Neves. Às 16 horas, o novo bispo católico romano foi recebido pelo Cardeal Motta no palácio Pio XII. Dom Salomão considerou este um grande dia. A Capela do Menino Jesus, modesto recinto religioso, foi certamente escolhido para evitar dar ao ato uma repercussão maior; ou porque o ato, no entender dos promotores, não tinha grande importância, ou para evitar alguma manifestação desfavorável do público católico romano (Ferraz, 2002, p. 60).

Em uma situação totalmente inédita na Igreja Católica, uma vez que era casado e tinha filhos, netos e até bisnetos – dada a sua avançada idade –, Dom Salomão Ferraz foi recebido em 25 de março de 1960 pelo Papa João XXIII. Após a sua nomeação como *Bispo Auxiliar de São Paulo* e *Bispo Titular de Eleutherna*, no ano seguinte viajou com a delegação brasileira para participar do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando defendeu a tese de uma “celebração litúrgica em vernáculo”¹⁰,

¹⁰ Mais informações sobre a participação de Dom Salomão Ferraz no Concílio do Vaticano II podem ser encontradas na tese de doutorado em História Social de José

fato este que iria se concretizar com a reforma litúrgica de Paulo VI e a publicação do novo Missal. Em 1964, encontrou-se com este Papa, apresentando um projeto de “Reforma Disciplinar” acerca do celibato sacerdotal, o qual nunca foi concretizado na Igreja.

Eis, pois, Santidade, o que constitui, a meu ver, a grande aspiração dos nossos tempos: Que o regime eclesiástico do celibato, no que tange ao clero secular, seja reajustado, tornando-se facultativo, porém, cautelosamente, de acôrdo com o critério dos respectivos Bispos, que nêsse sentido recorrem ao Sumo Pontífice, a quem cabe estudar a situação e decidir" (Ferraz, 1964, p. 1).

Embora bastante criticado por outros bispos, no Brasil e no mundo, Dom Salomão deixava bem clara as razões e os fundamentos de sua petição no memorial apresentado ao Papa Paulo VI, buscando, acima de tudo, a unidade da Igreja através do retorno de padres que por alguma razão, deixaram a sua comunhão com o Vaticano e desejam voltar para Roma.

Virá reabilitar um considerável número de sacerdotes, que se encontram afastados, e que conservam intacta a sua fé, e cujas vidas não destôam do padrão moral do Evangelho. Alguns dêles passaram a militar nas dissidências. [...] Contribuirá para resolver a crise alarmante de vocações sacerdotais, sobretudo na América Latina (Ferraz, 1964, p. 2).

Na posição de bispo católico, Ferraz tentou de todas as maneiras levar aos seus colegas de episcopado, um pouco de sua experiência eclesial em outras denominações, sempre defendendo a bandeira do Ecumenismo, como o seu maior legado. Mas, sem dúvida, em seus últimos anos, Dom Salomão viveu e morreu como católico sincero.

Oscar Beozzo, intitulada "Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II", com os registros das Atas do Concílio. A relação das suas intervenções no Concílio são as seguintes: 224 - Dom Salomão Ferraz - Vat. II: 1º, 2º, 3º e 4º períodos [11 intervenções] AS I/1, 581-83 - IX; AS I/3, 328; AS II/I,662; AS II/3, 459-60; AS II/4, 853-55; AS II/5, 890-91; AS III/4, 730; AS III/4, 894-97; AS III/7, 844; AS III/8, 992-93; AS IV/2, 153-53.



No dia 14 de abril de 1969 celebrou a sua última missa, ficando impossibilitado após sofrer um acidente ao descer de um ônibus. Salomão faleceu em 11 de maio de 1969, aos 89 anos, sendo sepultado no mausoléu da Irmandade de São Pedro dos Clérigos, no Cemitério Santíssimo Sacramento, na capital paulista, com todas as honras de um bispo da Igreja Católica Romana.

Apesar da sua tortuosa jornada, como pastor presbiteriano, reverendo anglicano e bispo católico, foi neste último momento, em sua carreira eclesiástica, que Ferraz deixou o seu verdadeiro legado. Essa jornada se iniciou com o processo de sua sagração pelas mãos do Bispo de Maura. Porém, a passagem de Ferraz pela Igreja Católica Livre, como um bispo validamente ordenado por outro bispo que foi excomungado, e que, posteriormente, foi recebido na Igreja Católica Romana, criou uma situação totalmente inédita e *sui generis* na história do Direito Canônico e do próprio Catolicismo, a qual fundamenta o título deste trabalho como “O Caso Salomão Ferraz”.

Dom Salomão Ferraz foi consagrado bispo por Dom Carlos Duarte Costa, em 1945. Ele reconciliou-se com a Igreja Católica Romana em 1958, durante o pontificado do Papa Pio XII. Dom Ferraz foi nomeado pela Santa Sé para ser Bispo Titular de Eleuterna em 12 de maio de 1963. Embora ainda casado, foi depois nomeado Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, pelo Papa João XXIII. Mais tarde Dom Ferraz foi convocado pelo Papa Paulo VI, para servir em uma comissão de trabalhos do Concílio Vaticano II. É notável que o Bispo Ferraz nunca foi re-consagrado pela Igreja Católica Romana, nem condicionalmente (sub-conditione), e mais tarde foi enterrado com todas as honras de Bispo da Igreja Católica Romana (Martini, 2012, p. 75).

A Igreja Católica Livre não aderiu Catolicismo Romano como fez o seu fundador. A partir de então, Dom Manoel Laranjeira passou a liderar o movimento iniciado por Ferraz, agora sob o nome de Igreja Católica Apostólica Independente no Brasil (ICAI). Por conta de disputas internas, em 2010 surgiu um novo grupo denominado Igreja

Católica Apostólica Independente de Tradição Salomoniana (ICAI-TS). Ambas as Igrejas, embora sem expressão no Brasil, fazem parte do movimento intitulado Catolicismo Evangélico Salomonita.

Sem dúvida, Dom Salomão Ferraz foi um dos promotores do que entendemos como um Ecumenismo Prático. Dentro da Teologia, podemos apontar que, o melhor conceito de Ecumenismo e da própria Igreja, segundo a visão de Salomão Ferraz, é a ideia de comunhão.

A melhor hermenêutica ecumênica é a hermenêutica da comunhão que, por ser capaz de penetrar com profundidade no mistério do Deus Uno e Trino, à luz desse mistério compreende também em profundidade a verdade da Igreja. “O conceito de comunhão (koinonia)... é muito adequado para exprimir o núcleo profundo do mistério da Igreja e pode ser, certamente, a chave de leitura para uma renovada eclesiologia católica”. Essa hermenêutica possibilita convergências e consensos teológico-pastorais entre as tradições eclesiais, superando as divergências na compreensão dos elementos que expressam a verdade da Igreja. As tradições particulares assumem sentido universal quando isso acontece (Bizon; Drubi (Orgs.), 2004, p. 81).

Salomão conseguiu trilhar diferentes caminhos, deixando um legado único na história do Cristianismo, não apenas no Brasil, mas também no mundo. Ainda hoje a sua produção teológica é pouco conhecida pelo público. Mas diante do que foi apresentado, ele deve ser considerado como uma referência de peso para o diálogo ecumênico entre as Igrejas Cristãs.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia – 1959-1965**. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 436 f.

BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A Unidade na Diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRANDRETH, Henry. R. T. **Episcopi Vagantes and the Anglican Church**. Berkeley, Apocryphile Press, 2006.

CROSS, Frank L.; LIVINGSTONE, Elizabeth A. (Orgs.). **The Oxford Dictionary of the Christian Church**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FERRAZ, Hermes. **Dom Salomão Ferraz e o ecumenismo**. 2. ed. São Paulo: João Scortecci Editora, 2002.

FERRAZ, Salomão. **A Fé Nacional**. São Paulo: Ordem de Santo André, 1932.

_____. In: **Estandarte Cristão**, outubro de 1927.

_____. **Reforma Disciplinar: Memorial** apresentado ao Santo Padre Paulo VI. Roma, Festa de Nossa Senhora do Rosário, em 7 de Outubro de 1964.

KICKHOFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: IEAB, 1995.

LEMOES FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2020.

LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e história social. 2ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JERP/ASTE, 1981.

MARTINI, Marcos. **Igreja Católica Apostólica Brasileira**: coletânea para leigos e novos sacerdotes. 2.ed. Cascavel: Clube de Autores, 2012.

A COMISSÃO NACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA
ROMANA

Das suas origens ao Ecumenismo prático

INTRODUÇÃO

Após quatrocentos anos de separação entre as Igrejas Anglicana e Católica Romana, após disputas religiosas oriundas da Reforma Protestante, novos ventos sopraram sobre as Igrejas Cristãs. Em 1966, o Arcebispo de Cantuária Michael Ramsey visitou o Papa Paulo VI, na cidade de Roma. Esse evento histórico marcou o início de uma série de encontros ecumênicos entre as duas denominações, a partir dos quais foi formada a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (*Anglican Roman Catholic International Commission* – ARCIC, em inglês). A partir dessa comissão bilateral, iniciou-se o trabalho de diálogo ecumênico a partir de encontros regulares entre representantes da Santa Sé e da Comunhão Anglicana, nos quais são tratadas questões ligadas à doutrina da Eucaristia, do Ministério e Ordenação da Autoridade na Igreja, da Salvação e a Igreja, e da Comunhão Eclesial.

Nesse mesmo espírito, em 1982 surgiu a Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC), a partir de uma iniciativa conjunta do Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O trabalho encarregado pela CONAC ao longo dos anos foi o de traduzir e estudar os relatórios produzidos pela ARCIC, de modo a apresentar aos fiéis das Igrejas do Brasil os frutos do trabalho da Comissão Internacional, dar testemunho da unidade e propor caminhos para que as denominações se conheçam melhor, cooperem naquilo que for comum e respeitem as diferenças dentro da pluralidade existente nas teologias anglicana e católica romana.

Porém, após os anos 2000, percebemos um *hiatus* no trabalho da Comissão Nacional, que de alguma forma, estagnou, durante um período marcado por novas configurações institucionais no Papado e o Ecumenismo – a transição do pontificado de João Paulo II para o de Bento XVI e a instituição da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, em 2009 – e na Comunhão Anglicana, com a fragmentação e tensões surgidas na mesma – a ascensão da GAFCON e grupos contrários ao avanço da ordenação feminina e de novas pautas teológicas assumidas por algumas Igrejas da Comunhão, como a ordenação e o casamento religioso de pessoas homoafetivas – as quais geraram cismas dentro de denominações anglicanas que se

aprofundaram em tais questões, a exemplo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Em face dos novos desafios que surgiram para o campo ecumênico brasileiro, especialmente a nova configuração do mercado religioso brasileiro – com a ascensão das teologias carismática e neopentecostal, após os anos 2000, marcadas por uma resistência doutrinária ao Ecumenismo do século XX, por conta do ideário de conversão e de confronto ao “diferente” –, somada à falta de articulação da CONAC nos últimos anos, para trabalhar conjuntamente em temas e assuntos de interesse comuns – a partir das mudanças surgidas no período de Bento XVI e da crise institucional na Comunhão Anglicana –, este trabalho visa atualizar as pesquisas sobre o Ecumenismo, tomando por objeto de pesquisa o trabalho realizado até então pela Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana, sendo, pois, uma pesquisa inédita, acerca do objeto estudado.

De que maneira a CONAC pode dar continuidade ao diálogo entre as Igrejas Anglicana e Católica Romana do Brasil, no atual contexto da Comunhão Anglicana e do pontificado do Papa Francisco? Para responder a estas perguntas, buscaremos analisar o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC), a partir de um breve histórico do diálogo ecumênico realizado entre as Igrejas Anglicana e Católica Romana no Brasil, analisando os avanços e problemas surgidos desde o surgimento da Comissão Nacional, para que possamos propor possíveis soluções para a continuidade dos trabalhos, pautadas no conceito do ecumenismo prático.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA ARCIC E DA CONAC

Não é possível falar do diálogo anglicano-católico romano sem falar do movimento ecumênico. Ao contrário do que se imagina popularmente, o Ecumenismo enquanto movimento surgido entre as Igrejas Cristãs não tem origem na Igreja Católica Romana.

Historicamente, “o movimento ecumênico surgiu no seio das Igrejas e Comunidades Eclesiais derivadas da Reforma. Não só a Igreja Católica, mas também as Igrejas orientais ortodoxas aderiram muito

mais tarde ao movimento ecumênico” (CNBB, 1979, p. 178), uma vez que este nasceu junto com as federações, uniões e conferências interconfessionais, a exemplo da Conferência de Lambeth da Igreja Anglicana (1867), a Conferência Metodista Mundial (1881), a Convenção Luterana Mundial (em 1947, transformada na Federação Luterana Mundial), e outras reuniões do gênero.

O ano de 1960 pode ser considerado o marco inicial do diálogo anglicano-católico romano, quando, em um gesto considerado inédito, o Papa João XXIII recebeu o Arcebispo de Cantuária Geoffrey Fisher, sendo o primeiro encontro entre ambos os líderes das respectivas Igrejas desde a Reforma inglesa. No ano seguinte o Papa recebeu pela primeira vez, como chefe do Estado do Vaticano, a Rainha da Inglaterra.

Como consequência direta de encontros ecumênicos que desenvolvia há anos com patriarcas ortodoxos, antes mesmo do seu pontificado, Angelo Roncalli sentiu que era o momento de traçar novos fundamentos para uma Igreja que necessitava dialogar com o mundo moderno. Em 1961 foram publicadas as encíclicas *Mater et Magistra*, no mês de maio, atualizando a Doutrina Social da Igreja; *Aeterna Dei Sapientia*, em novembro, em que conclamava os cristãos à unidade; e por ocasião do Natal, publicou a bula *Humanae salutis*, convocando o Concílio Vaticano II para o ano seguinte. A 1ª sessão de trabalhos foi aberta em 11 de outubro, encerrando-se em 8 de dezembro de 1962, em Roma.

Com a morte de João XXIII, coube ao novo Papa, Paulo VI, eleito em 21 de junho de 1963, a tarefa de dar continuidade ao Concílio, que foi concluído em 8 de dezembro de 1965, em sua 4ª sessão. Durante as reuniões, em 21 de novembro de 1964, Paulo VI publicou o Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio*, que tratava sobre o Ecumenismo. Este documento possui grande importância, pois nasceu diretamente do espírito do Concílio Vaticano II, por meio dos debates promovidos e dos anseios levados à Roma pelos padres conciliares.

A partir desse documento, a Igreja Católica traçou os princípios que deveriam ser utilizados para o diálogo com outras denominações cristãs, fundamentando tal prática no desejo de Jesus Cristo de que recuperar a unidade de todos os cristãos. Inclusive, em suas palavras iniciais, o Decreto afirma que “Ele fez nascer entre os nossos irmãos separados um movimento para recuperar a unidade de todos os

cristãos. Esse movimento de unidade é chamado movimento ecumênico” (CNBB, 2005, p. 28). Sobre o termo, “irmãos separados”, utilizado no Decreto Conciliar, vale ressaltar que atualmente ele não é mais utilizado, vistos os avanços promovidos pelos encontros ecumênicos.

A expressão “irmãos separados” é própria do Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio* e, como tal, é usada quando se cita o documento. À época do Concílio, era sinal de avanço. Hoje essa expressão já está superada, como vemos na Encíclica *Ut Unum Sint* e em outros textos oficiais. Atualmente, a expressão mais usada é “outros cristãos” (CNBB, 2005, p. 31).

Seguindo o espírito do nascente ecumenismo dentro da Igreja Católica, em 1966 aconteceu um segundo encontro entre os líderes das Igrejas Católica Romana e Anglicana, quando o Papa Paulo VI se reuniu com o Arcebispo de Cantuária, Dr. Michael Ramsey. Do compromisso assumido pelos dois, nasceu a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC). A partir de então, a Igreja Católica Romana e a Comunhão Anglicana entraram num processo de diálogo fecundo, que se tem caracterizado pela descoberta de significativos elementos de fé que compartilhamos e por um desejo de manifestar o que temos em comum, conjuntamente, através do testemunho, da oração e do serviço.

Em 1981 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil começaram os trabalhos para o estabelecimento então chamada Comissão Bilateral Anglicana-Católica Romana, posteriormente intitulada Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana. Após estas reuniões preparatórias, em 1982 a CONAC foi oficialmente organizada, sendo escolhida a cidade de São Paulo como a sua sede.

Um dos destaques que damos nesse processo é o papel central da Casa da Reconciliação¹¹, de propriedade da Arquidiocese de São

¹¹ A Casa de Reconciliação tem origem na década de 80, com a chegada da Congregação dos Frades Franciscanos da Reconciliação, uma comunidade católica dos Estados Unidos que tinha como Carisma criar laços de Unidade e de Fraternidade entre os diferentes credos. Logo passaram a articular e facilitar o trabalho ecumênico já realizado pela Arquidiocese de São Paulo. Em 1994, com o retorno dos Frades da

Paulo, que serviu de local para as reuniões e onde se encontra o arquivo da Comissão. O atual responsável é o padre José Bizon, que relata em sua obra sobre o Ecumenismo a composição da Comissão, que se dá da seguinte maneira: “a Câmara dos Bispos da Igreja Anglicana escolhe os seus representantes e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolhe os seus. A coordenação da Comissão se dá com um bispo de cada uma das tradições” (Bizon; Drubi (Orgs.), 2004, p. 12).

A importância da CONAC não se revela apenas na busca de estabelecer um diálogo a nível nacional entre as duas denominações cristãs, mas, sobretudo, em ter realizado um profícuo trabalho desde a sua fundação, indo além da tradução dos documentos da ARCIC e outras iniciativas, que por muito tempo, construíram um Ecumenismo com sólidas bases.



TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CONAC

A proximidade entre anglicanos e católicos era bastante visível nos anos 80. Uma confirmação desse fato se deu no dia 18 de maio de 1987, quando o bispo anglicano Desmond Tutu, ao visitar a cidade do Recife, fez questão de se encontrar com Dom Helder Câmara. Além da agenda de visitas à Igreja Anglicana e outras formalidades com autoridades locais, uma foto do abraço entre o sul-africano vencedor do prêmio Nobel da Paz de 1984 e o Arcebispo de Olinda e Recife – que havia sido boicotado pelo regime militar de concorrer ao Nobel, em anos anteriores –, tornou-se à época um dos símbolos do Ecumenismo no Brasil.

Este clima de cordialidade e cooperação mútua, sem dúvida, ajudou a CONAC no desenvolvimento dos trabalhos, não apenas teológico-acadêmicos, mas também prático-pastorais. No campo teológico-acadêmico, sem dúvida a maior contribuição foi a tradução e

Reconciliação para os EUA, a casa foi doada para a Arquidiocese, que passou a utilizá-la como centro de estudos e reuniões de suas comissões e movimentos ecumênicos. Dentre os primeiros grupos que ali se estabeleceram, destacamos o Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (MOFIC); a Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo e de Diálogo Inter-religioso da Arquidiocese de São Paulo (CEDRA) – a antiga CEA; a Comissão Nacional de Diálogo Anglicano Católico-Romano (CONAC); e a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico Judaico (DCJ).

estudo dos vários documentos produzidos pela Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), que deram origem às obras *Relatório Final* (1990), *Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos* (1992), *O Dom da Autoridade* (1999), *Vida em Cristo* (2001), *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (2005) e *Crescer Juntos na Unidade e na Missão* (2010). Também destacamos o trabalho voltado para a importância do Ensino Religioso com programas ecumênicos, nas escolas públicas, bem como a recomendação que a disciplina “Ecumenismo” fosse introduzida nos currículos das faculdades e seminários teológicos das Igrejas do Brasil.

Durante essas décadas de trabalho, algumas datas merecem destaque. Nos dias 20 e 21 de novembro de 1992 foram celebrados os dez anos de fundação da CONAC, em um encontro realizado na cidade de São Paulo, que contou com vinte e um participantes, vindos de vários estados do Brasil e um representante de Portugal. O fruto mais concreto do encontro foi a obra *Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos*, publicada neste mesmo ano.

Vindos de várias partes do Brasil no espírito fraterno que sempre nos caracterizou, os membros da CONAC (Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana) se reuniram na Casa da Reconciliação, em São Paulo, para comemorar os 10 anos da Comissão. Nestes dois dias, em oração e louvor a Deus, refletimos sobre a nossa vocação ecumênica e julgamos nossa caminhada à luz da palavra de Deus, da realidade ecumênica e das experiências vividas e nos propusemos algumas ações para o futuro. Apesar das dificuldades que se apresentam ao diálogo em nível internacional, constatamos o vivo desejo de todos de continuar em nosso esforço comum e mesmo ampliá-lo (CONAC, 1992, p. 125).

No campo prático-pastoral, ao longo dos anos houve um esforço para a promoção das Campanhas da Fraternidade Ecumênicas de 2000, 2005 e 2010. Em nível internacional, a CONAC participou do Encontro Internacional em Mississauga, Canadá, em 2001, com Dom Glauco Soares de Lima, representando a IEAB, e Dom Antônio Celso de Queiroz, representando a CNBB.

A Comissão participou do encontro de bispos anglicanos e católicos romanos, procedentes de treze países, em Mississauga, grande Toronto, Canadá, de 14 a

20 de maio de 2000, convocados por Sua Eminência o cardeal Cassidy e Sua Graça o arcebispo George Carey. Como resultado desse encontro a Comissão já organizou dois encontros no Brasil de bispos da Igreja Anglicana e da Igreja Católica, e está se preparando para o terceiro encontro (Bizon; Drubi (Orgs.), 2004, p. 12).

Como consequência dos três grandes encontros entre bispos anglicanos e católico-romanos no Brasil, ocorridos em 2001, 2003 e 2007, que marcaram o diálogo entre as duas Igrejas, também foram produzidas liturgias comuns para as celebrações ecumênicas. Em especial, o encontro do ano de 2007 merece destaque pela celebração dos vinte e cinco anos de instalação da CONAC.

Dom Maurício Andrade, Primaz da IEAB e dom Odilo Pedro Scherer, cardeal arcebispo de São Paulo, receberam juntos dezenas de bispos anglicanos e católicos, reverendos, padres e centenas de leigos das duas igrejas, que acorreram, ontem, à Paróquia Anglicana da Santíssima Trindade, em São Paulo, para celebrar os 25 anos de instalação da Comissão Nacional Anglicano-Católico-Romana – Conac. Organizado pelo padre José Bizon, da Casa de Reconciliação - Conac e pelo rev. Arthur Cavalcanti, pároco da Santíssima Trindade, o Ofício de Vésperas incluiu orações na versão ecumênica – o Credo e o Pai Nosso, tradicionais hinos anglicanos e cânticos à Virgem Maria. O pregador foi dom José Alberto Moura, arcebispo de Montes Claros (MG) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e para o Diálogo Inter-religioso da CNBB (Diocese Anglicana de Brasília, 19 abr. 2007).

Dentre as fontes escolhidas para analisar os trabalhos da Comissão Nacional, as principais são os relatórios da comissão de relações ecumênicas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, apresentados a cada Sínodo da instituição. A partir da criação da CONAC, em 1982, temos os seguintes relatórios, nos respectivos Sínodos realizados.

Sobre o Documento Bilateral da ARCIC (Anglicana Roman Catholic International Committee): (a) Grupo Meridional – Sul-Occidental: Rev. Luiz Osório Pires Prado, Rev. Oswaldo Kickhöfel, Rev. Laudelino Corrêa

Gusmão e Rev. Carlos Getúlio Hallberg; (b) Grupo Central – Sul-Central: Revmo. Dom Sumio Takatsu, Rev. Jaci Correia Maraschin, Rev. Sydney Alcoba Ruiz e Rev. Celso Franco de Oliveira; (c) Revmo. Dom Edmund Knox Sherrill, Rev. Paulo Ruiz Garcia, Rev. Júlio Pedro Seelig e Profa. Yara Lins Silva (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1984, p. 23).

Nas Atas do Sínodo de 1984, acima transcritas, temos a eleição da primeira comissão que representaria a IEAB para iniciar os trabalhos de tradução do documento da ARCIC. Destacamos a escolha dos membros para que cada diocese fosse contemplada com seus respectivos representantes. Entretanto, percebemos a participação de apenas uma mulher, dentro do universo masculino. Este passo institucional foi importante para o início dos trabalhos, os quais passaram a serem registrados também nas Atas dos Sínodos seguintes.

Comissão Bilateral Anglicana-Católica Romana, nomeada respectivamente pelo Sínodo e pela CNBB, já completou a tradução do documento ARCIC (da Comissão Internacional) como já foi mencionado anteriormente e está em fase de fazer uma tradução popular dos documentos para o uso nas igrejas. A tradução oficial terá o prefácio do Primaz e do Presidente da CNBB, apreciação crítica de ambas as Igrejas, e o comentário da própria Comissão. A nossa apreciação já entregue ao CONIC é o que a Câmara dos Bispos pronunciou a respeito e encontra-se apenas a este relatório (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1986, p. 55).

Este documento da ARCIC citado nas Atas do Sínodo de 1986 é a obra *Relatório Final* (1990), sendo a primeira tradução em língua portuguesa e publicada no Brasil. O destaque desse documento é o parecer emitido ao final do livro pela CONAC, comentando cada um dos tópicos abordados pela ARCIC (Doutrina Eucarística, Ministério e Ordenação, Autoridade na Igreja, *Jus Divinum*, Jurisdição e Infabilidade).

Continuam os trabalhos em São Paulo. A Comissão tem dado atenção às pesquisas realizadas, a nível internacional, em torno das Ordens Anglicanas. Dois pontos merecem a nossa atenção: 1 – o reconhecimento,

a nível das pesquisas, de que o Ordinal em uso na Igreja da Inglaterra na época da Reforma estava baseado nas tradições antigas do Ocidente e do Oriente. E a forma imperativa: recebe o Espírito Santo, estava em uso na Idade Média. Hoje a Igreja Católica Romana com o retorno ao padrão primitivo reencontra-se com o anglicanismo. 2 – Quando o papa da época decidiu declarar nulas as Ordens anglicanas o fez com um bom número de assessores esclarecidos opinando o contrário. Na ocasião da visita do Arcebispo de Cantuária a São Paulo, a CONAC preparou a liturgia do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé, onde vieram cerca de mil pessoas, numa segunda-feira à noite, e, houve procissão do clero da Catedral, os bispos e os representantes ecumênicos, que vieram até do Estado do Espírito Santo. Ali o Arcebispo foi saudado pelo Cardeal de São Paulo como mensageiro de Deus, apóstolo da paz, amigo dos pobres e defensor dos direitos humanos (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1990, p. 63-64).

Durante a visita do Arcebispo de Cantuária ao Brasil, foi realizada a primeira liturgia ecumênica do gênero, com grande participação dos membros das duas denominações.

Esta comissão tem se reunido regularmente. Suas atividades constaram de leituras e estudos sobre artigos referentes ao papado, suas estruturas, problemas e sugestões por parte de autores católicos romanos em outros países. A atividade mais recente foi o lançamento do Texto base da CF 2000 Ecumênica, juntamente com o MOFIC e a Associação de Educação Católica/SP, com a presença de cerca de 600 pessoas, sendo a maioria professores católicos romanos nas instituições educacionais do estado, do município e dos particulares (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2000, p. 57).

A partir da segunda década dos anos 2000, com os trabalhos concentrados em São Paulo, a IEAB buscou priorizar a participação de clérigos e clérigas oriundos dessa região eclesiástica. Neste período, damos destaque à participação do clero da Diocese Anglicana de São Paulo (DASP), a exemplo dos bispos Dom Sumio Takatsu, Dom Hiroshi Ito e Dom Roger Bird, dos reverendos Jaci Maraschin, Francisco Cézar, Arthur Cavalcante, Tadeu dos Santos, Sérgio Pacheco

e das reverendas Carmen Kawano e Valéria Silva. Do lado católico romano, destacamos a participação dos bispos Dom Décio Pereira, Dom Antônio Celso de Queiroz, Dom Caetano Ferrari, dos padres Alcides Costa, Alcides Pinto da Silva, José Bizon, Paulo H. Gozzi, e das irmãs Gisa Fonseca e Palmira Miranda.

ROBLEMAS E *HIATUS* NO DIÁLOGO ECUMÊNICO

Desde o início da década de 80, a Igreja Católica Romana dava sinais de preocupação quanto aos avanços das pautas relativas à Ordenação Feminina na Comunhão Anglicana. O próprio relatório da Comissão de Relações Ecumênicas para o Sínodo da IEAB de 1986 destacava os entraves surgidos na ARCIC.

A Comissão Bilateral Anglicano-Católica Romana foi incumbida, nesta segunda fase, de tratar do Crescimento para Reconciliação entre ambas as Comunhões. E a correspondência havida entre o Arcebispo de Cantuária, o Papa João Paulo II e o Cardeal J. Willebrands, no período de 20 de dezembro de 1984 a 16 de junho de 1986, indica que constará das pautas da Comissão as questões referentes à Ordenação Feminina, reconhecimento das Ordens Anglicanas e outros impedimentos para a unidade. No que se refere ao reconhecimento das Ordens Anglicanas, é persuasão católica romana que haverá solução desse problema quando houver acordo mútuo entre ambas as Igrejas em matéria de Eucaristia e Ministério (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1986, p. 49-50).

Ao contrário do texto apresentado no Sínodo de 1990, quando a CONAC havia destacado os avanços no diálogo acerca da validade das Ordens Anglicanas, a situação nos anos 2000 mudou drasticamente, sobretudo com o avanço da ordenação feminina para os três ministérios, bem como a aprovação da ordenação e do casamento de pessoas homoafetivas, a exemplo da eleição e ordenação do bispo Gene Robinson, na Igreja dos Estados Unidos, que gerou grande controvérsia e divisão entre as Igrejas da Comunhão Anglicana, no chamado Grande Cisma do Recife, ocorrido na Diocese Anglicana desta cidade.

Na semana passada, a Comissão Internacional Anglicano-Católica (ARCIC) reuniu-se em Roma para uma nova rodada de discussões ecumênicas. Agora que os anglicanos têm bispas, bispos homossexuais e estão bem adiantados no longo do caminho em direção ao casamento de pessoas do mesmo sexo, há algum ponto de comunhão? Os cínicos argumentam que esse tipo de reunião ecumênica é mera fachada. Um analista comparou o evento às rodadas intermináveis de *détente* [relaxamento das tensões diplomáticas entre EUA e URSS na década de 1970] durante a era soviética, em que ambos os lados apertavam as mãos e sorriam para as câmeras, mas estavam realmente esperando para ver que lado iria criar a divisão primeiro (IHU Unissinos, 11 mai. 2015).

Durante todo o século XX a Comunhão Anglicana sofreu fragmentações com o surgimento do Movimento Carismático, Movimento Continuantista e grupos anglo-católicos ou evangélicos que saíram das suas respectivas Províncias, por discordarem de posições teológicas ou doutrinárias assumidas por estas Igrejas, a exemplo da Ordenação Feminina.

A Comunhão Anglicana já não é a mesma depois da ordenação sacerdotal da Revda. Li Tim Oi, primeira presbítera anglicana. [...] É bem verdade que algumas Províncias ainda não aceitaram a ordenação presbiteral e episcopal para as mulheres, mas creio que isto é apenas uma questão de tempo (Aquino, 2000, p. 117).

Devido à contestação de alguns grupos anglo-católicos, por não se sentirem mais identificados ou representados dentro da Comunhão Anglicana pelas posturas liberais de algumas Igrejas, ou na própria GAFCON, que assumiu uma identidade mais evangélica, vislumbrou-se um crescente desejo de muitos anglicanos ingressarem na Igreja Católica Romana, sem, no entanto, abrirem mão dos seus costumes. Esse movimento de “retorno à casa”, como foi interpretado na época pelos católicos romanos e os anglicanos em questão, foi acolhido pelo Papa Bento XVI, quando o pontífice, em 2009, erigiu o sistema do Ordinariato Pessoal para Anglicanos, por meio da Constituição

Apostólica *Anglicanorum Coetibus*¹². Assim, de modo unilateral, a Igreja Católica Romana criou uma estrutura eclesial para receber anglicanos preservando seus costumes que tinham fundamento no período pré-Reforma.

Devido a esse processo de perda de fiéis e de patrimônio, ocorreu um desgaste nas relações Roma-Cantuária, que somente foram resolvidas com os encontros entre o Papa Francisco e o Arcebispo Justin Welby, nos anos de 2016 e 2017. A eleição do Papa Francisco revelou uma nova política adotada pela Igreja Católica ao inverter a lógica das relações ecumênicas do papado de Bento XVI. Ao invés de incentivar e facilitar o ingresso de anglicanos na Igreja Católica, o novo Papa optou que estes permanecessem em suas Igrejas, postura esta que havia evidenciado quando da criação dos Ordinariatos.

Em 2009, quando o Papa Bento XVI criou o ordinariato pessoal, a nova estrutura jurídica para os anglicanos que se convertem ao catolicismo, Bergoglio chamou o bispo Gregory Venables, primaz anglicano do Cone Sul (em comunhão com Canterbury) e residente em Buenos Aires. Durante o almoço, recorda Venables, ‘disse-me muito claramente que o ordinariato era algo absolutamente desnecessário e que a Igreja precisava de nós como anglicanos’ (IHU Unissinos, 03 fev. 2015).

Neste mesmo período pós-Bento XVI, ocorreu uma retomada dos trabalhos da Comissão Internacional, quando a ARCIC III se reuniu no Rio de Janeiro, em 2013. Além de ser a primeira reunião da Comissão Internacional na América Latina, ela contou com amplo apoio dos bispos anglicanos e católicos brasileiros. Esse encontro deu origem ao documento *Caminhando Juntos pelo Caminho: Aprendendo a Ser*

¹² Entre 2011 e 2012 a Congregação para a Doutrina da Fé criou três ordinariatos pessoais, ou seja, para serem administrados pelos fiéis, sob a supervisão de um bispo católico romano, mas sem um território definido, como uma diocese. Sua constituição segue o modelo dos ordinariatos militares. Os três ordinariatos foram criados na seguinte ordem: Ordinariato Pessoal Nossa Senhora de Walsingham (*Personal Ordinariate of Our Lady of Walsingham*), para a Grã-Bretanha; Ordinariato Pessoal da Cátedra de São Pedro (*Personal Ordinariate of the Chair of Saint Peter*), para o Canadá e Estados Unidos; e o Ordinariato Pessoal de Nossa Senhora do Cruzeiro do Sul (*Personal Ordinariate of Our Lady of the Southern Cross*), para a Austrália e Japão.

Igreja - Local, Regional, Universal (livre tradução do inglês, ainda sem previsão para publicação em português).

A Comissão Internacional Anglicana/Católico Romana (ARCIC), órgão oficial de diálogo teológico criado pelas duas comunhões, realizou a terceira reunião de sua nova fase (chamada ARCIC III) no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, de 29 de abril a 7 de maio de 2013. Foi a primeira vez em sua história de quarenta anos que a ARCIC se reuniu na América Latina e, mais precisamente, no hemisfério sul. [...] Vários textos foram preparados para a reunião. A discussão desses textos ajudou a Comissão a prosseguir rumo ao objetivo de produzir uma declaração conjunta. Nesta terceira fase, a Comissão tem o mandato de explorar *a igreja como comunhão, local e universal e como – em comunhão – a igreja local e universal chega ao discernimento do ensino justo em questões éticas*. Em cumprimento a esse mandato, os membros da comissão se dedicaram à análise teológica e à reflexão compartilhada sobre a natureza da igreja e sobre as estruturas que contribuem para o discernimento e a tomada de decisão (SNIEAB, 08 mai. 2013).

Após um *hiatus* de publicações da ARCIC, a mesma voltou a divulgar um novo documento em 2017, fruto de reuniões na Alemanha, como parte das celebrações dos 500 anos da Reforma Protestante. Os temas trabalhados neste novo documento, ainda não traduzido para o português, enfatizavam dois assuntos já aprofundados em documentos anteriores: autoridade e eclesiologia. Essa retomada dos referidos temas, deveu-se aos entraves enfrentados na primeira década de 2000, pelas divergências teológicas surgidas pelos avanços no campo ministerial e teológico de algumas Igrejas da Comunhão Anglicana.

Seu último documento foi “Maria: Graça e Esperança em Cristo”, de 2005, com um hiato desde então até 2010, depois que o Papa João Paulo II se posicionou contra a nomeação do bispo episcopal de New Hampshire, Gene Robinson, que é abertamente gay e depois também revelou estar em um relacionamento. O novo documento, fruto de um acordo em uma reunião em Erfurt, na Alemanha, em 2017, publicado on-line de forma discreta na manhã do dia 2 de julho de 2018, faz parte do que a comissão considera a terceira fase do

trabalho. Os co-presidentes do grupo - Bernard Longley, arcebispo de Birmingham, Inglaterra, e David Moxon, arcebispo anglicano da Nova Zelândia, que acabou de encerrar seu mandato como representante do arcebispo de Canterbury junto à Santa Sé — dizem, no prefácio, que esta fase deve recuperar dois temas de longa data em relação ao diálogo: autoridade e eclesiologia da comunhão (IHU Unissinos, 03 jul. 2018).

Da mesma forma que a ARCIC passou por um *hiatus* neste período, da mesma forma a Comissão Nacional estagnou no Brasil, devido a problemas surgidos dentro da IEAB. Até o ano de 2013 a CONAC tinha reuniões regulares, como atestam as notícias e os relatórios da instituição. Entretanto, após a eleição do bispo Flávio Irala e os problemas surgidos com o cisma da Catedral Anglicana de São Paulo¹³, os trabalhos da Comissão não mais avançaram.

Contextualizando o problema, a Diocese Anglicana de São Paulo (DASP) – a qual sempre esteve diretamente envolvida nas atividades da CONAC, por estar localizada no seu foro –, passou por uma crise semelhante à da Diocese Anglicana do Recife. Tornou-se uma Diocese sem Catedral, e no lugar da sé diocesana, o instituto de formação teológica (IAET) foi fechado, e as atividades passaram a girar em torno de Paróquias localizadas na capital, como a Santíssima Trindade, São João e Santa Cruz, esta última, sede do escritório diocesano.

Da mesma forma, neste período, desgastes institucionais abalaram o episcopado do bispo Flávio Augusto Borges Irala, cuja eleição conturbada havia sido a oportunidade para o Deão Aldo Quintão justificar e formalizar sua saída da IEAB. Com o posterior afastamento do bispo Irala e a Diocese sendo supervisionada pelo então

¹³ Em 2013, o então Deão da Catedral Anglicana de São Paulo, o Reverendo Aldo Quintão, também rompeu com a IEAB, assumindo a posse do templo inglês na capital paulista. Diferente do perfil mais tradicional de Robinson Cavalcanti, Aldo mostrou-se uma figura carismática, que não tardou a participar dos principais programas de entrevistas televisivas do país, assim como sair na capa das mais importantes revistas. Atraindo a classe média e alta de São Paulo, a partir de suas celebrações descontraídas, ele tornou a Catedral Anglicana de São Paulo, não mais sede da Diocese da IEAB, mas uma Igreja Particular, cuja liderança é centralizada em sua própria pessoa.

Primaz Francisco de Assis, tal problema somente foi solucionado com a eleição do novo bispo, o Reverendo Francisco C  zar, em 2019¹⁴.

No meio dessas disputas internas, perda de patrimônio e de fiéis, e a falta de uma liderança episcopal sólida, a DASP não conseguiu mais aprofundar o seu trabalho junto    CONAC. Da mesma forma, apontamos que, durante o pontificado do Papa Bento XVI, a Igreja Católica em São Paulo passou por um avanço de grupos conservadores, a exemplo dos Arautos do Evangelho e a expansão maciça da Renova  o Carismática Católica, ambos os movimentos que, em sua teologia e eclesiologia, não vêem com bons olhos o Ecumenismo, tratando-o como um perigo    unidade e doutrina da Igreja.



PROPOSTAS PARA UM ECUMENISMO PRÁTICO

Os trabalhos acad  mico-teológicos, de tradu  o, estudos e promo  o dos documentos da ARCIC, já fazem parte das atividades regulares da CONAC. Da mesma forma, as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, mostram a preocupa  o das Igrejas Cristãs com os temas ali trabalhados, com uma prepara  o concreta durante a Quaresma e o prenúncio da Páscoa, neste mundo, pela renova  o interna da Igreja. Por isso, queremos propor novos passos para a Comissão, inspirando-se em a  o  es pontuais já realizadas no Brasil e no mundo.

Para entender a ideia do que seria o Ecumenismo Prático – no sentido de buscar incluir concretamente as pessoas que estão fora do nosso círculo eclesial –, devemos mergulhar em outro conceito que possui uma conota  o especial dentro da Teologia e Eclesiologia Anglicana: a Inclusividade. Esse termo, do inglês *comprehensiveness*, foi traduzido pelo Reverendo Jaci Maraschin, que definiu seu conceito da seguinte maneira:

Na língua inglesa de onde vem o conceito de que estamos falando, se diz *comprehensiveness* que não tem

¹⁴ Eleito em 09 de julho de 2019, Francisco C  zar Fernandes Alves tornou-se o sétimo bispo da Diocese Anglicana de São Paulo. Além de reitor da Paróquia São João, na capital paulista, por muito tempo este integrou a CONAC, representando a IEAB nos eventos ecumênicos promovidos em conjunto com a CNBB.

muito a ver com a tradução literal dessa raiz que seria “compreensão”. Aliás, convém anotar que nossos melhores dicionários não registram a palavra compreensividade que, se insistíssemos, não passaria de deselegante anglicismo. Afirmar, pois, que uma das características da Comunhão Anglicana seria a compreensividade nos levaria a fazer uma afirmação incompreensível. Os melhores dicionários da língua inglesa nos ajudam a entender *comprehensiveness* como inclusividade ou abrangência. Sempre foi essa intenção dos teólogos anglicanos quando empregaram a palavra. Inclusividade significa a disposição para incluirmos na nossa experiência cristã a longa e rica tradição católica da igreja Universal, ao mesmo tempo em que nos abrimos para as redescobertas da Reforma Protestante e para as “coisas novas” que o Espírito está constantemente ensinando à igreja. Haverá, certamente, outras formas de inclusividade, mas entre nós essa forma tem sido enriquecedora e geradora de valores e forças espirituais (Maraschin, 1995, p. 24).

Tal conceito de Inclusividade, quando aplicado ao Ecumenismo, seria a capacidade do Anglicanismo e do Catolicismo de se permitirem vivenciar mutuamente a *koinonia*, que é o mistério maior da vida da Igreja, visível em sua pluralidade de expressões – ritos, doutrinas e a vida comunitária –, dando novo sentido à expressão “unidade na diversidade”, muitas vezes desgastada pelo seu uso, por ambas as comunidades eclesiais. Seria a experiência concreta da rica tradição da Igreja, por meio de uma abertura à plena comunhão.

A melhor hermenêutica ecumênica é a hermenêutica da comunhão que, por ser capaz de penetrar com profundidade no mistério do Deus Uno e Trino, à luz desse mistério compreende também em profundidade a verdade da Igreja. “O conceito de comunhão (*koinonia*)... é muito adequado para exprimir o núcleo profundo do mistério da Igreja e pode ser, certamente, a chave de leitura para uma renovada eclesiologia católica”. Essa hermenêutica possibilita convergências e consensos teológico-pastorais entre as tradições eclesiais, superando as divergências na compreensão dos elementos que expressam a verdade da Igreja. As tradições particulares assumem sentido universal quando isso acontece (Bizon; Drubi (Orgs.), 2004, p. 81).

Numa concepção que se fundamenta em uma hermenêutica ecumênica, aberta aos novos desafios do nosso tempo, a inclusividade/*comprehensiveness* em suas diversas facetas litúrgicas, eclesiológicas e pastorais seria fruto direto dos novos ventos do Espírito Santo, que inspira a caminhada da Igreja, que por sua vez é “construída e remodelada na vivência prática do Evangelho e na fidelidade a Jesus Cristo” (Calvani; Oliveira, 2012, p. 219).

Uma possibilidade de Ecumenismo Prático, a ser experimentada e posteriormente adotada como ação pastoral e litúrgica, é o conceito da Paróquia Conjunta (*Joint Parish*, em inglês), a exemplo da Paróquia dos Santos Apóstolos (*Parish of the Holy Apostles*), nos Estados Unidos. Surgida em 1977, em meio ao espírito ecumênico dos encontros entre as lideranças episcopais anglicanas e católicas romanas, a proposta da paróquia conjunta é de abrigar sob um mesmo teto, as atividades de duas comunidades que vivem a fé em diálogo constante, realizando obras e prestação de serviços à comunidade, e da mesma forma celebrando em um mesmo espaço litúrgico (Paulist, 31 out. 2016).

Sobre a questão da celebração litúrgica, bastante delicada para a doutrina católica, destacamos a disposição inovadora dos móveis dentro do templo, em cujo presbitério se encontra um único púlpito, ao centro, para a partilha da Palavra, e dois altares, de cada lado, para a celebração eucarística, segundo os ritos específicos da Igreja Católica Romana e da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Este modelo aqui apresentado torna-se bastante prático, quando aplicado a capelas em locais distantes, que possam servir para o uso comum.

Trazendo este conceito da Paróquia Conjunta para o Brasil, destacamos a mesma iniciativa recentemente adotada pela Igreja Católica Romana e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). O acordo firmado entre as duas Igrejas, no dia 10 de julho de 2019, permitiu que ambas utilizassem o mesmo templo, pertencente aos luteranos, na cidade de Palmitos, em Santa Catarina, devido a problemas de estrutura do templo católico.

As comunidades conversaram a respeito dos símbolos, sobre a disposição do altar, a organização para zelar pelo patrimônio, bem como foram criadas as regras para uma boa convivência e utilização do espaço litúrgico. Um bom tempo antes, ambas as comunidades passaram a

celebrar suas atividades na igreja evangélica luterana. O curioso é que os cultos e missas passaram a ter maior frequência, conforme relatam as lideranças locais. Agora, quando tem missa, os evangélicos participam. De igual modo, quando tem culto, os católicos também se integram. Todavia, há uma clareza quanto à confessionalidade das partes (CONIC, 23 jul. 2019).

O caso de Palmitos revela uma possibilidade bastante interessante para o avanço do diálogo ecumênico anglicano-católico, que é o uso dos mesmos espaços e altar para ofícios litúrgicos e de oração comunitária. No contexto brasileiro, ainda marcado por dificuldades do ponto de vista litúrgico-doutrinário, a Paróquia dos Santos Apóstolos torna-se um modelo primário: um púlpito compartilhado e dois altares erigidos para cada denominação.

Em relação à divisão de um mesmo altar, já temos precedentes em casos bastante especiais, a exemplo do uso da Capela Ecumênica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo presbitério já foi utilizado tanto por católicos quanto por anglicanos de suas respectivas comunidades. Também destacamos a sagração do Bispo Maurício Andrade, atual diocesano anglicano de Brasília, ocorrida em 2003, quando, pela primeira vez, a Catedral Metropolitana de Brasília foi utilizada para um rito de ordenação de um bispo não-católico romano. Por fim, vale ressaltar a autorização dada pelo Arcebispo de Brasília, Dom Sérgio da Rocha, para o uso da capela do Centro de Convenções Israel Pinheiro – de propriedade dos Salesianos –, para a Celebração Eucarística da abertura do 34º Sínodo Geral da IEAB, ocorrido em 30 de maio de 2018 (Diocese Anglicana de Brasília, 10 jun. 2018).

Um exemplo ainda mais recente de Ecumenismo Prático, vivenciado entre anglicanos e católicos no Brasil, foi o convite para a participação de representantes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Sínodo para a Amazônia, que aconteceu no Vaticano, entre 06 e 27 de outubro de 2019. O convite dos representantes anglicanos – o leigo Daniel Lima e o Reverendo Cláudio Miranda, ambos da Diocese Anglicana da Amazônia –, foi feito Secretário Geral da CNBB, intermediado por Dom Teodoro Mendes Tavares, Bispo da Diocese de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, Pará.

Este convite não apenas reforçou os laços ecumênicos já construídos entre as duas Igrejas, mas, sobretudo, evidencia a proposta

principal do Ecumenismo que é incluir aqueles que estão fora da nossa realidade vivenciada, para que, por meio da vivência, as partes possam entrar em comum acordo e construir uma ação conjunta.

O ecumenismo é fundamentalmente perspectiva – em seu sentido epistemológico – compreendida como o fio condutor ou eixo central do desenvolvimento do tratado da eclesiologia. Ele é um tema que perpassa a reflexão teológica sobre a Igreja para explicitar a complexidade da realidade eclesial em seus âmbitos histórico e escatológico. Por meio dessa perspectiva, a Igreja de Cristo aparece como mistério revelado na forma de sacramento de salvação universal, abertura à realidade histórica, sem absolutizá-la, introjetando nela o horizonte escatológico pleno a ser atingido (Wolff, 2007, p. 205).

O fator lugar de voz para representantes não-católicos dentro de um Sínodo de Bispos para discutir a realidade Pan-Amazônica, transcende as barreiras denominacionais, unindo não apenas católicos e anglicanos, mas as denominações cristãs, em especial, as fixadas no Brasil, em busca da preservação e renovação da Criação, cujo trabalho conjunto, prefigura a Segunda Vinda de Cristo, por meio de Seu desejo “para que todos sejam um...” (João 17:21).

Em setembro de 2019, o Padre José Bizon entrou em contato com a Secretária Geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Reverenda Magda Guedes, para dar continuidade às reuniões da Comissão, que não acontecem há mais de quatro anos. Em seu Sínodo Geral de 2018, a IEAB elegeu as Reverendas Lúcia Dal Pont (Diocese do Paraná) e Carmen Kawano (Diocese de São Paulo), para representarem a Igreja na CONAC. Por parte da Igreja Católica, o Padre Bizon, juntamente com a Casa da Reconciliação continuam a cumprir com seu papel de interlocutores nesse processo dialógico.

O pontificado do Papa Francisco apresenta-se como um momento mais do que favorável para o diálogo, o que deve fomentar avanços significativos nos próximos anos. Vale ressaltar que muitos problemas ainda precisam ser superados, sobretudo, os esforços humanos em traduzir as novas publicações da ARCIC e estimular o debate em nível institucional. Porém, a trajetória da Comissão Nacional

sempre foi pautada no respeito e cooperação mútuos, desde o seu início, de modo que, este trabalho deverá ser retomado em breve.

Por fim, caso anglicanos e católicos desejem manter acesa a chama do Diálogo Ecumênico, em especial, o trabalho promovido pela CONAC, o melhor caminho a ser seguido é a máxima de Santo Agostinho de Hipona: “Nas coisas essenciais, unidade; nas coisas não essenciais, liberdade; e em todas as coisas, amor”.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jorge. **Anglicanismo**: uma introdução. Recife: Perfilgráfica, 2000.

BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A Unidade na Diversidade**: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa Identidade**: história e teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. **Relatório Final**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990.

COMISSÃO NACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. **Unidos no Diálogo**: anglicanos e católicos. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Unitatis Redintegratio - Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ecumenismo**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2005.

_____. **Guia Ecumênico**: normas e orientações da Igreja Católica em matéria de ecumenismo/CNBB. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS. **Luteranos e católicos irão compartilhar templo em Palmitos-SC**. 23 jul. 2019. Disponível em: <https://conic.org.br/portal/noticias/3184-luteranos-e-catolicos-irao-compartilhar-templo-em-palmitos-sc>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. **Bispos anglicanos e católicos celebram os 25 anos de diálogo ecumênico no Brasil**. 19

abr. 2007. Disponível em: <http://dab.ieab.org.br/2007/11/19/bispos-anglicanos-e-catolicos-celebram-os-25-anos-de-dialogo-ecumenico-no-brasil/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. **Confelíder e Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana aconteceu em Brasília.** 10 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dab.org.br/project/confelider-e-sinodo-da-igreja-episcopal-anglicana-aconteceu-em-brasilia/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Atas e Outros Documentos da XXI Reunião do Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).** Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 1984.

_____. **Atas e Outros Documentos da XXII Reunião do Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).** Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 1986.

_____. **Atas e Outros Documentos da XXIV Reunião do Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).** Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 1990.

_____. **Atas e Outros Documentos da XXVIII Reunião do Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).** Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEAB, 2000.

IHU UNISSINOS. **Ecumenismo a portas fechadas.** 03 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/539562-ecumenismo-a-portas-fechadas>. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. **Acabou o ecumenismo entre católicos e anglicanos?** 11 mai. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542468-acabou-o-ecumenismo-entre-catolicos-e-anglicanos>. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. **Documento sobre o diálogo católico-anglicano sugere que as igrejas podem aprender uma com a outra.** 03 jul. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias->

2018/580503-documento-sobre-o-dialogo-catolico-anglicano-sugere-que-as-igrejas-podem-aprender-uma-com-a-outra. Acesso em: 24 jul. 2019.

MARASCHIN, Jaci Correia. **A Inclusividade Anglicana**. In: Estandarte Cristão. Jornal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, n. 1733, março-abril-maio de 1995.

PAULIST. **Holy Apostles: The Story of a Catholic and Episcopal Joint Parish**. 31 oct. 2016. Disponível em: <http://www.paulist.org/the-conversation/holy-apostles-the-story-of-a-catholic-and-episcopal-joint-parish/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SNIEAB. **Comissão Internacional Anglicana/Católica Romana (ARCIC III)**. 08 mai. 2013. Disponível em: <http://sn.ieab.org.br/2013/05/08/comissao-internacional-anglicanacatolico-romana-arcic-iii/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

WOLFF, Elias. **A unidade da Igreja**: ensaio de eclesiologia ecumênica. São Paulo: Paulus 2007.



S ORDINARIATOS PESSOAIS PARA ANGLICANOS

Avanços e retrocessos nas relações ecumênicas entre as Igrejas anglicanas e católica romana

INTRODUÇÃO

O Ordinariato Pessoal para Anglicanos é um sistema de acolhimento de fiéis das Igrejas Anglicanas e Episcopais convertidos ao Catolicismo Romano. Criado em 2009 pelo Papa Bento XVI, a partir da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, o ordinariato permite que ex-anglicanos possam manter sua identidade litúrgica e outras tradições, ao mesmo tempo em que estão em comunhão com a Igreja Católica Romana, porém, possuindo uma certa autonomia em relação ao bispo diocesano local.

Bem recebida pelos católicos e muito criticada pelos anglicanos, essa estrutura canônica tem sua origem no processo de “migração” de anglicanos para o Catolicismo, que vem acontecendo há um tempo. Este processo, por sua vez, envolve questões mais complexas, indo muito além de simples divergências teológicas ou doutrinárias. Para se compreender esta questão, é preciso, primeiro, mergulhar no histórico das relações ecumênicas entre as Igrejas Anglicanas e a Igreja Católica Romana.

Utilizando-se de documentos da Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana, Bulas Papais e obras relativas ao assunto, buscaremos apresentar algumas razões pelas quais a Igreja Católica passou a acolher anglicanos em suas fileiras. Dentre elas, apontamos o avanço de pautas liberais em relação a assuntos como a moral, a sexualidade humana e a construção de eclesiologias estranhas às Igrejas que compõem a Comunhão Anglicana.

No dia 04 de novembro de 2009, o Papa Bento XVI promulgou a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, que criava e regulamentava o Ordinariato Pessoal para Anglicanos, um sistema de acolhimento de fiéis das Igrejas Anglicanas e Episcopais convertidos ao Catolicismo Romano.

Na época, muitos jornais ao redor do mundo noticiaram o fato sem entender o processo por trás da conversão em massa dos anglicanos para a Igreja Católica. Desde o Movimento de Oxford, a conversão de anglicanos ao catolicismo não é nenhuma novidade, a exemplo dos próprios líderes do Movimento, como o então reverendo da Igreja da Inglaterra, John Henry Newman, que posteriormente foi recebido em Roma como cardeal.

Durante todo o século XX, a Comunhão Anglicana sofreu fragmentações com o Movimento Carismático, Movimento Continuarista, ou grupos anglo-católicos ou evangélicos que saíram das suas respectivas Igrejas da Comunhão, por discordarem de posições teológicas ou doutrinárias assumidas por estas Igrejas.

Se durante o século XX o maior impasse dentro da Comunhão foi a questão da Ordenação Feminina, no século XXI, o maior entrave nas relações intra-eclésiásticas na Comunhão é a aprovação da Ordenação de homossexuais abertamente assumidos e o Casamento Igualitário.

Da mesma forma, estas questões também tiveram repercussão nas relações ecumênicas entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana, de modo que, por conta do crescente desejo de muitos anglicanos ingressarem na Igreja Católica, sem, no entanto, abrirem mão dos seus costumes, o Papa Bento XVI levou a cabo a criação do sistema do Ordinariato pela *Anglicanorum Coetibus*.

A CRIAÇÃO DOS ORDINARIATOS

Dentre as razões que levaram à criação dos Ordinariatos Pessoais para Anglicanos, elencamos algumas delas: a) Sacerdotes anglicanos ou comunidades inteiras que desejavam voltar a ter plena comunhão com a Igreja Católica Romana; b) Oposição ao avanço de grupos e da teologia de tendência “liberal”, dentro e fora da Comunhão Anglicana; c) Aprovação da ordenação de mulheres e de sacerdotes abertamente homossexuais; d) Debates sobre a aprovação do casamento igualitário (consolidado a partir de 2013, pela Igreja Anglicana da Austrália e seguido por outras Igrejas). Sobre a questão da Ordenação Feminina, Aquino (2000) aponta que

A Comunhão Anglicana já não é a mesma depois da ordenação sacerdotal da Revda. Li Tim Oi, primeira presbítera anglicana. [...] É bem verdade que algumas Províncias ainda não aceitaram a ordenação presbiteral e episcopal para as mulheres, mas creio que isto é apenas uma questão de tempo.

Foi por conta do crescimento da interpretação liberal das doutrinas e da própria estrutura do Anglicanismo, que, a partir da

década de 90, as Igrejas da Comunhão Anglicana vivenciaram uma crescente controvérsia entre tendências que defendiam o modernismo e outras que buscavam zelar pelo que elas entendiam como a tradição.

Este processo se agravou em 2003, pela eleição e sagração de um bispo norte-americano, abertamente homossexual, chamado Gene Robinson, da Diocese de New Hampshire, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Este fato acirrou ainda mais o embate entre o liberalismo e a ortodoxia, estendendo a polêmica às Igrejas Anglicanas e Episcopais que não faziam parte da Comunhão Anglicana, criando um verdadeiro movimento de contestação e resistência ao Liberalismo Teológico.

Com a eleição do Bispo Gene Robinson, muitos clérigos e leigos acusaram a Igreja norte-americana de se afastar da tradição ao ordenar um bispo abertamente homossexual. A eleição de Gene Robinson pode ser considerado o estopim da atual crise enfrentada na Comunhão Anglicana, uma vez que uma grande quantidade de fiéis e clérigos saíram da Igreja Episcopal, ingressando na própria Igreja Católica.

O cisma mencionado anteriormente provocou um racha na Igreja Episcopal Americana. Muitas dioceses deixaram de se declarar em unidade com a Igreja Americana, alguns bispos, presbíteros e muitos leigos tornaram-se católico romanos e uma grande soma de recursos financeiros foi perdida pela Igreja Episcopal, dado a essa debandada de pessoas incomodadas pela sagração de Robinson (Oliveira; 2017, p. 132-133).

É possível falar em uma verdadeira “frente anglicana”, composta por grupos que não apoiam o crescimento do Liberalismo Teológico no Anglicanismo mundial. Aqui é preciso pontuar, que, diferentemente dos cismas que aconteceram na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a partir de 2002, a crise em que se encontra a Comunhão Anglicana possui um histórico muito antigo, pautado em disputas de posicionamentos teológicos e doutrinários, a nível provincial e mundial, não em projetos eclesiológicos locais. Somente após um processo de amadurecimento do Anglicanismo brasileiro, após as sucessivas crises na IEAB

De acordo com a Constituição Apostólica (Papa Bento XVI, 04 nov. 2009), os novos fiéis têm o direito de conservar seu rito litúrgico

anterior, através do chamado Uso Anglicano, no lugar do Livro de Oração Comum, ao passo que seus sacerdotes e bispos, em sua maioria casados e com filhos, são ordenados sacerdotes na Igreja Católica e seguem à frente das suas respectivas comunidades como párocos.

Os bispos anglicanos, porém, não podem ser ordenados episcopos na Igreja Católica, mantendo-se na ordem do presbiterado. A nova ordenação é feita, uma vez que a Igreja Católica não reconhece como válidas as ordens anglicanas, quando o Papa Leão XIII emitiu a Bula *Apostolicae Curae* (Com cuidado apostólico) em 1896. Porém, até hoje muitos setores da Igreja Católica ainda discutem a questão, buscando-se, inclusive, a revogação de tal Bula papal.

Desse modo, entre 2011 e 2012 a Congregação para a Doutrina da Fé criou três ordinariatos pessoais, ou seja, para serem administrados pelos fiéis, sob a supervisão de um bispo católico romano, mas sem um território definido, como uma diocese. Sua constituição segue o modelo dos ordinariatos militares.

Os três ordinariatos foram criados na seguinte ordem: *Personal Ordinariate of Our Lady of Walsingham* (Ordinariato Pessoal Nossa Senhora de Walsingham), para a Grã-Bretanha; *Personal Ordinariate of the Chair of Saint Peter* (Ordinariato Pessoal da Cátedra de São Pedro), para o Canadá e Estados Unidos; e *Personal Ordinariate of Our Lady of the Southern Cross* (Ordinariato Pessoal de Nossa Senhora do Cruzeiro do Sul), para a Austrália e Japão.

O Ordinariato Pessoal Nossa Senhora de Walsingham foi o primeiro criado, em 15 de janeiro de 2011. O bispo David Arthur Waller é o atual ordinário. Ele era anteriormente um sacerdote na Igreja da Inglaterra antes de se converter ao catolicismo em 2011. Como ele é celibatário, ele era elegível para ser consagrado como um bispo católico, diferentemente de seu antecessor, o Monsenhor Keith Newton, que era casado. O segundo a ser criado, em 1º de janeiro de 2012, foi o Ordinariato da Cátedra de São Pedro, que possui a sua sede na Catedral de Nossa Senhora de Walsingham, em Houston, Texas, sendo o seu ordinário o Bispo Steven Lopes. Por fim, o Ordinariato de Nossa Senhora da Cruz do Sul, estabelecido em 15 de junho de 2012, tem como atual administrador apostólico o Bispo Anthony Randazzo, que sucedeu o segundo ordinário, Monsenhor Carl Reid, em 2023.

É digno de nota que, o Ex-Secretário Geral da Comunhão Anglicana, Bispo Canon Kearon, relatou que, à época da elaboração da

Constituição Apostólica, o então Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, não fora informado da instituição dos ordinariatos pelo Papa Bento XVI, somente tendo ciência da *Anglicanorum Coetibus* quando esta se tornou pública. Desse modo, em relação à Comunhão Anglicana, o estabelecimento do Ordinariato foi uma decisão unilateral por parte do Papa (IHU Unissinos, 03 fev. 2015).

Algumas aproximações foram feitas, na tentativa de estabelecer uma mínima cooperação, no que dizia respeito à compensação financeira às Igrejas da Comunhão Anglicana, em face da perda de patrimônio. Com a eleição do Papa Francisco, a política adotada pela Igreja Católica inverte-se. Ao invés de facilitar a entrada de anglicanos na Igreja Católica, o Papa prefere que permaneçam em suas Igrejas.

Em 2009, quando o Papa Bento XVI criou o ordinariato pessoal, a nova estrutura jurídica para os anglicanos que se convertem ao catolicismo, Bergoglio chamou o bispo Gregory Venables, primaz anglicano do Cone Sul (em comunhão com Canterbury) e residente em Buenos Aires. Durante o almoço, recorda Venables, ‘disse-me muito claramente que o ordinariato era algo absolutamente desnecessário e que a Igreja precisava de nós como anglicanos’ (IHU Unissinos, 03 fev. 2015).

A partir dessa mudança de política e de perspectiva, dois encontros entre o novo Papa e o atual Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, foram cruciais para o reestabelecimento das relações abaladas. Em 05 de outubro de 2016, em face dos 50 anos do primeiro encontro entre o Papa Paulo VI e o Arcebispo de Cantuária Michael Ramsey, em 1966, ocorreu uma celebração ecumênica no Monastério de São Gregório, em Cielo, Itália. No mesmo ano o Vaticano enviou uma relíquia, a cabeça do báculo de São Gregório o Grande, para a Catedral de Cantuária, como um presente para o Encontro dos Primazes.

Da mesma forma, coincidindo com o ano em que se celebrou os 500 anos da Reforma Protestante, pela primeira vez um Papa visitou uma Igreja Anglicana em Roma, quando o Papa Francisco participou de uma celebração na Paróquia de Todos os Santos, na capital italiana.

Desse modo, a partir dessas atitudes, ambos os líderes demonstram que estão em oração e apoio mútuo, na tentativa de reestabelecer as relações ecumênicas entre as duas Igrejas, abaladas por muitas vezes ao longo da história.

AVANÇOS E RETROCESSOS NO ECUMENISMO

Em 1958 a Conferência de Lambeth – reunião global dos bispos primazes das Igrejas da Comunhão Anglicana –, organizou um grupo para auxiliar o Arcebispo de Cantuária em suas tomadas de decisões, além de supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Anglicano de Estratégia Missionário e o Corpo Consultivo das Conferências de Lambeth. Assim, nasceu o Conselho Consultivo Anglicano (*Anglican Consultive Council*), cujas finalidades são

Partilhar informações; orientar as relações inter anglicanas, em nível provincial e diocesano; desenvolver missões com aprovação geral sobre políticas de missão e partilha de recursos; buscar colaboração com outras igrejas; orientar propostas sobre situações futuras de união; orientar sobre problemas na comunicação inter anglicana e ajudar na divulgação de informações de caráter anglicano e ecumênico (Oliveira; 2017, p. 383).

Como responsável por estabelecer as relações ecumênicas e diálogo com outras denominações cristãs, em 1969 o Conselho Consultivo Anglicano, em conjunto com a Igreja Católica, criou a Comissão Internacional Anglicana/Católico Romana, também conhecida por sua sigla em inglês, *ARCIC* (*Anglican Roman Catholic International Commission*). Até agora os encontros realizados pela Comissão têm gerados frutos positivos nas relações ecumênicas, sendo produzido até o momento dois relatórios.

Esta comissão da *ARCIC* elaborou documentos importantes sobre o diálogo mútuo feito com a Igreja Romana. O primeiro relatório realizado por essa comissão aconteceu em 1983 e foi Acordos Estabelecidos sobre Eucaristia, Ministério e Autoridade na Igreja. Este documento foi enviado para estudo e resposta a todas as províncias anglicanas e a várias conferências nacionais de bispos católicos romanos. O trabalho que a *ARCIC* continua realizando tem sido importante para a continuidade do diálogo entre as duas igrejas, apesar da publicação de algumas bulas papais, nos últimos tempos (Oliveira, 2017, p. 392)

O último encontro da ARCIC aconteceu em 2013 (SNIEAB, 08 mai. 3013), do qual sairá o relatório ARCIC-III. No Brasil foram publicados dois relatórios da ARCIC, sendo eles o *Relatório Final* (1990) – Relatório ARCIC-I –, *Vida em Cristo – Moral, Comunhão e a Igreja* (2001) e *Maria: graça e esperança em Cristo* (2005) – Relatório ARCIC-II.

Da mesma forma, foi estabelecida a Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana (CONAC), entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, na época sendo coordenados por Dom Décio Pereira e Dom Glauco Soares de Lima, respectivamente. Da CONAC foi feito o relatório que deu origem ao livro *Unidos no Diálogo – Anglicanos e Católicos* (1992).

Desta forma, elencamos alguns elementos que contribuíram para os avanços e retrocessos observados nas relações ecumênicas entre as Igrejas Católica e Anglicana nos últimos tempos. Entre os elementos que contribuíram para os avanços nas relações bilaterais, apontamos os esforços do Papa Francisco a nível pastoral, juntamente com o atual Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, nos anos de 2016 e 2017. Da mesma forma é notável os esforços das reuniões da ARCIC e seus relatórios, voltados para a orientação tanto institucional, quanto de clérigos e leigos.

Destacamos também a atuação à nível nacional da CONAC, num esforço da CNBB juntamente com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil de estreitar os laços ecumênicos. Como resultado, temos também a criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), no qual as duas instituições estão presentes.

Por outro lado, as relações ecumênicas anglicana-católico romana sofreram retrocessos a partir da polarização dentro e fora da Comunhão Anglicana, entre o binômio “Liberais” e “Conservadores”, inclusive desaguardo na criação de “comunhões independentes”, com a GAFCON/FCA e a Comunhão Anglicana Tradicional. Porém, a nível institucional, o maior distanciamento nestas relações se deu a partir da promulgação da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, desaguardo na criação unilateral dos Ordinariatos Pessoais para Anglicanos

A evolução nas relações ecumênicas entre a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana também se desenvolve em torno os esforços em nível acadêmico e de formação para leigos e clérigos, com a criação e estabelecimento do Centro Anglicano em Roma.

Em 1966, como reflexo da visita do arcebispo de Cantuária Michael Ramsey ao Papa Paulo VI, foi fundado na cidade de Roma um centro de estudos para auxiliar os líderes e seminaristas católicos romanos a entender melhor o anglicanismo. Também serve como local para o contato ecumênico entre as duas igrejas, servindo também à Comunhão Anglicana como um posto de escuta em Roma. O Centro mantém uma qualificada biblioteca sobre anglicanismo. Ele realiza seminários, tendo como tema uma melhor compreensão da Igreja Católica Romana, para anglicanos. Bispos, um certo tempo antes de se aposentarem, têm sido indicados para coordenar este Centro (Oliveira, 2017).

Se as ARCIC I-II-III, juntamente com os encontros ecumênicos e esforços das duas Igrejas contribuem para estreitar suas relações ecumênicas por outro lado, a polarização entre os grupos “liberais” contra “conservadores”, e a criação de “comunhões paralelas”, dificultam tais relações. Porém, para nós, um dos maiores entraves para o diálogo anglicano-católico romano foi o estabelecimento do Ordinariato Pessoal para Anglicanos.

Qual será o futuro da Comunhão Anglicana e das relações ecumênicas com a Igreja Católica não podemos precisar, uma vez que se fala, inclusive, na possibilidade de a Comunhão Anglicana deixar de existir (Calvani; Oliveira, 2012), devido a esta polarização.

No entanto, é inegável que, com o passar do tempo, e a abertura aos novos ventos do mundo pós-moderno, ambas as Igrejas caminhem para um futuro muito mais favorável ao diálogo e à escuta do que ao isolamento e à divergência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jorge. **Anglicanismo**: uma introdução. Recife: Perfilgráfica, 2000.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade**: História e Teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. **Relatório Final**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

_____. **Maria: graça e esperança em Cristo**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Vida em Cristo – Moral, Comunhão e a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2001.

COMISSÃO NACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. **Unidos no Diálogo – Anglicanos e Católicos**. São Paulo: Loyola, 1992.

IHU UNISSINOS. **Ecumenismo a portas fechadas**. 03 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/539562-ecumenismo-a-portas-fechadas>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **História do Anglicanismo na Inglaterra**. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

PAPA BENTO XVI. **Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus***. 04 nov. 2009. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_constitutions/documents/hf_ben-xvi_apc_20091104_anglicanorum-coetibus.html. Acesso em: 02 nov. 2017.

SNIEAB. **Comissão Internacional Anglicana/Católico Romana (ARCIC III)**. 08 mai. 2013. Disponível em:
<http://sn.icab.org.br/2013/05/08/comissao-internacional-anglicanacatolico-romana-arcic-iii/>. Acesso em: 02 nov. 2017.

AS PRIMEIRAS BISPAS ANGLICANAS DO BRASIL

Questões antigas e atuais sobre a Ordenação Feminina

INTRODUÇÃO

No ano de 2018 para o Anglicanismo brasileiro vislumbrou uma nova página em sua história. Pela primeira vez, foi eleita uma mulher para o Episcopado, um evento inédito, não apenas no Brasil, mas também entre as Igrejas da América do Sul. A eleição e cerimônia de sagração episcopal da reverenda Marinez Rosa dos Santos Bassotto selou trinta e três anos desde que foi aprovada a ordenação de mulheres na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em 1984, sendo ela a primeira bisp¹⁵ da IEAB, a liderar a Diocese Anglicana da Amazônia, após a aposentadoria do primeiro ordinário, o bispo Saulo Barros.

Ao longo da história do Anglicanismo, uma série de entraves giraram em torno da questão, desde a validade de tais ordenações, sua natureza condizente com o ensino das Escrituras, até mesmo por questões de disputas dentro e fora das Igrejas que compõem a Comunhão Anglicana mundial. Iniciada por meio das discussões na Conferência de Lambeth, após a ordenação da chinesa Florence Li-Tim-Oi, as Igrejas da Comunhão levaram tal questão às suas comunidades, as quais, gradualmente, aderiram à ordenação.

Como uma tradição cristã que se intitula teologicamente uma “via média entre o Catolicismo Romano e a Reforma Protestante”, o Anglicanismo ainda enfrenta entraves dentro e fora da Comunhão Anglicana mundial em questões como a ordenação feminina, a ordenação de homossexuais, o casamento igualitário religioso e outros assuntos relativos.

AORDENAÇÃO FEMININA NO ANGLICANISMO

O processo de discussão acerca da ordenação feminina na Comunhão Anglicana começou em 1862, quando as chamadas diaconisas na Igreja da Inglaterra, responsáveis por trabalharem com a

¹⁵ O termo correto na língua portuguesa para o feminino de bispo é Episcopisa, todavia, devido ao uso coloquial do termo, dentro e fora do ambiente eclesástico, utilizaremos este neologismo ao longo do livro e, de modo especial, neste capítulo. O mesmo será aplicado à palavra diácona, cujo termo correto é Diaconisa.

educação nas escolas anglicanas ou como enfermeiras, receberam uma imposição de mãos por bispos ingleses. Tal ato foi visto como uma espécie de ordenação, mas logo sendo deixado de lado o reconhecimento oficial das instâncias eclesiais.

Em 1920, o bispo de Hong Kong, Ronald Owen Hall, enviou uma carta ao então Arcebispo de Cantuária, William Temple, relatando a situação vivida na região, por conta da guerra e da ocupação japonesa, de modo que não haviam presbíteros homens para realizar o trabalho pastoral. Desse modo, o bispo autorizou a diaconisa Florence Li-Tim-Oi, o direito de celebrar a eucaristia, prerrogativa dos presbíteros.

Temple, embora não tivesse uma oposição teórica formal à ordenação de mulheres, condenou o ato do bispo de Hong Kong como “contrário às leis e precedências da Igreja”. Mesmo com a aprovação geral do seu sínodo diocesano, a presbítera Oi suspendeu, embora não resignasse, as suas ordens, após o término da Segunda Guerra Mundial. A Conferência de Lambeth de 1948 ratificou a posição conservadora da Igreja, em geral, proibindo a concessão de ordens às diaconisas anglicanas (Oliveira; 2017, p. 386).

Por conta das mudanças na cultura ocidental a partir de 1960, e a busca por garantir o direito das mulheres em várias esferas sociais e políticas, a Comunhão Anglicana passou a discutir tais questões a nível internacional. A Conferência de Lambeth de 1968, ao reunir as igrejas anglicanas espalhadas ao redor do mundo, pediu para que discutissem o tema, de modo que, caso, algum bispo resolvesse ordenar alguma mulher, que as Províncias da Comunhão não suspendessem o seu relacionamento com a Igreja em que ocorreu a ordenação. A aceitação foi tácita, uma vez que cada Igreja possui autonomia jurisdicional, política e administrativa dentro da comunidade anglicana.

Ainda na década de 60, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos começou a discutir e a desejar a ordenação feminina.

Esse trabalho viu o seu sucesso na convocação geral da Igreja Americana de 1970, a qual aprovou a ordenação de mulheres ao diaconato. Em consequência, três anos depois, havia 97 diáconas. No ano seguinte, em julho, onze mulheres foram ordenadas “irregularmente” na Filadélfia por dois bispos aposentados e um outro que

havia se retirado da Igreja. Esta atitude foi denunciada pela Câmara dos Bispos da Igreja Americana e tentou retroceder ao obtido até aquele momento, a fim de prevenir que mulheres pudessem exercer o ministério presbiteral, portanto, sem ordenação para tal (Oliveira; 2017, p. 387-388).

A partir de então, sacerdotes homens da Igreja passaram a aprovar e a promover o sacerdócio feminino, apesar das sanções que poderiam sofrer.

Um pároco de uma igreja em Washington convidou a uma presbítera para celebrar a Eucaristia em sua comunidade e, no mesmo ano, a Igreja Americana o condenou por ter violado a lei canônica. Atitudes similares de desafio, no entanto, continuaram a acontecer até que no ano de 1975, uma nova Convenção Geral votou que *“ninguém teria o negado à ordenação para o diaconato, o presbiterato ou o episcopado, tendo como causa o seu sexo”*. A partir daí, aquelas presbíteras que tiveram a sua ordenação considerada irregular foram regularizadas e, ao final deste ano, já havia cerca de cem mulheres presbíteras. Mesmo assim, embora houvesse bispos que se recusassem a ordenar mulheres, já por volta de 2004, havia somente três dioceses americanas que não reconheciam a ordenação feminina (Oliveira; 2017, p. 388).

Em 1989, Barbara Harris foi eleita bispa na Diocese de Massachusetts. Atualmente, a Igreja Episcopal dos EUA chegou a eleger, inclusive uma bispa para a ser Primaz, Katharine Jefferts Schori, em 2006. Outras Igrejas seguiram a decisão da Igreja Episcopal norte-americana, a exemplo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que aprovou a ordenação aos três graus ministeriais, em 1984. No entanto, outras Igrejas acabaram adiando tais ordenações, como no caso da Inglaterra, onde somente em 1992 permitiu-se a ordenação de mulheres presbíteras, e somente em 2014 foi aprovada a ordenação ao episcopado. O caso da Inglaterra foi o mais complicado para a aceitação de mulheres ordenadas, uma vez que foi preciso criar estruturas eclesiais estranhas à jurisdição diocesana.

Em algumas paróquias foram tomadas providências para que não se aceitasse como pároca uma mulher, e num arranjo teologicamente bizarro, uma estranha lei permitia que essas paróquias que não aceitassem o ministério da mulher pudessem sair do atendimento pastoral do seu próprio bispo diocesano e solicitar a supervisão episcopal de um outro bispo que não ordenasse mulheres. Este princípio da “supervisão episcopal ampliada” abriu um precedente perigoso que tem relação com as disputas sobre a ordenação de praticantes homossexuais (Oliveira; 2017, p. 388).

Libby Lane, a primeira bispa da Igreja da Inglaterra, foi eleita em 2014. E em dezembro de 2017, a Diocese de Londres teve a sua primeira bispa, com a eleição de Sarah Mullaly (IHU Online, 20 dez. 2017). Vale destacar que o cargo do Bispado de Londres está abaixo apenas dos Arcebispados de Cantuária e de York na hierarquia eclesiástica inglesa, de modo que, por meio dessa eleição episcopal, tal tendência já se encontra em consolidação na cúpula da Igreja da Inglaterra.

DA PRIMEIRA DIÁCONA À PRIMEIRA BISPA ANGLICANA NO BRASIL

Por ocasião do 24º Concílio da Diocese Sul Ocidental, de 4 a 7 de janeiro de 1973, na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, a leiga Maria Elvira Zimmermann Noble proferiu a primeira defesa da ordenação feminina na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Em 1984, a IEAB aprovou, por meio de sua assembleia sinodal, a plena ordenação feminina ao diaconato, presbiterato e episcopado. No ano seguinte, em 05 de maio, a Igreja realizou a primeira ordenação feminina ao diaconato com a Reverenda Carmen Etel Alves Gomes, na Diocese Meridional. No mesmo ano a Reverenda Evanilha Loureiro foi ordenada, na Diocese Anglicana do Recife, sendo seguida por muitas outras mulheres.

Entretanto, desde a aprovação da ordenação feminina, a Igreja brasileira não mostrava sinais de que elegeeria a sua primeira bispa. O caso mais próximo de eleição episcopal feminina se deu na sucessão da Diocese Anglicana de Brasília, em 2003, quando estava cotada a

reverenda Patrícia Powers, junto com outros candidatos. O pleito foi vencido pelo reverendo Maurício Andrade, que até o momento é o bispo diocesano brasileiro.

Vale destacar que em 2015, a nova edição do Livro de Oração Comum da IEAB – o manual litúrgico e de adoração pessoal do Anglicanismo –, foi lançada, com uma revisão de todo o texto, adaptando-o à linguagem inclusiva, abrangendo os gêneros masculino e feminino em todos os seus ritos, uma vez que apesar das edições nos anos 2000 do antigo LOC, de 1984, o seu texto não havia passado pela revisão ortográfica.

Durante trinta e três anos, a IEAB embora permitisse a eleição de mulheres ao episcopado, somente realizou este feito no ano de 2018. A eleição da primeira bispa anglicana na América do Sul e da IEAB se deu na Diocese Anglicana da Amazônia, que abrange os estados do Pará, Amapá, Roraima, Amazonas e Acre. Sua sé episcopal fica na Catedral Anglicana de Santa Maria, localizada na cidade de Belém, estado do Pará. A Diocese foi criada em 29 de julho de 2006, no 30º Sínodo Geral da IEAB, sendo separada da Diocese Anglicana do Recife para melhor atender à região. No dia 15 de outubro de 2006, a Diocese foi instalada oficialmente, com a consagração do templo e investidura e instalação de seu primeiro bispo, Dom Saulo Maurício de Barros. Em 2017, Dom Saulo Barros anunciou sua resignação, abrindo o processo para a escolha de quem o sucederia.

Segundo os costumes do Anglicanismo mundo afora, o processo de escolha dos bispos e bispas não se dá por indicação do corpo episcopal, mas por um processo eleitoral que abrange tanto o clero quanto o laicato. Na IEAB, o processo eleitoral se inicia pela indicação de nomes apoiados pelo clero e pelo laicato, sendo feita a eleição conjunta. Para esta eleição foram indicados os nomes da Reverenda Marínez Rosa dos Santos Bassotto, da Diocese Meridional (com sé em Porto Alegre) e do Reverendo Sílvio Freitas, deão da Catedral da Diocese Sul Ocidental (com sé em Santa Maria, Rio Grande do Sul). O processo foi conduzido pelo Bispo João Cândio Peixoto, da Diocese Anglicana do Recife, sendo eleita a Reverenda Marínez após a Segunda Sessão do Concílio Diocesano convocado para tal pleito.

O fato ocorreu na Segunda Sessão do Concílio da Diocese Anglicana da Amazônia (DAA), o qual elegeu no primeiro escrutínio a Reverenda Cônego

Marinez R. Santos Bassotto. O processo de eleição na Igreja Episcopal ocorre com participação de delegações paroquiais do laicato e também do clero residente, possibilitando a escolha de pessoas cujo perfil venha agradar às pessoas que serão pastoreadas pela bispa (o). O Bispo João Cândio Peixoto fez o pronunciamento após a confirmação dos votos entre as duas pessoas candidatas: Reverenda Cônega Marinez (Diocese Meridional) e o Reverendíssimo Deão Silvio Freitas (Diocese Sul Ocidental) (SNIEAB, 20. jan. 2018).

Em 20 de janeiro de 2018, a Reverenda Marinez Bassotto foi eleita a primeira bispa da história da América do Sul. Sua eleição se deu na Diocese Anglicana da Amazônia por ocasião da resignação de Dom Saulo Barros. Marinez já havia concorrido ao bispado em 2012, sem sucesso. No dia 21 de abril de 2018, Marinez foi ordenada e sagrada na Catedral de Santa Maria, em Belém do Pará, sendo a celebração transmitida para todo o país via redes sociais.

Um telhado de vidro de 33 anos foi esfacelado, mencionou a Revda. Carmen Etel Alves Gomes, primeira mulher ordenada no Brasil, em 1985. Em 1984, a IEAB havia realizado mudanças canônicas permitindo a ordenação de mulheres às três ordens desde então. Entretanto, apesar de haverem sido ordenadas tantas mulheres ao diaconato e presbiterado (sacerdócio), nenhuma ainda havia sido eleita e sagrada bispa. A sagração da bispa Marinez demonstra que, também para a IEAB, de fato não há homem ou mulher, pois somos um em Cristo Jesus. (SNIEAB, 26 abr. 2018)

A ordenação e sagração foi presidida pelo Bispo Francisco de Assis da Silva, da Diocese Sul Ocidental (com sé em Santa Maria, Rio Grande do Sul). A homilia foi feita pela Bispa Linda Nicholls, da Diocese de Huron, da Igreja Anglicana do Canadá. A celebração também contou com a presença episcopal da Bispa Griselda Delgado del Carpio, da Diocese Episcopal de Cuba, assim como com demais sacerdotes e leigos da IEAB, em especial Carmem Etel. Também estiveram presentes representantes da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Igreja Episcopal Escocesa e outras Igrejas da Comunhão Anglicana.

A eleição da bispa Marinez foi um marco na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), abrindo caminho para a sagração de outras mulheres ao episcopado. Em 27 de abril de 2019, durante um Concílio, a Diocese Anglicana de Pelotas elegeu a reverenda Meriglei Borges Simin da Silva como nova bispa, sucedendo o bispo Renato da Cruz Raatz, que havia atingido a idade da aposentadoria compulsória. Meriglei foi sagrada pelo Bispo Primaz, Naudal Gomes, em sua cidade natal, Canguçu, no dia 17 de novembro de 2019. A cerimônia foi amplamente divulgada, com a presença de vários clérigos nacionais e de outras Províncias, além de amigos e cidadãos locais. Em 14 de março de 2020, ela tomou posse como a nova diocesana de Pelotas, em uma cerimônia realizada na Catedral do Redentor.

Em 24 de abril de 2021, a IEAB repetiu a história da ordenação feminina de bispas anglicanas no Brasil, ao eleger sua terceira diocesana: a reverenda Magda Guedes Pereira para a Diocese Anglicana do Paraná. O Concílio Extraordinário que a elegeu foi realizado de forma online, devido à pandemia de COVID-19. A sagração de Magda ocorreu no dia 17 de outubro de 2021, na Catedral de São Tiago, em Curitiba, presidida pelo Bispo Primaz e Diocesano de Curitiba. Este foi o primeiro rito de ordenação na IEAB realizado durante a pandemia. A nova bispa foi instalada oficialmente na Diocese Anglicana do Paraná em 12 de dezembro de 2021, durante uma cerimônia na Catedral diocesana.

Na Comunhão Anglicana, em geral, as ordenações femininas têm sido vistas como um reflexo da crescente abertura da Igreja para o papel das mulheres no ministério, alinhando-se com as tendências de outras províncias anglicanas que abraçam a igualdade de gênero, ao mesmo tempo em que preservam os valores e tradições essenciais da fé anglicana. Mas também existem as controvérsias, que refletem o debate dentro da Comunhão Anglicana, que tem dividido as opiniões sobre o papel das mulheres no ministério eclesial. A principal linha de oposição vem de setores mais conservadores da Igreja, como alguns membros do movimento anglo-católico e de áreas evangélicas, que argumentam que a ordenação feminina contraria a tradição apostólica e a teologia histórica da Igreja. Em resposta, defensores da ordenação feminina afirmam que a Igreja deve estar atenta ao contexto contemporâneo de igualdade de gênero e ao papel essencial das mulheres nas Escrituras e na história do Cristianismo.

QUESTÕES SOBRE A ORDENAÇÃO FEMININA

Ao longo da história do Cristianismo, a Ordenação Feminina foi um assunto bastante discutido, sobretudo no meio protestante. Se no meio protestante e evangélico, tal questão não tem tanta oposição, uma vez que as Igrejas Luteranas e Metodistas, seguidas pelo Anglicanismo, deram os passos rumo à aprovação e aceitação da ordenação feminina, o mesmo não se pode dizer do Catolicismo Romano e das Igrejas Ortodoxas.

Durante todo o século XX, a Comunhão Anglicana sofreu fragmentações com o Movimento Carismático, Movimento Continuantista (ou Contínuo), ou grupos anglo-católicos ou evangélicos que saíram das suas respectivas Igrejas da Comunhão, por discordarem de posições teológicas ou doutrinárias assumidas por estas Igrejas, como nos aponta Jorge Aquino (2000):

A Comunhão Anglicana já não é a mesma depois da ordenação sacerdotal da Revda. Li Tim Oi, primeira presbítera anglicana. [...] É bem verdade que algumas Províncias ainda não aceitaram a ordenação presbiteral e episcopal para as mulheres, mas creio que isto é apenas uma questão de tempo.

Porém, podemos citar algumas questões que ainda encontram entrave nas relações ecumênicas, em especial entre os católicos-romanos e anglicanos. A Igreja Católica Romana não reconhece como válidas as ordens anglicanas, uma vez que o Papa Leão XIII emitiu a Bula *Apostolicae Curae* (Com cuidado apostólico) em 1896, alegando vício de forma. Até hoje muitos setores da Igreja Romana ainda discutem a questão, buscando-se, inclusive, a revogação de tal Bula. O maior entrave para essa questão, residiria justamente na ordenação de mulheres ao diaconato, presbiterato e episcopado.

Desse modo, restariam duas saídas: reconhecer apenas as ordenações masculinas, ou, em um futuro, a própria Carta de João Paulo II e novos debates teológicos poderiam levar a uma abertura do Catolicismo à ordenação feminina. Essa última posição, parece ser impossível, devido ao Magistério de Roma.

Por conta do avanço da ordenação feminina nas Igrejas da Comunhão Anglicana, vislumbrou-se um crescente desejo de muitos anglicanos ingressarem na Igreja Católica Romana, sem, no entanto, abrirem mão dos seus costumes. Esse movimento de “retorno à casa”, como visto pelos católicos, foi atendido pelo Papa Bento XVI, quando este levou a cabo a criação do sistema dos Ordinariatos Pessoais para Anglicanos, por meio da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus* (Papa Bento XVI, 04 nov. 2009). Assim, de modo unilateral, Roma criou uma estrutura eclesial para receber anglicanos insatisfeitos com o avanço do chamado “liberalismo” ou “identitarismo” em suas igrejas.

As razões pelas quais muitas denominações cristãs não apóiam ou realizam a ordenação de mulheres ao sacerdócio ou ao pastorado, reside em uma série de questões que giram em torno de várias razões. No caso dos católicos romanos e ortodoxos, a negativa a tal prática reside na busca por manterem-se fiéis à ortodoxia, que segundo tais argumentos de ordem teológica e eclesiológica, a ordenação feminina não encontra respaldo nem nas Escrituras nem na Tradição.

Na Igreja Católica (e na Ortodoxa), apenas o varão pode ser candidato ao sacramento da Ordem, enquanto que igrejas evangélicas e anglicanas consagram também mulheres para o ministério eclesiástico. Estas fundamentam sua posição nos textos bíblicos nos quais não existe distinção de sexo entre o homem e a mulher (Gl 3,28), as mulheres servem a Jesus (Mt 27,55-56), anunciam a ressurreição (Mt 28, 1-10; Jo 20,11-18), exercem o apostolado nas comunidades (Rm 16,1; 1Co 16,15-18). Com base a isso, acredita-se que “o ministério feminino também expressa a Igreja Servidora, da Igreja em Cristo, o Evangelho ou a expressão do Evangelho, o Cristo na Igreja envolvendo todos nós para sermos o que somos e seremos” (Wolff, 2017, p. 194).

O “não” definitivo do Vaticano à ordenação de mulheres veio por meio da Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 22 de maio de 1994, na qual o Papa João Paulo II reiterou a ordenação de sacerdotes somente homens. No meio ortodoxo, da mesma forma a Tradição é seguida e reafirmada pelos patriarcas e bispos ao longo da História.

O debate sobre a ordenação de mulheres como bispas e sacerdotisas dentro da Igreja, em especial na Igreja da Inglaterra, reflete

um conflito profundo entre tradição, teologia e a busca por uma maior inclusão de gênero no ministério eclesial. As mulheres têm exercido papéis de liderança e ministério na Igreja desde os primeiros tempos, como santas, teólogas, professoras e até mesmo ocupando cargos de autoridade. Entretanto, a ordenação de mulheres como bispas e sacerdotisas continua a ser um tema controverso, com questões que envolvem a natureza da Igreja, a unidade da Igreja e os papéis simbólicos de homens e mulheres no ministério.

O primeiro ponto de conflito envolve a concepção de que a Igreja da Inglaterra é "parte da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica". A Igreja professa uma fé baseada nos credos católicos, que são considerados universais e não podem ser alterados unilateralmente. A introdução da ordenação de mulheres, especialmente ao episcopado e ao sacerdócio, é vista por muitos como uma mudança fundamental que fere a unidade da Igreja universal. A Igreja da Inglaterra, ao alterar o ministério triplo de bispos, presbíteros e diáconos, estaria agindo de forma autônoma e sem o consenso da Igreja como um todo, o que questiona a sua natureza de ser uma parte da Igreja Una.

Além disso, a ordenação de mulheres ao episcopado e ao sacerdócio é vista como uma violação do princípio da unidade visível da Igreja. A Igreja da Inglaterra compromete-se a buscar a unidade, conforme a oração de Cristo, "para que todos sejam um". No entanto, a introdução de mulheres no episcopado e sacerdócio é interpretada por muitos como um fator de desunião, pois fortalece a separação entre as diferentes tradições cristãs, principalmente entre a Igreja Anglicana e a Igreja Católica Romana e as Igrejas Ortodoxas e com tradição apostólica, que considera a ordenação de mulheres como um "grave obstáculo" para a unidade. Quando uma mulher preside a Eucaristia ou ordena, isso pode ser visto como um sinal visível de divisão, contradizendo o caráter unificador do sacramento da unidade.

O terceiro aspecto que gera oposição à ordenação feminina envolve os papéis simbólicos e teológicos presentes na tradição cristã. A figura do bispo, como sucessor dos Apóstolos, é associada ao papel de "Pai em Deus", uma referência à paternidade divina, como ensinado por Cristo nas Escrituras. O Novo Testamento coloca a Igreja como a Noiva e Cristo como o Noivo, uma simbologia que está ligada à compreensão de gênero dentro da tradição cristã. Para muitos, essa representação simbólica não pode ser substituída ou alterada sem

comprometer a integridade da fé cristã. A ordenação de mulheres, nesse contexto, seria uma mudança que subverte essa tradição, fazendo com que os papéis de pai e mãe, noiva e noivo, não sejam mais vistos como diferentes, mas intercambiáveis.

Diante dessas questões, surge a reflexão sobre se a inclusão das mulheres no episcopado e no sacerdócio realmente representa um ministério inclusivo ou se, na verdade, exclui outros membros da Igreja. Embora a ordenação de mulheres permita que mais mulheres participem ativamente do ministério, ela também pode afastar aqueles que, por convicções teológicas, não conseguem aceitar tal prática. Para muitos fiéis, a presença de uma mulher presidindo a Eucaristia ou atuando como bispa pode ser um obstáculo, pois isso é visto como uma manifestação visível da desunião da Igreja, que entra em conflito com o propósito de unidade promovido pela fé cristã. Em outras palavras, a tentativa de ser inclusivo pode, paradoxalmente, resultar na exclusão de uma parte significativa da congregação que não reconhece a validade de tais ordenações.

A questão da “segurança sacramental” também é central nesse debate. No quarto *Tracts for the Times* (a série de panfletos que em 1833 deu início ao Movimento de Oxford que se transformou no Movimento Anglo-Católico da Igreja da Inglaterra), John Keble escreveu sobre a necessidade de “segurança..., que ao receber este pão e vinho, em verdade recebo o Corpo e o Sangue [de Cristo]”. Muitos teólogos e fiéis não conseguem participar da Eucaristia presidida por uma mulher, ou por um homem ordenado por uma mulher, por sentirem que isso compromete a continuidade histórica e a legitimidade sacramental da Igreja. A “segurança sacramental” é vista como a certeza de que a celebração da Eucaristia está em continuidade com a tradição apostólica e com a Igreja ao longo dos tempos. Para aqueles que acreditam que a ordenação de mulheres rompe com essa continuidade, participar de um culto presidido por uma mulher é espiritualmente insustentável, pois isso altera a percepção de que a Eucaristia é um símbolo de unidade que transcende divisões e mudanças.

O fato de que essa mudança não tenha precedentes na história do cristianismo ortodoxo também é uma razão significativa para a oposição. A tradição cristã tem sido maleável em diversos aspectos ao longo dos séculos, mas o ministério de bispos e sacerdotes tem mantido uma consistência fundamental. A ausência de um "consentimento

católico" para a ordenação feminina dentro da Igreja universal é vista como um obstáculo teológico difícil de transpor. Por mais que o desejo de inclusão seja legítimo, a prática de modificar a estrutura ministerial sem um amplo acordo entre as diversas tradições da Igreja é considerada um risco para a coerência teológica e para a unidade do corpo de Cristo.

A discussão sobre a ordenação de mulheres como bispas e sacerdotisas envolve uma complexa intersecção entre tradição, teologia e inclusão. Aqueles que se opõem à ordenação de mulheres argumentam que essa prática fere a unidade da Igreja, subverte a simbologia tradicional cristã e cria divisões desnecessárias, afetando a participação plena de muitos membros da Igreja. Por outro lado, os defensores da ordenação feminina vêem isso como um passo necessário para garantir que a Igreja se torne mais inclusiva e representativa. O desafio continua sendo encontrar uma forma de conciliar essas perspectivas aparentemente antagônicas, respeitando tanto as tradições e a teologia da Igreja quanto às necessidades de igualdade e representação no ministério eclesial.

MINISTÉRIO FEMININO E ORDENAÇÃO FEMININA

Sobre os estudos acadêmicos acerca da ordenação feminina na história da Igreja Cristã, é preciso considerar duas coisas. O ministério de mulheres na Igreja é diferente da ordenação de mulheres na Igreja. O ministério das mulheres sempre existiu, desde a Era Apostólica. Nem é preciso se aprofundar para afirmar que, entre os discípulos de Cristo havia mulheres que o seguiam, como Maria Madalena, Joana, Susana e outras e "que serviam a Jesus com os seus bens" (Lucas 8).

Especula-se quais condições estas mulheres tinham. Provavelmente eram ricas, influentes, trabalhadoras ou que, de algum modo, dispunham de seus bens para sustentar o ministério de Jesus. Até mesmo na crucificação, elas, que haviam acompanhado Jesus desde a Galiléia, seguiram o cortejo fúnebre de Jesus e viram o sepulcro, e como o corpo de Jesus fora colocado nele. Os evangelhos dão destaque a elas como testemunhas da ressurreição, ao ponto do teólogo Jürgen Moltmann afirmar: "Se as mulheres tivessem que ficar em silêncio, não teríamos nenhum testemunho da ressurreição de Cristo".

Rodney Stark escreveu um capítulo sobre a participação das mulheres na igreja primitiva em seu livro *The Rise of Christianity*. Ele faz uma breve comparação sobre a situação das mulheres cristãs e das mulheres que viviam em sociedades pagãs e judaicas, ajuda a situar qual era o papel das mulheres na Igreja e as diferenças entre suas funções, comparando-as com as dos homens.

No antigo primitivo as mulheres eram iguais aos homens, mas havia diferenças substanciais no grau de desigualdade experimentado pelas mulheres no mundo greco-romano. As mulheres nas primeiras comunidades cristãs estavam consideravelmente em melhor situação do que suas contrapartes pagãs e até mesmo judaicas. [...] Escritores cristãos há muito tem enfatizado que a “atitude de Jesus em relação às mulheres era revolucionária... Para ele, os sexos eram iguais.” Muitas críticas feministas rejeitaram as declarações e ações inclusivas de Jesus como não tendo tido impacto nas realidades das relações de gênero dentro da comunidade cristã primitiva, onde o sexismo desenfreado continuou. Mas evidências objetivas recentes não deixam dúvidas de que as mulheres cristãs primitivas desfrutavam de uma igualdade muito maior com os homens do que suas contrapartes pagãs e judias. Um estudo de sepultamentos cristãos nas catacumbas sob Roma, com base em 3.733 casos, descobriu que as mulheres cristãs tinham quase a mesma probabilidade que os homens cristãos de serem comemoradas com longas inscrições. Essa “quase igualdade na comemoração de homens e mulheres é algo peculiar aos cristãos e os diferencia das populações não cristãs da cidade”. Isso era verdade não apenas para adultos, mas também para crianças, pois os cristãos lamentavam a perda de uma filha tanto quanto a de um filho, o que era especialmente incomum em comparação com outros grupos religiosos em Roma. Claro, há evidências esmagadoras de que, desde os primeiros dias, as mulheres cristãs frequentemente ocupavam cargos de liderança na igreja e desfrutavam de muito mais segurança e igualdade no casamento. (Stark, p. 41).

Historicamente, seja na literatura ou nas práticas conhecidas da Era Apostólica, Patrística e no Cristianismo no Ocidente ou no Oriente, não há registros de um sacerdócio ou episcopado entre mulheres. Não existe nenhum nome feminino entre os presbíteros ou

bispos, muito menos registros de ordenações ou até de excomunhões ou críticas que venham a recair sobre o clero da Igreja, por ter realizado tais ritos para ordenações ou sagrações de mulheres.

Os registros históricos acerca de sacerdotisas na história da Era Apostólica e da Era Patrística remontam a Eusébio de Cesareia, o qual relata em sua obra “História Eclesiástica”, as profetisas ou sacerdotes mulheres que acompanhavam Montano, Priscila (ou Prisca) e Maximila. O Montanismo, movimento cristão que se organizou e difundiu em comunidades na Ásia Menor, em Roma e no Norte de África, no século II, ficou conhecido como a “Heresia Frigia”. Os montanistas viviam separados da igreja ortodoxa, denominando-se como “pneumáticos” (inspirados pelo sopro do Espírito Santo), em oposição aos demais cristãos, considerados “psíquicos” ou racionalistas. É importante frisar que, se em algum momento da história, a Igreja tivesse ordenado mulheres ao sacerdócio ou episcopado, teríamos registros claros dessas práticas.

Todavia, é necessário destacar que, no Cristianismo Oriental, especialmente entre as Igrejas da Síria e da Armênia, ainda se mantém a prática da ordenação de mulheres ao diaconato. Porém, existem duas funções para o diaconato na Bíblia. A figura do diácono homem aparece no Livro de Atos, com os Sete Diáconos que foram escolhidos em Jerusalém para pregar às pessoas e servir aos pobres. Homens como Estevão, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Parmenas e Nicolau foram separados para tal função, cujas qualificações, são descritas pelo Apóstolo Paulo em 1 Timóteo.

Já a palavra “diaconisa”, quando aparece na Bíblia, refere-se a uma serva da igreja. Um exemplo de diaconisa é Febe, mencionada em Romanos 16:1-2. A diaconisa não desempenha funções de sacerdócio, mas de serviço, e muitas vezes, poderia atuar junto às mulheres da comunidade, para que estas não fossem tocadas pelos homens, mesmo que fossem ordenados. Todavia, estas não são ordenadas ao sacerdócio cristão, que é uma função distinta do homem. Assim, homens e mulheres tem funções específicas na Igreja. Como afirma Epifânio no século V, em sua obra Panarion.

É claro também que há uma ordem de diaconisas na igreja. Mas isso não é permitido para a prática do sacerdócio ou qualquer função litúrgica, mas por causa da modéstia feminina, seja no momento do batismo ou

do exame de alguma condição ou problema, e quando o corpo de uma mulher pode ser descoberto, para que ela seja vista não pelos sacerdotes homens, mas pela mulher assistente que é nomeada pelo sacerdote para a ocasião, para cuidar temporariamente da mulher que precisa no momento em que seu corpo é descoberto. Pois a ordenança da disciplina e da boa ordem na igreja foi bem protegida com entendimento, pelo padrão de nossa regra. Pela mesma razão, a palavra de Deus não permite que uma mulher (Epifânio, 2013, p. 639)

O teólogo patrístico ainda continua, em suas reflexões:

Mas deve-se observar que a ordenança da igreja não exigia apenas diaconisas. Ela mencionava também viúvas e chamava aquelas que eram ainda mais velhas de “anciãs”, mas em nenhum lugar prescreveu “presbíteras” ou “sacerdotisas”. De fato, nem mesmo os diáconos na hierarquia da igreja foram comissionados para celebrar qualquer mistério, mas apenas para administrar mistérios já celebrados (Epifânio, 2013, p. 640).

Da mesma forma, Epifânio em Panarion (LXXIX, 3) descreve a natureza do sacerdócio na Igreja como Ordem reservada aos homens, em comparação ao ministério das diaconisas, reservado às mulheres.

Se no Novo Testamento as mulheres fossem chamadas a exercer o sacerdócio ou algum outro ministério canônico, a Maria deveria ter sido confiado, em primeiro lugar, o ministério sacerdotal; Deus, porém, dispôs as coisas diversamente; não lhe conferiu nem mesmo a faculdade de batizar. Quanto à categoria das diaconisas, existente na Igreja, não foi destinada a cumprir funções sacerdotais ou outras similares. As diaconisas são chamadas a salvaguardar a decência que se impõem no tocante ao sexo feminino, seja cooperando na administração do sacramento do Batismo, seja examinando as mulheres afetadas por alguma enfermidade ou vítimas de violência, seja intervindo todas as vezes que se trate de descobrir o corpo de outras mulheres a fim de que o desnudamento não seja exposto aos olhares dos homens que executam as santas cerimônias, mas seja considerado unicamente pelo olhar das diaconisas.

Por isso, a partir dos escritos de Epifânio, descrevendo as práticas da Tradição da Igreja, vê-se nas diaconisas da Igreja a sua função de auxiliares no trato pastoral das mulheres. Tal ministério fica, portanto, claramente distinto do ministério dos diáconos homens. O que não significa que a mulher tenha menor dignidade ou importância na Igreja ou na Fé recebida pelos apóstolos. A mulher participa do sacerdócio universal de todos os fiéis, derivado dos sacramentos do Batismo e da Confirmação, mas não do sacerdócio ordenado. Assim, temos que fazer essa distinção entre Ordens e Ministérios.

Mesmo assim, existem algumas fontes históricas que são utilizadas por algumas pesquisas para apontar a existência de um suposto sacerdócio feminino na Igreja do Ocidente. Um deles é o mosaico de “*Episcopa Theodora*” ou “*Bispa Theodora*”. Este termo se trata de uma inscrição grega em um mosaico do século IX na Capela do Bispo Zenão de Verona, localizado na Igreja de Santa Praxedes, em Roma. Mais precisamente, trata-se da mãe do Papa Pascoal I, a “*Senhora Teodora*”. No conjunto de figuras que aparecem no mosaico, temos, da esquerda para a direita: Theodora, Santa Praxedes, a Virgem Maria e Santa Prudenciana. Acima do conjunto está a representação de Jesus como o Cordeiro de Deus

O título honorífico “*Episcopa Theodora*” se refere à Senhora Teodora, mãe do Papa Pascoal I, que construiu a capela para ela enquanto ela ainda estava viva, conforme indicado pelo halo quadrado do mosaico, ao contrário das demais santas, que já haviam falecido. Há um debate sobre o que o termo “*episcopa*” pode significar em referência a esse mosaico. Teólogas e teólogos feministas e defensores da ordenação de mulheres apontam que, linguisticamente, *episcopa* é uma versão feminina no latim do grego *episkopos*, o termo para *bispa* (Torjesen, 1993).

Eles argumentam que a Teodora na inscrição é, de fato, evidência da ordenação de mulheres na Igreja do século IX. Eles também observam que a letra 'a' ao final da palavra *episcopa* foi esquematicamente desfigurado na antiguidade, levando à conclusão de que foi compreendido pelos contemporâneos para indicar seu status eclesial. Alguns teólogos católicos romanos e eruditos de arte romana discordam desse argumento apontando que as feminilidades de títulos clericais têm sido tradicionalmente associadas às esposas e viúvas do

clero cristão primitivo desde a Era Apostólica. Durante a antiguidade tardia e o início da Idade Média, bispos casados eram mais frequentes do que nos períodos subsequentes, já que o celibato sacerdotal só foi imposto oficialmente pela Igreja Católica após o Grande Cisma de 1054 com os ortodoxos.

Dessa forma, o título de “episcopa” poderia se referir à esposa, viúva ou até mãe de um bispo, como o caso da mãe do Papa Pascoal I. Para Teodora, o uso desse título refletiria sua posição de destaque como mãe do Papa, além de sua reputação de mulher piedosa e austera, dedicada à religiosidade. O título não indicaria que ela era um bispo ordenado, mas sim uma mulher santa, respeitada por sua devoção e por sua estreita ligação com o clero, especialmente por ser mãe de um papa.

Dentro da Teologia da Igreja há um profundo debate que persiste e antigos argumentos que ainda são sustentados contra a ordenação feminina. Muitos argumentam que a Igreja sempre seguiu a prática de ordenar apenas homens, e que essa tradição tem raízes profundas na história do cristianismo. Embora as mulheres desempenhassem papéis importantes em diversas funções e ministérios, como nas comunidades primitivas, o sacerdócio e episcopado sempre foram exclusivamente masculinos. Isso é um fato inequívoco.

Outra questão é que, para aqueles que se opõem, a Escritura e a Tradição não podem ser alteradas a partir de uma leitura contemporânea, especialmente se essa leitura contradizer o entendimento universal da Igreja ao longo da história. Considera-se que a prática do sacerdócio masculino é uma questão de “fidelidade” à Tradição apostólica, sendo a única maneira legítima de garantir a continuidade com o depósito da fé. Seja em qualquer denominação cristã, histórica ou não, a ordenação de mulheres ao pastorado ou ao sacerdócio, trata-se de uma inovação trazida pelas novas teologias do século XX e XXI. Somado a isso, a luta por direitos igualitários e o identitarismo marcou não só as pesquisas científicas, que muitas vezes ignoram fatos e dados históricos conclusivos, como buscam até mesmo fazer releituras que não coadunam com aquilo que é visto à simples luz da história do Cristianismo.

Na Comunhão Anglicana, assim como em outras Igrejas como a Católica Romana, a Ordenação Feminina, torna-se a mais delicada questão entre os teólogos – leigos ou ordenados –, uma vez que, este tema está a dividir ainda mais do que outras questões, como a inclusão

de pessoas LGBT. A ordenação feminina tem profundas implicações nos sacramentos da Igreja, especialmente no que se refere à Eucaristia e à validade dos outros administrados por mulheres. A principal questão que surge está relacionada à natureza simbólica e sacramental do ministério.

A doutrina católica afirma que, sem uma ordenação válida, os sacramentos não seriam eficazes, o que geraria dúvidas sobre a validade de qualquer sacramento administrado por mulheres ordenadas. A introdução de mulheres na ordem sacerdotal ou episcopal poderia, na visão de seus opositores, romper essa linha direta de sucessão, criando uma divisão entre a tradição apostólica e as práticas contemporâneas, o que afetaria a autenticidade sacramental da Igreja.

O maior impacto, além das implicações teológicas e simbólicas, a questão da ordenação feminina, sem dúvida diz respeito nas repercussões sobre a unidade e comunhão dentro da Igreja. A falta de consenso sobre a legitimidade da ordenação feminina afeta a participação plena na vida sacramental – e de modo especial, na Comunhão Anglicana, é uma questão que, embora tenha sido relativamente pacificada, ainda causa desconforto, principalmente em relação ao episcopado feminino –, com alguns fiéis podendo se sentir excluídos ou desconfortáveis ao receber a Eucaristia ou participar de outros sacramentos administrados por mulheres.

BISPOS VISITADORES COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO

Os *Flying Bishops* (ou Bispos Voadores, Viajantes ou Visitadores) são uma categoria de bispos dentro do episcopado da Igreja da Inglaterra, particularmente no contexto da ordenação de mulheres ao episcopado. Essa solução foi criada para resolver a tensão gerada pela introdução de mulheres no episcopado, ao mesmo tempo em que tentava garantir a unidade dentro da Igreja, permitindo que aqueles que não podiam aceitar a ordenação de mulheres continuassem a ser atendidos espiritualmente.

A questão da ordenação feminina ao episcopado e ao sacerdócio foi um tema de grande debate na Igreja da Inglaterra ao longo do século XX. Em 1992, a Igreja da Inglaterra aprovou a ordenação de mulheres como sacerdotes, o que gerou significativa

divisão. Para alguns clérigos e fiéis, especialmente dentro do movimento anglo-católico e do setor evangélico conservador, essa mudança foi vista como uma violação da tradição apostólica e da doutrina cristã ortodoxa, que sempre manteve o sacerdócio masculino.

Em resposta a essa divisão, em 1994, a Igreja da Inglaterra implementou a solução dos *Flying Bishops*, os quais não têm uma diocese fixa, mas que têm a responsabilidade de fornecer supervisão pastoral e litúrgica a igrejas e paróquias que não desejam ser supervisionadas por bispos que ordenaram mulheres. Esses bispos "voadores" oferecem uma alternativa de liderança para aquelas comunidades que não podem aceitar a autoridade de um bispo que tenha ordenado mulheres para o sacerdócio ou episcopado.

Os bispos visitantes buscam garantir que os fiéis e os clérigos que se opõem à ordenação feminina possam manter sua prática religiosa sem serem diretamente supervisionados por um bispo que tenha participado dessa prática. Em vez de ter uma diocese fixa, como é tradicional para um bispo, o Flying Bishop exerce sua autoridade sobre uma área geográfica mais ampla, abrangendo várias paróquias que têm essa objeção teológica. Esses bispos "viajam" entre as diferentes igrejas, celebrando sacramentos e oferecendo apoio espiritual e pastoral. A autoridade deles não se sobrepõe à dos bispos diocesanos tradicionais, mas eles agem como uma forma de exceção, oferecendo a supervisão necessária para aqueles que rejeitam a ordenação feminina, garantindo que sua interpretação da tradição eclesiástica seja respeitada dentro da Igreja da Inglaterra.

A introdução dos Flying Bishops foi uma tentativa de equilibrar as tensões dentro da Igreja da Inglaterra e de manter a unidade, apesar das diferenças teológicas. Para muitos, essa solução foi vista como um compromisso que permitia que a Igreja mantivesse uma estrutura inclusiva, acolhendo tanto aqueles que apoiavam a ordenação feminina quanto aqueles que se opunham a ela. No entanto, a criação dos *Flying Bishops* também gerou controvérsias, pois alguns acreditam que essa prática cria uma divisão dentro da Igreja, com duas "igrejas" paralelas coexistindo: uma que aceita a ordenação feminina e outra que não aceita. Atualmente, essa categoria de bispos estão alinhados sobretudo com a ala Anglo-Católica, unidos pela Sociedade (*The Society*), ligada ao movimento *Forward in Faith*. O Bispo de Oswestry, Paul Thomas, ou o

Bispo de Fulham, Jonathan Baker, visitam comunidades que não aceitam ou não se sentem confortáveis com mulheres como clérigas.

Todavia, algo interessante vem acontecendo, com a cooperação de Baker com a Bispa de Londres, Sarah Mullally, que frequentemente prega em Igrejas ligadas à Sociedade, mas não preside a Santa Eucaristia, sendo celebrada pelos bispos ou sacerdotes. Portanto, a cooperação mútua é possível, sem haver oposições materiais ao ministério ordenado feminino. A questão dos *Flying Bishops* não se limita à Igreja da Inglaterra. Em outras províncias da Comunhão Anglicana, onde a ordenação feminina foi aceita, o modelo foi discutido como uma possível solução para as divisões internas geradas pela mesma questão. Contudo, esta categoria de bispos permanece como uma característica própria da Igreja da Inglaterra, o que não impede de ser aplicada a outras Igrejas como dos EUA, Canadá ou até o Brasil.

Além disso, a prática gerou um precedente interessante para outras tradições cristãs que enfrentam divisões sobre a ordenação feminina. Em algumas outras denominações, como as Igrejas Episcopais e as Igrejas Anglicanas nos Estados Unidos e em outros países, a criação de estruturas alternativas de supervisão para aqueles que se opõem à ordenação feminina não foi amplamente adotada, mas a solução dos *Flying Bishops* ficou conhecida e discutida como uma maneira de abordar a controvérsia sem causar rupturas irreparáveis.

Eles representam uma tentativa pragmática da Igreja da Inglaterra de acomodar as diferentes visões sobre a ordenação de mulheres ao episcopado, oferecendo uma solução pastoral para aqueles que se sentem desconfortáveis ou teologicamente opostos a essa prática. Embora essa solução tenha sido eficaz em permitir que diferentes posições coexistam dentro da mesma Igreja, ela também evidencia as tensões contínuas e as divisões que surgiram com a introdução da ordenação feminina. Assim, os *Flying Bishops* continuam a ser uma expressão das complexas negociações entre tradição, mudança e unidade dentro da Comunhão Anglicana.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jorge. **Anglicanismo**: uma introdução. Recife: Perfilgráfica, 2000.

EPIPHANIUS. **The Panarion of Epiphanius of Salamis, Books II and III. De fide**. Leiden; Boston: Brill, 2013.

IHU ONLINE. **Igreja da Inglaterra nomeia primeira bispa de Londres**. 20 dez. 2017. Disponível em:
<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574827-igreja-da-inglaterra-nomeia-primeira-bispa-de-londres>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **História do Anglicanismo na Inglaterra**. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

PAPA BENTO XVI. **Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus**. 04 nov. 2009. Disponível em:
<http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_constitutions/documents/hf_ben-xvi_apc_20091104_anglicanorum-coetibus.html>. Acesso em: 02 jun. 2018.

WOLFF, Elias. **Ordenação de mulheres no debate teológico no Brasil**: questões para a Igreja “Casa de Todos/as”. Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, São Leopoldo: EST, v. 5, 2017.p. 186–203.

SNIEAB. **Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Elege a Primeira Bispa para Câmara Episcopal**. 20 jan. 2018. Disponível em:
<<http://sn.ieab.org.br/2018/01/20/igreja-episcopal-anglicana-do-brasil-elege-a-primeira-bispa-para-camara-episcopal/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. **Um novo amanhecer para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ao celebrar sua primeira bispa**. 26 abr. 2018. Disponível em: <<http://sn.ieab.org.br/2018/04/26/um-novo->

amanhecer-para-a-igreja-episcopal-anglicana-do-brasil-ao-celebrar-sua-primeira-bispa/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

STARK, Rodney. **The Rise of Christianity**. San Francisco: Harper San Francisco, 1997.

TORJESEN, Karen Jo. **When women were priests**. Nova York: HarperCollins, 1993.



LIVRO DE ORAÇÃO COMUM DE 2015

A Inclusividade Litúrgica na teoria e na prática

INTRODUÇÃO

O Anglicanismo como conhecemos hoje em dia tem início com o processo da Reforma na Inglaterra, iniciado pelo Rei Henrique VIII e consolidado pela sua filha, a Rainha Elizabete I. A Reforma Inglesa teve início com o rompimento do Rei com o Papa Clemente VII, após a recusa deste em anular o casamento de Henrique com Catarina de Aragão. Porém, as motivações da Reforma não se resumem ou se fundam apenas nesta disputa política entre a Inglaterra e Roma.

A concepção deste ato político também tem suas raízes em um passado da Inglaterra, a partir de um Cristianismo que se estabeleceu e se desenvolveu nas Ilhas Britânicas de um modo bastante particular, antes da missão católico-romana por São Agostinho, o primeiro Arcebispo de Cantuária. Essa ideia de retorno às origens buscava que a Igreja da Inglaterra fosse de fato “a Igreja da Inglaterra”, não mais submetida à Roma.

Com a Reforma Inglesa, todo o clero deveria jurar fidelidade não mais ao Papa, mas ao Rei. Com a recusa de boa parte do clero católico em manter-se fiel à Igreja nacional, novos diáconos, presbíteros e bispos foram ordenados para ocupar os cargos. Thomas Cranmer, um advogado e teólogo da Universidade de Cambridge, foi nomeado ao arcebispado de Cantuária no lugar de William Warham. A partir de então, Cranmer conduziu a Reforma Inglesa no campo religioso. A sua maior contribuição foi a concepção e publicação do Livro de Oração Comum, em 1549, tornando-se o manual litúrgico e de adoração pessoal do Anglicanismo.

A principal característica do LOC era a sua redação na língua vernácula. Desse modo, as celebrações seriam feitas não mais em latim, mas em inglês, dando acesso a todo o povo e facilitando sua participação durante os serviços religiosos. Da mesma forma, os ritos foram simplificados, a partir da reorganização, baseando-se em outros, como o rito Sarum, o Pontifical Romano, e a Missa Luterana. O LOC cranmeriano também continha saltério, lecionário, breviário, e o Livros das Horas.

Se existia toda uma tradição e história anterior à Reforma Inglesa, o Livro de Oração Comum tornou-se uma ponte entre o passado e o novo momento que a Inglaterra estava vivendo.

Da forma como fora concebido, o Livro de Oração Comum compreendia todos os serviços necessários à realização do culto regular dos dias úteis e do culto dominical da igreja, bem como dos serviços esporádicos, para o atendimento das necessidades pastorais, enfatizando os grandes acontecimentos da vida: o nascimento, o matrimônio, a doença e a morte. O Livro de Oração, ao preservar a tradição, possibilitava então compreensões diversas sobre a passagem do tempo: o ano litúrgico dos próprios; o tempo profano nos afazeres do cotidiano; o transcurso de uma vida nos serviços eventuais, assim como a visão dinâmica do tempo na Sagrada Comunhão, com sua rememoração (*anamnesis*) dos eventos prístinos, à luz das realidades vindouras (o banquete messiânico), por meio das quais a presença de Cristo se efetiva e a existência humana se transforma no presente (Booty, 1976, p. 355).

O LOC e suas edições posteriores foram fundamentais para se estabelecer uma nova mentalidade nacional e eclesial, de modo que tanto a língua, a sociedade e a cultura da época foram unificadas a partir da nova religião.

Pode-se começar avaliar o enorme significado do Livro de Oração Comum para a Igreja da Inglaterra atentando-se para as muitas necessidades que satisfazia e para as dimensões em que atuava. Em um nível sociopolítico geral, o livro simplificava e padronizava os ritos e cerimônias de culto, propiciando uma piedade eclesial disseminada e unificada na Inglaterra. O Livro de Oração estabeleceu uma ponte em direção ao passado na medida em que estruturas rituais básicas de outrora foram incorporadas a seu texto (Haight, 2015, p. 192).

Desse modo, a Reforma que aconteceu na Igreja da Inglaterra, foi, em suma, uma reforma litúrgica e administrativa (diferente das mudanças teológicas de Lutero), iniciada com as aspirações nacionalistas de Henrique VIII, e materializada com a separação da Igreja da Inglaterra de Roma. As dimensões políticas também caminhavam lado a lado das mudanças que aconteciam no campo eclesial, de modo que o Anglicanismo como o conhecemos, somente

tomou sua dimensão a partir do Arcebispo Thomas Cranmer, com a edição e publicação do primeiro Livro de Oração Comum, de 1549.

Para se entender o Livro de Oração Comum, precisamos entender a dimensão da Liturgia no Anglicanismo. A Liturgia, segundo Jean-Jacques Von Allmenn (1968), é o momento de “epifania da Igreja”. E no caso da liturgia anglicana, o Livro de Oração Comum é o instrumento que aponta para as ênfases teológicas¹⁶ dadas pelas Igrejas da Comunhão Anglicana¹⁷ espalhadas pelo mundo.

BREVE HISTÓRICO DO LIVRO DE ORAÇÃO COMUM

O termo Liturgia vem da palavra grega *leitourgia*, significando “serviço público”, ou “trabalho do povo”. É o modo como as religiões organizam o seu culto. Ideia básica do LOC é que, além de ser um instrumento que organize a liturgia Anglicana, ele seja um “livro para orações em comum”.

O LOC tornou-se um dos elementos distintivos do Anglicanismo, que, assim como outras Igrejas como a Católica, Ortodoxas e Luteranas, organiza sua liturgia em torno de um Rito, ao invés das Igrejas Reformadas (Presbiterianas) e Evangélicas, que celebram sua liturgia através de uma Ordem de Culto.

¹⁶ Conhecidas como *High Church* (Igreja Alta), *Low Church* (Igreja Baixa) e *Broad Church* (Igreja Ampla), são correntes ou partidos oriundos da Igreja da Inglaterra que definiram algumas características da identidade anglicana a partir de três modos de se compreender a eclesiologia. A *High Church* se caracteriza pela ênfase da tradição herdada pelos anglicanos, centrando-se na riqueza litúrgica do culto e do cerimonial. Vale frisar que o Anglo-Catolicismo é um movimento posterior que nasce dentro da *High Church*, exclusivo da Igreja da Inglaterra, surgido a partir do Movimento de Oxford, século XIX. Já os grupos adeptos da *Low Church* caracterizam-se pelo foco na pregação baseada nas Escrituras e na prática da missão, enfatizando os valores da Reforma Protestante. Devido aos embates surgidos ao longo da história, entre os adeptos da *High* e *Low Church*, uma terceira corrente, chamada de *Igreja Ampla*, pratica um meio termo entre o ritualismo católico e o despojamento evangélico, baseando-se no conceito do Anglicanismo como Via-Média entre o Catolicismo e o Protestantismo.

¹⁷ É a associação das Igrejas de tradição anglicana. Apesar de seguirem uma mesma doutrina teológica, as Igrejas Anglicanas (ou Episcopais) são autônomas entre si. A liderança-símbolo da Comunhão é o Arcebispo de Cantuária. Porém, pela própria constituição da associação, ele não possui as prerrogativas de um Papa.

Ao longo da História do Anglicanismo, o LOC teve diversas edições, alterações e atualizações. Podemos citar aqui as edições de 1552, 1559, 1604 e 1662, da Igreja da Inglaterra, que se seguiram a primeira publicação, em 1549, por Thomas Cranmer. Francisco de Assis da Silva (1999, p. 2) nos traz um breve histórico das edições do LOC que surgiram em outras Igrejas pelo mundo.

Depois disso, como fruto da expansão do império britânico e do trabalho missionário, surgiram edições do Livro de Oração na Escócia (1637), nos Estados Unidos (1789/1928/1979) e em outros países. Especialmente nos últimos vinte e cinco anos apareceram muitas revisões do Livro de Oração Comum (LOC), motivadas principalmente pela expansão da Comunhão Anglicana que teve que se adaptar as exigências de cada povo e também as mudanças da sociedade. Mas, estes livros conservam um “padrão” comum que os identifica e faz com que os anglicanos se sintam em casa em qualquer lugar do mundo onde se encontrem.

A presença anglicana no Brasil no século XX, trouxe profundas implicações não apenas para o cenário religioso do país, mas também no campo da Teologia do Culto e das práticas cerimoniais por trás do Livro de Oração Comum, que é um dos principais patrimônios anglicanos. Vale destacar que, até o final do século XIX, o único LOC disponível no Brasil em língua portuguesa era a tradução rudimentar feita pelo Reverendo escocês, Richard Holden, que havia chegado ao Brasil em 1860, na primeira onda missionária anglicana. Após a chegada dos missionários Kinsolving e Morris, advindos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, o cenário mudou, com as primeiras publicações.

Quando a Igreja foi implantada no Brasil, em 1890, havia apenas a tradução do LOC americano, feita por Richard Holden. Usou-se, no começo, um livrete com os ofícios diários, Litania e porções dos Salmos. Em 1893, através do trabalho de dois pioneiros, Rev. Brown e Rev. Cabral realizou-se uma tradução mais completa do LOC americano, impressa nos Estados Unidos. O primeiro livro completo brasileiro surgiu em 1930, contendo todos os ofícios e criando pela primeira vez um padrão litúrgico para toda a Igreja (Silva, 1999, p. 5).

O livreto em questão era chamado de *Offícios Divinos*. Publicado em 1925, levava em sua capa o subtítulo de *Formulas Provisorias de Oração para uso da Igreja Episcopal Brasileira*, como então era denominada a missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos em nosso país. Já o livro de 1930 de *Oração Commum*, possuía previsão para todos os ritos praticados na Igreja. O de 1950 teve uma nova atualização linguística para a época, sendo publicado na íntegra. O seu custódio era o Reverendo John Wallace Suter, da Igreja Episcopal dos EUA.

Em 1965 a Igreja do Brasil obteve sua autonomia financeira e política da Igreja dos Estados Unidos, tornando-se a 19ª Província da Comunhão Anglicana. A partir de então, desenvolvem-se novas ênfases teológicas e eclesiológicas, que tiveram origem nas teses do 1º Congresso da Igreja Episcopal Brasileira, ocorrido em 1960 em Porto Alegre.

Aliada às ideias desenvolvidas nesse congresso, uma nova edição do Livro de Oração Comum foi aprovada em 1984, tendo por base a estrutura do Livro de Oração norte americano de 1979, adaptando-se às necessidades do anglicanismo brasileiro. Curiosamente este LOC era abreviado, no qual, ao contrário dos anteriores, não incluía, por exemplo, o rito de sagração episcopal.

O Livro de Oração utilizado na Igreja até o início dos anos 80, embora completo, era antigo na linguagem e no vocabulário. Em 1984 o Sínodo aprovou um novo Livro em edição abreviada e bastante influenciado pelo Livro de Oração Comum da ECUSA, aprovado naquele país em 1979. Os elementos mais significativos desse novo LOC foram a adoção do lecionário trienal contemplando a restauração das leituras do Antigo Testamento e dos Salmos e a diminuição das extensas leituras do antigo LOC que soavam monótonas nos lábios de alguns clérigos. O novo LOC mostrou-se mais leve e dinâmico que o anterior, conforme a linha seguida pela Comissão de Liturgia (Calvani; Oliveira, 2012, p. 214).

Durante o centenário da Igreja, em 1990, devido à expansão da Igreja pelo país e novas concepções eclesiológicas advindas da maior proximidade com outras Igrejas da Comunhão Anglicana, a Província brasileira passou a denominar-se Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, sendo conhecida a partir de então pela sigla IEAB. Também durante

este momento novo vivido pela Igreja, marcado por profundas mudanças teológicas e eclesiológicas, que foi redigida a atual edição do LOC, lançada em 2015, com o texto na íntegra e uma tradução do Prefácio de 1549.

Este período foi marcado por uma crescente controvérsia entre tendências dentro do Anglicanismo mundial, que buscavam zelar pelo que elas entendiam como a tradição, ao passo que muitos setores e grupos progressistas cresciam dentro das Igrejas da Comunhão Anglicana, gerando uma tensão entre “conservadores” e “liberais”, que, em muitos casos, culminou em cismas, em especial os ocorridos na Diocese Anglicana do Recife, da IEAB.¹⁸



NOVO LIVRO DE ORAÇÃO COMUM DA IEAB

De acordo com o projeto de revisão da IEAB, o LOC de 1984 foi feito para durar cinco anos. Porém, ele durou trinta anos. É esperado que o LOC de 2015 permaneça em voga pelo mesmo período de tempo.

Vale salientar que LOC de 1984 estava totalmente desatualizado em relação à sua linguagem. Como alguns exemplos temos o retorno do Rito 1 da Eucaristia a uma linguagem mais histórica, permitindo o uso por comunidades que buscam um rito mais formal e tradicional. Já o Rito 2e nas demais liturgias, a linguagem simplificada, com a substituição da expressão “vós” por “vocês”, de modo a se aproximar da linguagem coloquial que é utilizada pela população brasileira.

Da mesma forma, a ordenação feminina fora aprovada na IEAB em 1985, colocando-a entre as três únicas Igrejas da Comunhão Anglicana que ordenavam mulheres até então, junto com a Igreja dos Estados Unidos e a Igreja do Canadá (Kickhofel, 1995, p. 319). Como exemplo, temos a fórmulas e rubricas que especificavam a palavra “ministro”, “reverendo” e “bispo”. Da mesma forma, a fórmula da despedida do “Ide na paz de Cristo”, ordenava apenas o “testemunho do Evangelho entre os homens”. Na nova edição do LOC omitiu-se

¹⁸ A história dos cismas ocorridos na Diocese Anglicana do Recife foi abordada no segundo capítulo, intitulado “Da *Sede Vacante* à Diocese vazia: o projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife e o início da crise no Anglicanismo brasileiro”.

esta expressão. Em muitas paróquias da IEAB, costuma-se dizer “entre todas as pessoas”, de modo a enfatizar a perspectiva radicalmente inclusiva da mensagem de Jesus.

Vemos um esforço da IEAB em adaptar sua liturgia aos desafios do mundo moderno, a exemplo das alterações realizadas no Livro de Oração Comum, com a adição de orações em Ação de Graças pela adoção de uma criança (Livro de Oração Comum, 2015, p. 615), ou o reconhecimento da “diversidade existente na Criação”, expressa na Oração Eucarística D:

Ó Deus Criador de todas as coisas, pelas maravilhas do universo, pelo mistério da criação, pela beleza da terra, por todos os seres vivos e pelo poder que reside em tudo o que criaste, nós te louvamos e rendemos nossa gratidão. Reconhecemos a diversidade existente em tudo o que criaste como um do que vem de ti. [...] Quando Permitimos a ação do teu Espírito Santo, nos tornamos sinais da unidade na diversidade, e podemos sentir a ímpar dádiva da renovação, da alegria e da comunhão. [...] Pois, pela tua graça, ó Pai e Mãe, Cristo continua agindo no mundo como Salvador até o fim dos tempos (Livro de Oração Comum, 2015, p. 332-334).

Seguindo a atualização do Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, as Coletas – orações que reúnem os pedidos em comum de toda a assembleia –, evidenciam novas questões abordadas pela IEAB a nível teológico, litúrgico e pastoral, como a busca uma educação cristã, que erradique todas as formas de preconceito e o respeito pelas várias configurações de famílias.

Jesus, mestre e Senhor, infunde em nós a sabedoria divina de modo que tenhamos destemor para cuidadosamente estudar a tua Palavra, e ensinar às outras pessoas somente aquilo que te apraz, sem projetarmos nossos preconceitos e visões distorcidas de mundo. Conduz-nos à luz do Evangelho. É o que te rogamos. Amém (Livro de Oração Comum, 2015, p. 508).

Maravilhoso Deus, que te manifestas na dádiva do amor, derrama tuas ricas bênçãos sobre todas as famílias, sem exceção/ sejam elas grandes ou pequeninas, com ou sem crianças, de um ou mais gêneros, para que aprendamos a

enxergar nas pessoas a quem amamos a face do Cristo amoroso, vivendo em harmonia conjuntamente até que ele venha. Amém (Livro de Oração Comum, 2015, p. 515).

Uma das alterações mais profundas na Teologia do novo LOC ocorreu no Rito do Matrimônio. De acordo com a tradição da Igreja, quem o celebra são os próprios nubentes. A cerimônia se realiza a partir de um diálogo de entrega mútua, através do livre consentimento de ambos, em que são realizadas orações leituras da Bíblia e bênçãos específicas. Em nível litúrgico, a matéria do rito são as pessoas que estão se casando e a forma as suas palavras e a livre entrega a partir da aceitação dos votos.

O que a Igreja realiza é a proclamação da bênção de Deus sobre a união. Desta forma, tanto um diácono, presbítero ou bispo podem abençoar o Casamento. Os ministros da Igreja possuem fé pública, de modo que estes podem expedir o termo de casamento religioso com efeito civil, a partir desta declaração da Igreja e o posterior registro em cartório.

Na IEAB não é o LOC que define o conceito de Casamento, mas os Cânones Gerais da Igreja. Por isso, a alteração realizada no Rito do Casamento é de ordem linguística, não litúrgica ou doutrinária. Em meio às propostas de realizar tal alteração doutrinária, Igreja Nacional fomentou uma série de cursos de formação, lançamento de revistas e discussões acerca do tema, durante o período de dois anos, para que a questão fosse votada no Sínodo da Igreja, marcado para acontecer de 30 de maio a 03 de junho de 2018, na cidade Brasília. Para esta reunião, os delegados eleitos nos concílios das Dioceses da IEAB foram incumbidos de votar a proposta de alteração dos Cânones Gerais, para permitir, ou não, o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Diante das discussões iniciadas na Igreja no início do século XXI, sobre o Casamento Igualitário, a Comissão de Liturgia da IEAB estabeleceu uma nova linguagem para o Rito de Casamento, utilizando diretamente o nome das pessoas envolvidas ao invés das expressões *noivo* e *noiva*, e *esposo* e *esposa*. Essa linguagem neutra, por sua vez, claramente abarca todas as configurações de casais. Podemos dizer que a edição do LOC de 2015 adiantou-se ao resultado da votação do Sínodo.

Dentre as mudanças substanciais no Rito, aprovado pela Comissão de Liturgia, pela Câmara dos Bispos e pelo Sínodo da Igreja, foi retirado o prefácio do Rito de Casamento do LOC de 1984, que dizia o seguinte:

O Matrimônio cristão é um pacto solene e público entre um homem e uma mulher na presença de Deus. Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil exige-se que, pelo menos, um deles seja batizado; que não menos de duas pessoas sirvam de testemunhas à cerimônia; e que o casamento esteja de acordo com os Cânones desta Igreja e com as leis do país (Livro de Oração Comum, 1984, p. 182).

A proposta votada no Sínodo de 2018 foi a alteração do Cânon 38, Art. 135, referente ao “Santo Matrimônio”.

CÂNON 38 Do Matrimônio Cristão Art. 185 - O matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual, na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida (Cânones Gerais da IEAB, dez. 2018).

De um total de 62 pessoas, constaram 57 votos a favor, 3 contrários e 2 abstenções. A matéria foi aprovada. Da mesma forma, a proposta de aprovação do Casamento Igualitário preservou a recusa de consciência, regulamentada pelo Art. 191 dos Cânones Gerais.

Art. 191 - Qualquer clérigo(a) desta igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a officiar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica. Parágrafo único: A ninguém é permitido officiar o matrimônio cristão entre pessoas do mesmo sexo sem que tenha sido expressamente autorizado nos Cânones Diocesanos, conforme as exigências ali estabelecidas e com autorização por escrito do(a) bispo(a) diocesano(a) (Cânones Gerais da IEAB, dez. 2018).

Desse modo, nenhum membro do clero celebrará um ato sacramental para o qual não estão preparados ou confortáveis para celebrar. Tal norma foi e ainda é utilizada em outras Igrejas da Comunhão Anglicana que aprovaram o Casamento Igualitário, e da mesma forma foi aplicada quando da aprovação da Ordenação Feminina.

As alterações canônicas garantiram a isonomia de tratamento para qualquer pessoa que deseje se casar na IEAB, “independente do gênero ou orientação sexual”, ao mesmo tempo em que garante que os membros do clero que não se sintam confortáveis para realizar as uniões matrimoniais entre casais homoafetivos – por razões pessoais, convicções teológicas ou de fé – não sejam constrangidos ou punidos disciplinarmente. Todavia, algumas questões ficam em aberto, sobre a legitimidade de um pequeno grupo de representantes de uma pequena parcela da Igreja ressignificar e alterar o entendimento da doutrina da Igreja – algo distinto de práticas pastorais ou litúrgicas –, de modo a colocar em debate a natureza histórica de um sacramento (ou rito sacramental). Infelizmente não há espaço para esse tipo de debate em um simples capítulo (ou até mesmo em alguns momentos como reuniões oficiais e encontros de formações da Igreja).

Outra questão constantemente levantada, é o número de casais homoafetivos que buscaram a Igreja para oficializar a sua união de forma sacramental, diante de um mundo que se diz tão aberto à inclusividade, mas que, quando a Igreja toma esta posição, as próprias pessoas que são alvo desta abertura da instituição, não a buscam. O baixo número de casamentos não reflete a expectativa criada pelos seus propugnadores, ou até mesmo pode ser nivelado aos esforços que foram feitos para que este marco fosse alcançado. As mesmas questões ficam em aberto, juntamente com os efeitos ou consequências sobre a unidade da Igreja, que, de certa forma, foram culpa de projetos pessoais por diversas lideranças (de ambos os lados dos cismas), mas também pelas tensões criadas por estas no seio eclesial.

Ao mesmo tempo, ao estudarmos estas questões que levaram às mudanças na identidade de IEAB, tal capacidade de se atualizar, ressignificar e propor importantes mudanças na Teologia e Liturgia da Igreja – algo que caracteriza parte do agir eclesiológico anglicano atual –, é o que passaremos a chamar de Inclusividade Litúrgica.

A INCLUSIVIDADE LITÚRGICA COMO PARTE DA NOVA IDENTIDADE DA IEAB

As Igrejas se relacionam por um processo constante de produção e releitura de suas Teologias. E isso se reflete na atuação das comunidades individualmente e no próprio modo de ser e agir de seus fiéis. Essa constante ressignificação do modo como a Igreja age e compreende a si mesma é uma das características que marcam o *Ethos Anglicano*. De forma prática, esse ethos, que pode ser traduzido como um “temperamento” anglicano, nos traz à tona o conceito cunhado pelo Reverendo John H. Westerhoff, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, o qual afirma que “o temperamento se refere aos modos característicos de pensar e de se comportar de uma tradição”.

No campo teórico podemos conceituar que essas relações se desenvolvem a partir de um capital simbólico, que rege e define tais relações ao longo do tempo.

O capital simbólico - outro nome da distinção - não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (Bourdieu, 2003, p. 145).

A consequência dessa troca de bens simbólicos, realizada pela relação entre as Igrejas, culminaria na existência de um poder simbólico que permanece em constante conflito, repercutindo na vida diária das denominações, sua atuação, e no perfil do fiel que a frequenta. Algo, que, em geral, passa despercebido tanto pelos seus líderes quanto pelos seus membros. De acordo com Bordieu (2003, p. 177), esse poder simbólico seria

um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fide*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

Em outras palavras, esse poder simbólico seria a aceitação da autoridade – real ou simbólica – do fiel à determinada Igreja, dentro desse campo de relações, que se constrói a partir de uma luta simbólica por espaços a serem ocupados e discursos a serem afirmados – a exemplo da ordenação feminina ou da ordenação e casamento de homossexuais. E nessa disputa, o poder de dominação entre as denominações determina que local estas Igrejas ocupam, tanto no Anglicanismo no Brasil, quanto mundo afora. Essa dinâmica de organização religiosa é atestada pelo pesquisador Marcelo Camurça (2013, p. 297).

Aqui há uma nítida concepção sociológica de organização religiosa. No polo dominante estão a igreja com seus agentes autorizados para o tratamento dos bens de salvação sistematizados enquanto Teologias e liturgias que apenas estes dominam e oferecem ao consumo dos leigos e fiéis. [...] No polo alternativo está a produção de capital religioso para autoconsumo nas comunidades religiosas independentes e nas chamadas “religiões populares”. Portanto podemos observar na dinâmica interna do campo religioso, de um lado, relações de concorrência entre os tipos Igrejas e comunidades independentes, e, do outro, relações de transação entre produtores e consumidores no tipo igreja.

Aqui entra a importância desses grupos como produtores de novas interpretações teológicas, em contrapartida das interpretações tradicionais. Como exemplo de grupos que repensam uma Teologia essencialmente inclusiva, baseada no identitarismo, frente às demandas da sociedade pós-moderna, temos clérigos e leigos ativistas e liberais dentro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Da mesma forma, temos outros grupos dentro da própria Igreja que buscam preservar a história, a tradição e as bases do Anglicanismo no país, historicamente representados pela IEAB. Estes podem ser considerados como conservadores, tradicionais ou simplesmente pessoas que buscam preservar aquilo que caracteriza a Igreja como tal. Como conciliar ambos os grupos? Essa disputa por espaços está diretamente ligada à necessidade de determinado movimento se estabelecer como “o” movimento, sempre à vanguarda dos demais, como se fosse capaz de determinar qual é a verdadeira identidade da tradição da qual faz parte.

Eles lutam entre si por poder e dominação no campo. Os vencedores em uma situação histórica podem estabelecer regras. E eles podem definir o que é “boa arte” ou “religião verdadeira” (Schlammelcher, 2013, p. 269).

Nenhum dos dois grupos (e seus espectros internos) detém a totalidade da razão e das afirmações que são sustentadas por eles. Do mesmo modo, nunca serão capazes de descrever ou defender aquilo que se entende como o “Anglicanismo brasileiro” ou a “Igreja Anglicana brasileira”. A ideia de uma “religião verdadeira”, apontada por Schlammelcher, pode ser interpretada como a legitimidade e fidelidade às doutrinas do Anglicanismo histórico. Nesse viés, algumas Igrejas acusam outras de terem se afastado da ortodoxia, devido às sucessivas reformas na sua teologia e liturgia. Em sua maioria, tais críticas partem de grupos de tendências conservadoras em relação aos liberais, tanto de dentro quanto de fora da Comunhão Anglicana.

O fato é que, do ponto de vista litúrgico, cada Igreja ou Província da Comunhão Anglicana, tem a autonomia para elaborar seus próprios formulários canônicos e litúrgicos, a exemplo do Livro de Oração Comum, e definir parâmetros para as suas liturgias – com base na liberdade e orientações propostas pelas comissões internacionais da Comunhão, a exemplo da IALC. No Brasil, os princípios que nortearam tais reformas, em especial no LOC são “a) Fidelidade às Escrituras; b) Flexibilidade Pastoral; c) Inculturação; d) Inclusividade e Ecumenicidade” (Assis, 1999, p. 2).

Estas revisões citadas por Francisco de Assis e seus princípios refletem as ênfases teológicas que marcam a pluralidade de identidades do Anglicanismo. Como exemplo dessa diversidade e até divergência de compreensões sobre um mesmo assunto, tem-se o Sacramento da Eucaristia.

Os muitos títulos que a qualificaram apenas indicam a riqueza de seu conteúdo e a impossibilidade teológica de se encontrar uma palavra que transmita o seu significado cabal. Chamemos este Sacramento de Ceia do Senhor ou Missa, Divina Liturgia ou Santa Comunhão, Santa Ceia ou Santa Eucaristia, estaremos penas dando testemunho da limitada apreensão humana das verdades celestiais e

manifestando a nossa imensa necessidade de comunicação. [...] A questão da Presença Real de Cristo através dos elementos toma grande parte da atenção, notando-se no pensamento geral da Igreja o reconhecimento de um milagre ao evitar qualquer teoria que explique o acontecimento (Maraschin, 1960, p. 77-86).

Apesar de uma aparente unidade doutrinária, o Anglicanismo é conhecido por essa pluralidade de tendências entre e dentro de suas Igrejas, tendências estas que muitas vezes são opostas entre si. Essa aparente contradição, realçada pela existência (e convivência) de Igrejas com posicionamentos diferentes sobre as mais variadas questões, é sintetizada no conceito anglicano de “Unidade na Diversidade”.

Para se entender este conceito, primeiro deve-se mergulhar em outro conceito que possui uma conotação especial dentro da Teologia e Eclesiologia Anglicana: A Inclusividade. O termo, do inglês *comprehensiveness*, foi traduzido pelo Reverendo Jaci Maraschin (1995, p. 24).

Na língua inglesa de onde vem o conceito de que estamos falando, se diz *comprehensiveness* que não tem muito a ver com a tradução literal dessa raiz que seria “compreensão”. Aliás, convém anotar que nossos melhores dicionários não registram a palavra *compreensividade* que, se insistíssemos, não passaria de deselegante anglicismo. Afirmar, pois, que uma das características da Comunhão Anglicana seria a *compreensividade* nos levaria a fazer uma afirmação incompreensível. Os melhores dicionários da língua inglesa nos ajudam a entender *comprehensiveness* como *inclusividade* ou *abrangência*. Sempre foi essa intenção dos teólogos anglicanos quando empregaram a palavra. *Inclusividade* significa a disposição para incluirmos na nossa experiência cristã a longa e rica tradição católica da igreja Universal, ao mesmo tempo em que nos abrimos para as redescobertas da Reforma Protestante e para as “coisas novas” que o Espírito está constantemente ensinando à igreja. Haverá, certamente, outras formas de *inclusividade*, mas entre nós essa forma tem sido enriquecedora e geradora de valores e forças espirituais.

Logo, a Inclusividade Litúrgica seria a capacidade do Anglicanismo de incluir e conciliar nas suas expressões litúrgicas – ritos, orações e a vida devocional como um todo –, a rica tradição da Igreja com uma abertura às “coisas novas”, mediante um processo de ressignificação, que brota de sua atividade no mundo (Berger, 1985). Numa concepção que se fundamenta em uma hermenêutica teológica, tais mudanças litúrgicas seriam fruto dos novos ensinamentos do Espírito Santo. Uma identidade “construída e remodelada na vivência prática do Evangelho e na fidelidade a Jesus Cristo” (Calvani; Oliveira, 2012, p. 219).

Se no campo da Teologia, estas questões relativas à Gênero e Sexualidade foram cruciais para as disputas *intra e extra-ecclesiam*, que definiram o atual estado em que se encontra o Anglicanismo no Brasil, no campo da Liturgia elas podem ter implicações sacramentais e pastorais na vida dos e das fiéis.

A DIMENSÃO PASTORAL E SACRAMENTAL INCLUSIVA DO NOVO LOC

Esta parte da pesquisa trabalhará com a hipótese de casos que podem surgir como consequência dessa crescente atividade pastoral voltada para o acolhimento e inclusividade de pessoas LGBTI, fundamentada nas questões de Gênero e Sexualidade, que foram trabalhadas na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ao longo dos últimos anos. Para a fundamentação, utilizaremos a Revista sobre “Gênero Sexualidades e Direitos”, publicada em 2016, pelo Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento da IEAB.

Como exemplo da dimensão pastoral inclusiva do novo LOC, destacamos aqui o papel da Liturgia Anglicana nestes tempos de intolerâncias e violências das mais variadas formas, como um instrumento efetivo de acolhimento de pessoas que buscam um espaço eclesial que lhes ofereça segurança. A capacidade da experiência cristã de gerar novos valores e forças espirituais, citada por Jaci Maraschin (1995, p. 24), ganha um novo sentido dentro da Liturgia, que torna as igrejas verdadeiros espaços e comunidades terapêuticas.

O espaço de acolhida envolve vários aspectos, entre eles a coerência do discurso da liderança, por exemplo, no espaço celebrativo. A liturgia precisa ser coerente com a linguagem inclusiva, na perspectiva de estar trabalhando com públicos diferentes. O momento expresso no sermão é único, pois é a ocasião em que a comunidade percebe o que realmente seu reverendo ou reverenda pensa sobre determinado assunto. A pessoa que está no banco da igreja irá se perguntar: Existe abertura para o diálogo? Há espaço para minha humanidade? Eu poderia trazer as pessoas que eu amo para ouvir esse discurso? Esses são elementos importantes a serem levados seriamente na hora de preparar um sermão e tocar em temas difíceis (Cavalcante, 2016, p. 67).

As discussões em torno de novos conceitos, novas interpretações e novas compreensões da teologia e eclesiologia anglicana na IEAB tomaram um novo rumo, em especial em 2003, quando a IEAB organizou um simpósio que deu origem à revista teológica *Inclusividade*, organizada a partir das discussões em torno do conceito homônimo, que passou a ser cada vez mais invocado em discursos e textos (Calvani; Oliveira, 2012, p. 217).

É importante destacar que, a *Inclusividade* passa também pela compreensão da realidade que, práticas litúrgicas plurais, abarcam expressões progressistas e tradicionais. Ao mesmo tempo que o LOC deve ser o formulário padrão para a Igreja, isso não exclui outros manuais de liturgia, como o Livro de Ritos Ocasionais (que por muito tempo foi utilizado na Diocese Anglicana do Recife, e só recentemente vem sido resgatado por poucos clérigos). Em outros países temos liturgias alternativas ou livros paralelos – que não visam substituir o padrão litúrgico –, mas refletir a característica de várias comunidades. Na Inglaterra, nos EUA e no Canadá, atualmente são utilizados livros como o *Common Worship* e o *English Missal*. Nos EUA e Canadá temos o *Anglican Missal* e o *Book of Occasional Services* e o *Book of Alternative Services*. No Brasil, por exemplo, temos publicações históricas, organizadas pelo por Salomão Ferraz que acabaram se tornando o Missal Brasileiro – que poderia se tornar um missal anglicano autenticamente brasileiro.

Todas essas questões de livros e manuais, são apenas uma gota d'água no oceano da inclusividade litúrgica, que passa também pelo respeito à identidade das comunidades, como elas se constituíram, como se construíram e como se dispõem a caminhar, dentro da Igreja.

Um dos maiores problemas acerca disso, é a hermenêutica da “descontinuidade”. O que acontece, muitas vezes, é que, com a saída de um pároco ou sua transferência, o clérigo que vem em seguida desfaz o trabalho desenvolvido durante anos ou até décadas. Isso é uma agressão à história e caminhada daquela comunidade (para não dizer uma violência religiosa), que, a duras penas, construiu seu patrimônio espiritual, seu grupo de membros e seu jeito de ser e de celebrar. Como exemplo, pensemos em uma comunidade notadamente evangélica, em que um clérigo de fora, mesmo sendo conhecido em toda Província, não pode simplesmente chegar para seus cultos, vestindo uma casula ou capa, cantando ou impondo hinos católicos e desconhecidos aquela igreja, porque é o seu estilo pessoal.

O contrário também é verdade, tentar converter uma comunidade anglo-católica ou tradicional a uma igreja pentecostal ou evangélica, simplesmente porque discorda-se daquela teologia ou práticas litúrgicas ou pastorais. E infelizmente isso já aconteceu várias vezes na história da IEAB e do Anglicanismo mundial. É o clérigo que deve se adaptar à comunidade. E o mesmo vale para os bispos que a visitam. É uma questão de reciprocidade na hospitalidade, do respeito à tradição da Igreja, como práticas particulares ou locais de cada comunidade, à sua memória e história como uma pequena parte do Corpo de Cristo.

A promoção, por parte da Província brasileira, de um modelo de Igreja e sua atuação no mundo a partir de uma relação global e ao mesmo tempo contextualizada com os problemas locais, está bem próxima da concepção da “cidadania cosmopolita” de Boaventura de Sousa Santos, que se baseia no “reconhecimento da diferença. [...] Essa nova cidadania requer invenção de processos dialógicos de construção de novos modos de intervenção política” (Santos, 2003, p. 24).

A relação de constante diálogo é o que caracteriza, dentro da Igreja, a Inclusividade Litúrgica. Em nosso país, cuja crise de identidade não apenas religiosa, mas também política e cultural está tão semelhante à que se passa na Comunhão Anglicana – pautada em uma polarização e fragmentação sem precedentes, entre defensores da ortodoxia e promotores do liberalismo –, o papel da mais antiga do Anglicanismo no país, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, torna-a um modelo do que deve ser feito no campo da Teologia e da Liturgia, às quais, ela deve lidar de forma séria e responsável, desde os clérigos até seus membros.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 2013.

BOOTY, John E. **The Book of Common Prayer, 1559**.
Charlottesville: University Press of Virginia, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAVALCANTE, Arthur Pereira. **A acolhida pastoral em tempos de HIV/AIDS**. In: SOARES; Ilcéia Alves; BASSOTTO, Marinez Rosa dos Santos (Orgs.). **Gênero, Sexualidades e Direitos**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade: História e Teologia anglicanas**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Religião como organização**. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

CÂNONES GERAIS. São Paulo: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2016.

HAIGHT, Roger. **A comunidade cristã na História: eclesiologia comparada**. Vol. 2. São Paulo: Paulinas, 2015.

KICKHOFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: IEAB, 1995.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1988.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2015.

MARASCHIN, Jaci Correia. O sentido e valor da Eucaristia na vida diária. In: **Igreja Episcopal no País do Futuro**. Porto Alegre: Ecclesia, 1960.

_____. **A Inclusividade Anglicana**. In: Estandarte Cristão. Jornal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, n. 1733, março-abril-maio de 1995, p. 24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHLAMELCHER, Jens. Teorias econômicas no estudo da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

SILVA, Francisco de Assis da. Evolução dos Livros de Oração Comum. **Reflexões 06**. Porto Alegre: Centro de Estudos Anglicanos, 1999.

VON ALMENN, Jean-Jacques. **O Culto Cristão**. São Paulo: ASTE, 1968.



HIPERÍCONE DA PARÓQUIA CRISTO REI

Uma expressão original da iconografia anglicana no século XXI

INTRODUÇÃO

Hiperícone (ou Grande Ícone) é um termo cunhado pelo artista e clérigo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Luiz Coelho, para definir a arte que se baseia na iconografia sacra, mas com referências contemporâneas e outras camadas de significado para a teologia e a liturgia. Neste capítulo, para fins de estudos comparativos, foram escolhidas duas paróquias que exibem obras dessa modalidade.

O objeto de análise deste capítulo se encontra na Paróquia Cristo Rei da IEAB, localizada no bairro de Cidade de Deus, Rio de Janeiro, cujo retábulo do altar foi criado por Luiz Coelho. A título de comparação será utilizado outro hiperícone intitulado *Santos da Dança*, localizado no altar da Igreja Episcopal de São Gregório de Nissa (*St. Gregory Nyssa*), em São Francisco, Califórnia, criado por Mark Dukes.

A história da iconografia cristã é milenar, particularmente a figura do ícone, o qual desempenha um papel fundamental na arte religiosa e na espiritualidade cristã. Ao contrário das imagens artísticas convencionais, que frequentemente têm como objetivo apenas representar visualmente uma cena ou figura, os ícones cristãos possuem um caráter teológico muito mais profundo. Eles não são apenas representações artísticas, mas “janelas abertas para se alcançar a Deus”, meios pelos quais os fiéis podem vislumbrar a realidade espiritual.



ÍCONE NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

A palavra "ícone" tem origem no grego *eikon*, que significa "imagem" ou "representação", mas no contexto cristão, sua função transcende o simples ato de retratar uma pessoa ou evento, passando a ser um meio sagrado de comunicação entre o humano e o divino. A iconografia cristã começa a se desenvolver de maneira significativa após o início do cristianismo, especialmente nos primeiros séculos, com a crescente aceitação do cristianismo como religião oficial do Império Romano.

Durante os primeiros tempos da Igreja, a arte cristã era predominantemente simbólica, utilizando imagens como o peixe

(símbolo também traduzido pelo acróstico ICHTUS, como monograma de Cristo na era páleo-cristã, que significa "peixe") ou o conjunto de um cálice com uma cesta de pães (símbolos para a Eucaristia). Essas imagens eram entendidas de maneira alegórica, como expressões indiretas da presença divina. Não havia ainda uma representação explícita de Cristo ou dos santos em imagens físicas, e qualquer tipo de imagem que fosse considerada tinha um caráter místico, sendo vista como uma espécie de mediadora entre o mundo material e o espiritual.

Com o desenvolvimento da arte cristã, a necessidade de representar figuras sagradas de maneira mais realista foi se intensificando. Durante o século IV, com a aprovação do Cristianismo como religião oficial do Império Romano, a Igreja passou a enfrentar um dilema teológico em relação à representação de Cristo e dos santos. Foi o Concílio de Nicéia, em 325, que reconheceu oficialmente a importância da imagem de Cristo como uma figura divina, mas ao mesmo tempo, a questão da legitimidade das imagens religiosas passou a ser debatida em diversos concílios ao longo da história.

A iconoclastia, o movimento que buscava destruir as imagens religiosas por considerá-las heréticas, teve seu auge entre os séculos VIII e IX, quando o Império Bizantino se viu dividido entre aqueles que defendiam a veneração das imagens e os que rejeitavam sua criação e uso. A posição favorável à utilização de imagens como meio de ensinar e de ajudar na oração espiritual acabou prevalecendo, e foi consolidada pelo Segundo Concílio de Niceia, em 787, que afirmou a legitimidade da veneração dos ícones, mas sem confundir a adoração das imagens com a adoração exclusiva a Deus. Foi a partir dessa decisão que a iconografia cristã, especialmente o ícone, se tornou um elemento central da prática religiosa na Igreja Ortodoxa.

Ao contrário de outras formas de arte religiosa, os ícones não eram considerados objetos de adoração em si, mas sim de veneração, pois os fiéis os viam como portadores de uma graça divina. A veneração dos ícones representava o reconhecimento da presença de Cristo e dos santos através das imagens.

Os ícones têm uma característica única: eles não buscam ser representações realistas, como as pinturas ocidentais, mas enfatizam um estilo visual simbólico e teológico. Cada elemento de um ícone – desde as cores, as proporções até os gestos das figuras – tem um significado específico e profundo. As cores, por exemplo, têm um valor simbólico:

o dourado, que representa a luz divina, é usado com abundância para criar um fundo resplandecente que transcende a realidade material. O uso da perspectiva plana, sem profundidade ou sombra, também reflete a ideia de que o ícone é um portal para o mundo espiritual, e não uma representação da realidade física. A face de Cristo, ou de qualquer santo, frequentemente tem uma expressão serena, afastando-se de qualquer emoção mundana e apresentando uma tranquilidade que é considerada o reflexo da paz divina.

Da mesma forma que existem diferentes maneiras de olhar o mundo, existem diferentes maneiras de "ler" um ícone e de interpretá-lo. Ao lado das leituras estéticas, teológicas, litúrgicas, tradicionais, uma leitura antropológica é possível, sendo cada ícone, para o coração desperto e para o olhar experimentado, uma revelação ou um desvelar o homem em sua profundidade e em seu vir a ser [...] O ícone não descreve uma história (a dos diferentes momentos da vida de Cristo e dos santos), mas relata tal história interpretando-a, simbolizando-a, transfigurando-a. Ele nos diz menos sobre o que realmente aconteceu do que sobre o que acontece realmente com aquele que se deixa informar, estruturar, habitar pela imagem que se lhe apresenta. O ícone não é um quadro com tema religioso: é uma visão do mundo transfigurado, ou seja, habitado pelas "energias divinas" (energia) a respeito das quais Gregório Palamas e os teólogos ortodoxos tratam. O ícone é um anjo: mais que uma mensagem, é um mensageiro. Não é matéria, não são as cores, os símbolos representados que lhe conferem valor, mas a presença da Pessoa (ou hipóstase) que o ícone evoca. Ele é a obra de uma "imaginação criadora". (Leloup, 2006, p. 16-17)

Além disso, o estilo visual dos ícones busca refletir uma realidade espiritual mais profunda do que a física. Ao contrário da arte ocidental, que muitas vezes enfatiza a beleza e o realismo estético, os ícones buscam capturar a essência divina de seus sujeitos. Por exemplo, a representação de Cristo no ícone não visa apenas ilustrar sua aparência humana, mas sim enfatizar sua natureza divina. Os ícones são frequentemente criados em uma forma frontal, onde o santo ou Cristo olha diretamente para o espectador, criando uma sensação de

comunhão direta com o fiel, como se o santo ou a figura sagrada estivesse presente em carne e osso.

Em um contexto litúrgico, os ícones ocupam um lugar central dentro das igrejas ortodoxas, sendo colocados de maneira estratégica nas paredes, altares e iconostasis (estruturas que separaram o altar do resto da igreja). A disposição dos ícones dentro da igreja tem uma intenção teológica clara: eles não estão apenas decorando o espaço, mas criando uma representação visual do Reino de Deus. Durante as liturgias, os fiéis são convidados a contemplar essas imagens enquanto participam dos ritos e orações, como se estivessem em uma realidade paralela, em contato direto com o mundo espiritual. A veneração dos ícones, então, é vista como uma maneira de se unir aos santos e aos eventos sagrados representados, tornando o culto mais imersivo e direto.

É importante notar que o elemento litúrgico do ícone não se limita o seu uso à Igreja Ortodoxa. Mais do que isso, eles são um patrimônio litúrgico autêntico e próprio do Cristianismo: “de fato a gente sabe, indiscutivelmente, que o ícone bizantino é a única arte espiritual no cristianismo”. (Pastor *apud* Torres, 2007, p. 166). Ao longo dos séculos, os ícones influenciaram a arte cristã em várias partes do mundo, incluindo a Igreja Católica Romana e as Igrejas Anglicana e Luterana, onde, por exemplo, a tradição dos vitrais e das pinturas de altar também segue a premissa de que a imagem deve ser um veículo para o espiritual. Contudo, a abordagem ortodoxa sobre o ícone ainda mantém uma distinção fundamental: eles são vistos como imagens que participam do mistério divino, e não apenas como simples representações artísticas.

TEOLOGIA DA ARTE

A Teologia da Arte é um campo interdisciplinar que investiga a interseção entre a experiência estética e a revelação divina, compreendendo a arte não apenas como expressão cultural, mas como meio de encontro com o sagrado. Diversos teólogos e pensadores têm contribuído para essa reflexão, destacando a importância da beleza e da criatividade na vivência da fé. Ela reconhece a arte como um meio

privilegiado de encontro com o sagrado, onde a beleza, a criatividade e a expressão simbólica se tornam caminhos para a experiência do divino.

A iconografia cristã, especialmente no contexto das tradições orientais como a ortodoxa, representa uma forma teológica visual que busca expressar verdades espirituais e místicas por meio de imagens. Diferentemente da arte religiosa ocidental, que frequentemente visa à naturalização da figura sacra, a iconografia tradicional cristã propõe uma linguagem visual simbólica e codificada, com formas estilizadas e composições teológicas precisas. O ícone não é simplesmente uma representação estética, mas uma *janela para o eterno*, como afirmam os teólogos orientais, permitindo que o fiel acesse uma dimensão do sagrado por meio da contemplação.

Contudo, na sociedade contemporânea marcada pela cultura da imagem e pela lógica dos simulacros, conforme proposto por Jean Baudrillard, a relação entre imagem e realidade passa por uma ruptura. O simulacro é uma cópia de algo que não possui mais um original reconhecível; ele cria uma realidade paralela, um hiper-real, em que os signos já não remetem a nada fora deles mesmos. Nessa ótica, a proliferação de imagens religiosas fora do contexto litúrgico ou espiritual, como em campanhas publicitárias, design gráfico ou em redes sociais, transforma os ícones cristãos em simulacros. Eles se esvaziam de sua carga teológica e passam a funcionar como signos circulantes no mercado de consumo estético e emocional.

Essa dessacralização da imagem compromete a experiência simbólica tradicional. Enquanto na iconografia autêntica o ícone é mediador do invisível e fruto de uma tradição espiritual e litúrgica, no universo dos simulacros, a imagem sacra é reduzida a decoração, identidade visual ou consumo devocional superficial. Isso cria um ambiente em que a função teológica da arte se perde, e o ícone se dissolve na paisagem de signos sem profundidade. A imagem que antes remetia a uma realidade transcendental passa a participar de uma cadeia de reproduções autônomas, desconectadas de sua origem simbólica.

Eles ensinam, transformam, consagram. Em um mundo cada vez mais dominado pelo virtual e pelo abstrato, a liturgia cristã insiste em tocar, cheirar, ver, ouvir e saborear — como maneira concreta de viver a fé e encontrar Deus na materialidade do mundo. Luiz Coelho aponta para essa busca por voltar às origens da iconografia, olhar para

sua história e apontar para um preenchimento pleno de significados para Arte, que só a Arte Sacra pode realizar.

Se as iconografias devem fazer referência a uma realidade que quebra o ciclo de alienação dos simulacros, devem então ser restauradas à sua fase original de uma “boa aparência”, cheias de natureza sacramental. De certa forma, isso envolve o trabalho de adicionar significado simbólico às imagens e diferenciá-lo ao conhecimento de Deus, transformando-as em verdadeiros ícones: afirmações teológicas que tanto informam o espectador sobre o nosso Deus, quanto o/a chamam a conhecer mais sobre o Divino. De certa forma, trata-se de estudar iconografias anteriores, onde cada detalhe foi saturado de significado simbólico. Cores, gestos, posições, proporções, figuras e objetos foram compostos de uma forma que pudessem contar uma história com referências múltiplas (*In*: Ross, 2015, p. 166).

Na Liturgia cristã, todos os sentidos são aguçados durante o culto, como se estivéssemos louvando a Deus com todo o nosso corpo, e do ponto de vista do cerimonial, é importante destacar que o espaço celebrativo não apenas pode ser decorado com ícones, mas a Arte em todos os seus aspectos deve servir à Liturgia, de modo a se tornar um meio (sadio) de adoração a Deus.

Na liturgia cristã, os símbolos sensoriais têm um papel fundamental na mediação da fé. Desde os primeiros séculos do Cristianismo, os ritos e celebrações incorporaram elementos perceptíveis pelos sentidos como expressões visíveis da graça invisível. Através do olfato, do paladar, da visão, da audição e até do tato, a liturgia cristã comunica a presença de Deus de maneira concreta, integrando corpo e espírito na experiência religiosa. Esse uso simbólico e multissensorial está profundamente enraizado na tradição cristã, e serve para envolver o fiel na totalidade de sua humanidade diante do mistério divino.

O cheiro, por exemplo, é um símbolo litúrgico antigo e carregado de significado. O uso do incenso, comum nas liturgias, remete ao Salmo 141:2: "Suba à tua presença a minha oração como incenso". O aroma que sobe simboliza a oração dos fiéis que se eleva ao céu, além de evocar a presença do sagrado no ambiente do culto. O

perfume do incenso também é associado à santificação do espaço, criando uma atmosfera espiritual que rompe com o cotidiano e introduz o fiel num ambiente do mistério divino.

O gosto, por sua vez, está diretamente relacionado ao sacramento da Eucaristia. Ao partilhar do pão e do vinho consagrados, os cristãos experimentam sensorialmente o corpo e o sangue de Cristo, conforme a tradição da Última Ceia. Mais do que simples símbolos, esses elementos são entendidos sacramentalmente como presença real de Cristo, particularmente na teologia Católica, Ortodoxa, Anglicana e Luterana. A experiência gustativa reforça a comunhão entre Deus e o fiel, assim como entre os próprios membros da comunidade, numa refeição sagrada que nutre espiritualmente e simboliza o Reino de Deus.

As imagens visuais também são essenciais à liturgia. Elas se manifestam nos ícones, nas pinturas, nas vestes litúrgicas, nos altares e nos movimentos rituais. A visão é educada pela estética da fé: cada cor, forma ou gesto remete a significados teológicos profundos. O roxo do tempo quaresmal, o branco da Páscoa, o vermelho dos mártires, tudo comunica a narrativa cristã através da linguagem das cores e das formas.

Já os sons marcam profundamente o ritmo e o espírito da liturgia. O canto, seja através dos salmos, hinos ou cânticos espirituais, é um modo de elevar a alma, de orar em comunidade e de proclamar a Palavra de Deus. A música litúrgica estrutura o tempo do culto, intensifica a experiência da oração e une os fiéis num só coração e voz. Os sinos que anunciam o início da missa, os toques do órgão ou os momentos de silêncio também fazem parte dessa simbologia sonora que fala à alma. Como dizia Santo Agostinho, “quem canta, reza duas vezes” – e isso evidencia o poder simbólico e espiritual do som na liturgia.

Esses elementos sensoriais não atuam de forma isolada, mas em conjunto, criando uma experiência litúrgica integrada, corporal e espiritual. A liturgia cristã, desde suas origens, foi pensada como uma ação simbólica que atinge todo o ser humano. O corpo participa da oração: o ajoelhar-se, o erguer das mãos, o sinal da cruz, tudo comunica e expressa a fé. Assim, a liturgia se torna um espaço celebrativo, místico, onde os símbolos sensoriais não são acessórios, mas veículos essenciais da graça. Eles ligam o céu à terra, o invisível ao visível, o eterno ao tempo, e o mistério de Deus se manifesta através da criação, nos sinais que falam à totalidade da pessoa humana.

A liturgia também pode ser entendida como “imagens em movimento” multidimensional, com muito significado e símbolos. Alguns desses símbolos vão além do visual, e se relacionam com outros sentidos (palavras, música, cheiros, gestos, toque e gosto). Pode-se então facilmente concluir que a liturgia deve também ser restaurada à sua natureza de um sacramental: uma “boa aparência” que não tenta esconder Deus ou limitar o poder divino, mas um reflexo de uma realidade profunda. Para que isso aconteça, ela deve ser enriquecida com símbolos que lhe dão significado profundo, em vez de ser uma mera palestra de mau gosto, o que deixaria pouco espaço para encontros pessoais com Deus, forçando os fiéis a aceitarem passivamente o deus hiper-real, que é apresentado por uma linha específica de pensamento ou agenda (*In*: Ross, 2015, p. 170).

Observa-se uma diferenciação marcante entre os ícones e outras modalidades de arte de caráter religioso. Os ícones, por sua natureza, obedecem a normas estritas e são produzidos segundo técnicas ancestrais, utilizando materiais convencionais que preservam sua sacralidade. Em contraste, outras formas de expressão artística no contexto religioso tendem a ser mais flexíveis, permitindo a incorporação de variados estilos visuais e recursos modernos. Dentro desse universo, destaca-se uma vertente denominada “Hiperícones”, que propõe uma releitura da iconografia cristã oriental tradicional ao integrar influências da arte contemporânea. Essa abordagem promove uma interlocução entre tempos distintos, oferecendo uma estética que traduz a permanência do sagrado em meio às transformações culturais atuais.



HIPERÍCONE NA ICONOGRAFIA ANGLICANA

O processo de renovação litúrgica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou por muitas nuances desde o seu estabelecimento. No final do século XX e início do século XXI percebe-se um processo de amadurecimento teológico, pastoral e

cultural, alinhado com os princípios da tradição anglicana, mas sensível aos contextos latino-americanos e, particularmente, brasileiros.

Ao contrário do que muitos afirmam, este amadurecimento (para aqueles de visão progressista) ou mudança (para aqueles mais conservadores), não ocorreu apenas como fruto das mudanças de um Concílio Vaticano II ou de uma gradual inserção da Teologia da Libertação (católica) dentro do seio do Anglicanismo brasileiro. O processo de renovação litúrgica da Igreja Anglicana em nosso país teve início em 1900, dez anos após o estabelecimento da Missão da Igreja Episcopal no Sul do Brasil.

Logo no início de nossa história no Brasil, algumas questões teológicas e litúrgicas já enunciavam controvérsias futuras. Em 1900, o rev. John Gaw Meem provocou uma discussão sobre o uso de cruzes no altar, estolas com cores litúrgicas, elevação da salva da coleta no ofertório, etc. O Concílio daquele ano entendeu que não havia maturidade suficiente para discutir tais questões e as deixou pendentes, e aprovou a alteração de algumas palavras da liturgia do LOC que continham conotações romanas, substituindo altar por santa mesa, sacerdotal por ministerial, sacerdote por clérigo, e mais tarde (1906) ladainha por litania. Foi somente no concílio de 1922 que removeu-se a antiga recomendação contra o uso da cruz sobre a mesa da santa comunhão (Calvani; Oliveira, 2012, p. 186).

Esse exemplo nos mostra que, em toda a história do Anglicanismo no Brasil, a questão litúrgica é um relógio que precisa ser ajustado de tempo em tempos. E em algum momento, os ponteiros são adiantados, para acompanhar algumas mudanças que ocorrem. Um dos principais marcos desse processo foi a elaboração e posterior adoção do novo Livro de Oração Comum (LOC), lançado oficialmente em 2015, após um longo período de consultas, estudos e ensaios litúrgicos.

Este novo LOC da IEAB incorpora uma linguagem mais inclusiva, sensível às questões de gênero, justiça social e ecologia, refletindo o compromisso da Igreja com uma teologia libertadora e uma espiritualidade enraizada na dignidade de toda pessoa humana. Todavia, a renovação litúrgica também se expressa na valorização de elementos culturais e artísticos brasileiros, como músicas, símbolos e expressões que dialogam com o povo e suas realidades.

Uma dessas expressões se deu na Arte Sacra e, sem dúvida, dentro do contexto anglicano do século XXI, um dos maiores destaques está num uso mais constante da iconografia nos cultos e nos espaços celebrativos. Um dos maiores promotores dessa mudança foi o trabalho do reverendo Luiz Coelho, da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro e atual Custódio (guardião) do Livro de Oração Comum. Desde os seus estudos seminarísticos, até após a sua ordenação sacerdotal, este clérigo vem contribuindo para o uso sadio e cada vez mais constante dos ícones na IEAB, através de oficinas, estudos e a escrita desse tipo de Arte Sacra no seio do Anglicanismo.

Os ícones, para mim, são uma luta constante. Primeiramente, o meio seca rápido e é difícil de aplicar. Além disso, minha tendência é tentar representá-los realisticamente, e transformar o símbolo num simulacro. Assim, o processo de escrita de ícones é um desafio constante contra o que eu quero e o que eu acho agradável em imagens cristãs. Talvez por isso, os resultados sejam vistos como uma fonte de luz na vida das pessoas (Coelho, 2023).

Luiz Coelho possui um grande número de ícones já escritos/pintados, os quais estão presentes em várias partes do mundo. Um dos que merecem destaque é o dos *Mártires da Melanesia* (2008), presente no altar da capela dedicada aos Mártires do Nosso Tempo, na Catedral de Cantuária. Outras obras do artista ao longo dos anos são *Glykophilousa* (2008), *Peace Mural* (2008), *Tree of life* (2009), *Maestà* (2009), *Cross* (2009), *Nossa Senhora de Guadalupe* (2009), *Our Lady of Walsingham* (2009), *Pantocrator* (2010), *Deisis* (2011), *Martyrdom of St. Andrew* (2012), *Cristo Cósmico* (2013), *Calling of SS. Andrew and Peter* (2013), *Processional Cross* (2012), *Trindade* (2013), *Pantocrator* (2014), *St. Joseph* (2014), *Pais Capadócijs* (2015). Estes últimos foram ícones feitos e dispostos na Paróquia Anglicana da Santíssima Trindade, no bairro do Méier, Rio de Janeiro – que, infelizmente não existem mais, por razões que não cabem discorrer neste texto.

Comecei a estudar iconografia bizantina há mais de dez anos, e continuo a produzir tais tipos de ícones, sobretudo mediante comissões. Porém, ao longo dos anos, busquei desenvolver um estilo alternativo que se baseia em alguns padrões da iconografia tradicional,

adaptada a temas latinoamericanos e entremeadado por outras iconografias e símbolos. A isso, chamo “hiperícones”. Como influências para esse trabalho, citaria os trabalhos de Cláudio Pastro e Cerezo Barredo (Coelho, 2023).

Alguns destes ícones, presentes no Brasil, merecem destaque. Em 2013, durante o Sínodo Geral da IEAB, no Rio de Janeiro, foi produzido um ícone colaborativo do Cristo Cósmico. Para o 125º Aniversário da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – que coincidiu com o trigésimo aniversário de ordenação feminina na Província Brasileira –, foi produzido um banner de Cristo, como o *Lógos*, o Verbo, que na concepção do Cristianismo Grego é intitulado como a Santa Sabedoria (ou *Hagia Sophia*), que intitula a mesma basílica na cidade de Istambul (antiga Constantinopla). Este ícone encontra-se atualmente na Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, a Catedral Nacional da IEAB.

Outras atividades voltadas para a produção de arte sacra no contexto anglicano, também foram desenvolvidas, como o workshop durante o Encontro Nacional da Juventude Anglicana de 2015, com o debate e reflexão sobre o espaço litúrgico para diferentes tipos de culto.

Hiperícones são baseados na iconografia tradicional, mas combinados com elementos da arte contemporânea e referências culturais à América Latina. Trata-se de um estilo único que venho desenvolvendo ao longo dos anos, e com o qual tenho ficado mais e mais confortável. A primeira peça nesse estilo foi o retábulo da Cidade de Deus, em 2012, após o que produzi outras obras, em especial Nossa Senhora do Brasil, em 2017 (Coelho, 2023).

A produção do hiperícone da Paróquia Cristo Rei começou com a reforma da mesma, cujas obras focaram na restauração do telhado e uma melhoria do espaço litúrgico, com a renovação do altar. Anteriormente, o retábulo onde ficava o altar, era constituído por uma meia parede, e à esquerda do altar, tinha-se um púlpito fixo em pedra, elevado, à semelhança das igrejas antigas. Este púlpito foi removido e a parede de pedra erguida em torno de mais de um metro para cobrir toda a extensão do altar, guardando a sacristia e aumentando o espaço e a visão do presbitério.

Os painéis que antes ficavam acima da parede representando Cristo Rei, foram retirados e realocados para a sacristia. E a partir andaimes, o novo painel que cobria o altar foi instalado.

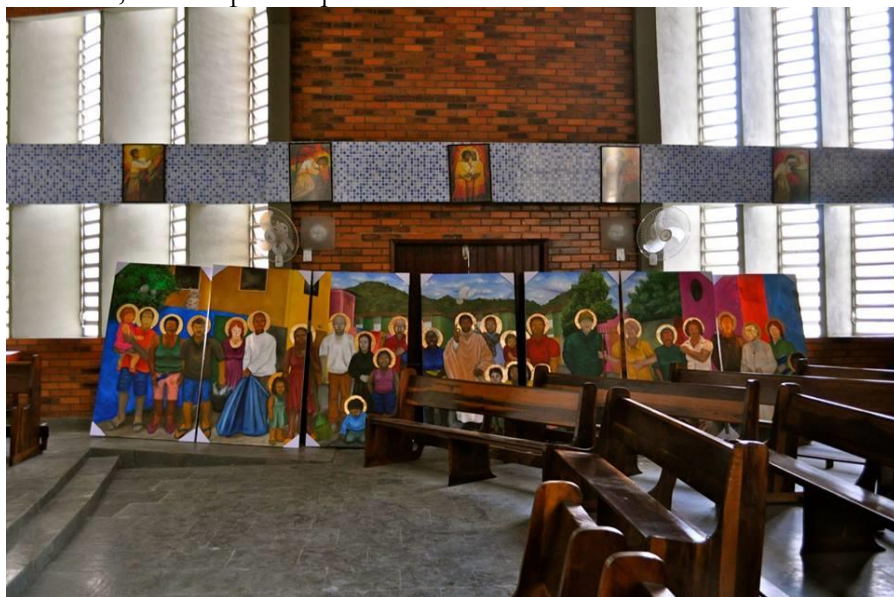


Imagem 1: O retábulo da Paróquia Cristo Rei antes de ser montado no altar.

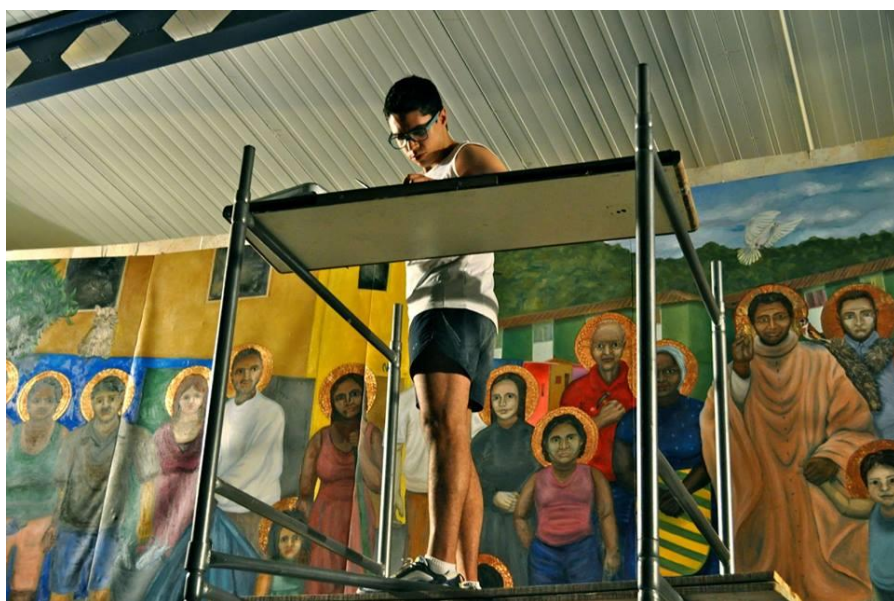


Imagem. 2: O artista Luiz Coelho dando retoques finais.

O hiperícone da Paróquia Cristo Rei é constituído por sete painéis de 1 metro de largura por 1,80 de altura. Como a parede do altar é curva, cada painel foi pintado na casa do artista e posteriormente levados para serem presos à parede, moldando-se ao retábulo.



Imagem 3: O hiperícone completo (7m x 1,80m).

Para a produção do ícone foi feita uma consulta à congregação sobre os personagens que iriam compor a obra. Ao centro temos a figura de Jesus Cristo, vestido como um sacerdote. Ao seu lado direito tem-se a Virgem Maria, representada como Nossa Senhora Aparecida, vestida de azul e com um avental com as cores da bandeira do Brasil, e ao seu lado esquerdo João Batista, vestido com uma pele de animal. Segurando nas mãos de Jesus, temos as crianças representando os Santos Inocentes. À sua esquerda temos santos como Agostinho de Hipona, Patrício, Dorothy Stang, Hilda, Catarina de Sena, Francisco de Assis, Dom Helder Câmara e Hildegarda de Birgen. À sua direita, temos José como o carpinteiro, Maria Goretti, Francisca Xavier Cabrini, Maximiliano Kolbe, Lídia, o Apóstolo Paulo com uma tenda azul, Maria Madalena, o Apóstolo Pedro com um balde de peixes, Bárbara e Antônio de Pádua. Todos eles são representados como moradores da Cidade de Deus. Os animais também estão presentes como o cachorro, o gato, a andorinha e a pomba acima de Jesus.

Outro exemplo de Hiperícone é um painel intitulado *Santos da Dança* (*Dancing Saints*), criado pelo iconógrafo Mark Dukes. Esta obra monumental está situada na Igreja Episcopal de St. Gregory of Nyssa, em São Francisco, Califórnia. Concluído em 2009 após mais de uma década de trabalho colaborativo entre o artista e a comunidade local, o mural envolve toda a rotunda da igreja com figuras de noventa santos em tamanho real, além de quatro animais, corpos celestes e uma imagem central de Cristo dançando com doze pés de altura.

Inspirado na teologia de São Gregório de Nissa, um místico e teólogo do século IV, que via a dança como expressão da harmonia cósmica entre Deus e a criação, o ícone representa uma visão inclusiva e universal da santidade. Os santos retratados incluem figuras tradicionais como Teresa de Ávila e Francisco de Assis, bem como personalidades não canonizadas e de diferentes tradições religiosas, como Malcolm X, Anne Frank, Mahatma Gandhi, John Coltrane e Margaret Mead. A imagem central de Jesus Cristo, retratado como o “Senhor da Dança”, possui traços africanos e vestes semelhantes às de um sacerdote ortodoxo etíope, liderando a dança dos demais santos.



Imagem 4: Hiperíconeno altar da Igreja Episcopal de St. Gregory Nyssa. Destaque ao centro para a figura do Cristo, representado como o “Senhor da Dança”.



Imagem 5: Parte do hiperícone da Igreja Episcopal de St. Gregory Nyssa. Da esquerda para a direita: William Byrd, Desmond Tutu, Alexandrian Washer woman, São Tomás de Aquino, Dante Alighieri, Manche Masemola, Profeta Isaías, Imperador Kangxi, Roland Allen e John Coltrane.



Imagem 6: Outra parte do hiperícone da Igreja Episcopal de St. Gregory Nyssa. Da esquerda para a direita: Sojourner Truth, Bartolomeu de las Casas, Mirian, Orígenes, Malcom X, Rainha Elizabeth I, Iqbal Masih, Santa Tereza D'Ávila.

O ícone dos Santos da Dança é uma declaração de fé monumental, surpreendente e poderosa para todos os tempos, criada pelo artista Mark Dukes com o povo de São Gregório. Concluída em 2009, envolve toda a rotunda da igreja, mostrando noventa santos maiores do que a vida, quatro animais, estrelas, luas, sóis e um Cristo dançando de três metros de altura. Os santos - desde figuras tradicionais como o rei Davi, Teresa de Ávila e Frances de Assis até pessoas não-ortodoxas e não-cristãs como Malcolm X, Anne Frank e Margaret Mead - representam músicos, artistas, matemáticos, mártires, estudiosos, místicos, amantes profetas e pecadores de todos os tempos, de muitas crenças e origens. Enquanto

a congregação dança ao redor do altar, os santos dançam acima, proclamando uma visão universal e abrangente de Deus brilhando através da vida humana (St. Gregory Nyssa Episcopal Church).

Essa representação desafia convenções tradicionais, enfatizando a diversidade e a inclusão como aspectos fundamentais da espiritualidade cristã. Durante os cultos, os fiéis participam de danças circulares ao redor do altar, refletindo a dança dos santos acima. Essa prática litúrgica simboliza a comunhão entre os vivos e os santos, reforçando a ideia de uma comunidade espiritual unida através do tempo e do espaço.

Nossa ampla idéia de santidade vem dos escritos da Bíblia e de Gregório da Nissa. O conceito hebraico de santidade originalmente não tinha conteúdo moral, mas simplesmente significava ter o selo de Deus em você; sendo marcado e separado como sendo de Deus. Francisco e três outros santos retratados com animais - Seraphim, Godiva e Sadi - lembram-nos que a obra de criação de Deus se estende a todas as criaturas, e que alguns conheceram Deus em companhia de animais ou através de uma reflexão imaginativa e compassiva sobre as histórias de animais. Quando conhecido, o dia da festa de um santo aparece após cada biografia (St. Gregory Nyssa Episcopal Church).

O hiperícone da St. Gregory of Nyssa transcendem as barreiras tradicionais da iconografia cristã, incorporando elementos de diversas culturas e tradições para celebrar a santidade em suas múltiplas formas. A obra convida à reflexão sobre a presença divina na diversidade humana e na expressão artística, promovendo uma espiritualidade que valoriza a inclusão, a justiça e a beleza.

A BELEZA DA SANTIDADE

No campo teológico e filosófico o hiperícone pode ser entendido como algo que vai além do ícone tradicional. Enquanto um ícone tradicional funciona como uma representação simbólica e mediadora da presença divina, o hiperícone traz uma imagem ou

representação que transcende a sua simples função de representar, apontando diretamente para o mistério divino não individualizado na figura de um santo, mas de toda a Comunhão dos Santos. Ele não é apenas um reflexo ou uma simples cópia de uma realidade espiritual; é uma janela para o mistério divino expresso por um dos artigos dos Credos Católicos, com um poder de evocação que ultrapassa a materialidade da imagem.

No contexto da teologia cristã, o hiperícone pode ser entendido como uma representação “total” de realidade divina nos céus e na terra, que aponta para a presença de Deus de forma mais direta, enfatizando a comunhão entre o humano e o divino. Esse conceito sugere que o ícone, ao ser venerado, leva os fiéis a uma experiência mais intensa e direta da santidade representada, com a proximidade de figuras da história do Cristianismo da Antiguidade, até os nossos dias. De santos que tiveram experiências místicas, até aqueles que viveram o ordinário.

A ideia do hiperícone também pode ser vista em algumas interpretações teológicas e litúrgicas dentro do Cristianismo, onde se busca uma conexão mais profunda entre o mundo material e o transcendente por meio das imagens sagradas que remetem não apenas à realidade transcendente, mas também imanente. Elementos do mundo também podem estar presentes no hiperícone, a exemplo de construções de cidades, como a igreja paroquial, a rua de um bairro ou uma paisagem que remeta ao local onde ele se encontra. Também podem trazer referências a momentos históricos, em que parte dos santos viveram em sua vida terrena. Isso cria uma proximidade e uma identificação daquele que contempla o ícone e da figura que ali aponta para a realidade espiritual descrita.

Por exemplo, no hiperícone da Paróquia Cristo Rei, temos a representação de figuras brasileiras, anônimas como trabalhadores locais, ou conhecidas, como Dom Helder Câmara, que já foi bispo auxiliar da cidade do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, os santos dançantes do hiperícone da St. Gregory Nyssa, apontam para a liturgia celebrada no templo, que em alguns momentos, consiste em uma dança circular em torno da mesa eucarística, remetendo ao movimento do cosmos em torno do centro que é o próprio Cristo, representado como o “Senhor da Dança”. A mesma disposição cerimonial, remete um pouco às liturgias do Caminho NeoCatecumenal da Igreja Católica e também de parte da iconografia utilizada por esse grupo.

Outros ícones produzidos por Luiz Coelho seguindo a iconografia bizantina tradicional “com referências culturais à América Latina” foram *Nossa Senhora do Brasil*, em 2017, a *Virgem da Amazônia*, em 2019. Estes hiperícones giravam torno de temáticas marianas, apresentando a Virgem Maria, no primeiro, como uma mulher negra de pé sobre uma rocha, na posição do *orans*, com um véu em forma de turbante, na cor verde, e uma roupa rósea e uma saia azul adornada de estrelas, lembrando um pouco a iconografia de Nossa Senhora de Guadalupe. Ao fundo, a representação de uma das favelas do Rio de Janeiro. Já a segunda Madonna representava uma mulher indígena, sentada em um rio sobre uma vitória régia, à semelhança das mãos que carregam os seus filhos, junto ao seio materno, com o Menino Jesus, na mesma posição e com a floresta amazônica ao fundo. Este ícone encontra-se no altar da Catedral Anglicana de Santa Maria, em Belém do Pará, adornada de outros elementos da cultura marajoara, como vasos e outros paramentos.

Ao olharmos para o Hiperícone da Paróquia Cristo Rei ou os *Santos da Dança* da St. Gregory of Nyssa, mergulhamos em uma Teologia da Arte e Liturgia que transcendem as barreiras tradicionais da iconografia cristã, incorporando elementos de diversas culturas e tradições para celebrar a santidade em suas múltiplas formas. Por sua vez, estas obras convidam à reflexão sobre a presença divina na diversidade humana e na expressão artística, promovendo uma espiritualidade que valoriza a diversidade da Criação, inclusão daqueles que estão à margem, a justiça pelos pobres, e, acima de tudo, a Beleza.

REFERÊNCIAS

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade**: História e Teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

COELHO, Luiz. Um Evangelho visual: Imagens como Missão. *In*: ROSS, Cathy. **Missão que Amplia a Vida** – Perspectivas globais da Comunhão Anglicana. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

COELHO, Luiz. **Hypericons**. Flickr, 2023. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/94723395@N02/albums/72157662451098278/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

LELOUP, Jean-Yves. **O Ícone**: uma escola do olhar. São Paulo: UNESP, 2006.

ST. GREGORY NYSSA EPISCOPAL CHURCH. **Dancing Saints**. Disponível em: <https://www.saintgregorys.org/the-dancing-saints.html>. Acesso em: 19 mai. 2024.

TORRES, M. M. S. L. **O Cristo do terceiro milênio: a visão plástica da Arte Sacra atual de Cláudio Pastro**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Nota sobre os Estudos com Observação Participante

Esta seção final do livro foi separada para apresentar dois capítulos que divergem em sua metodologia dos demais. Por terem sido escritos a partir do método da observação participante, unindo o conhecimento do autor, junto com a sua atuação como clérigo da Diocese Anglicana do Recife, pároco da Paróquia da Ascensão e capelão do Cemitério dos Ingleses do Recife, eles não possuem a mesma fundamentação e aporte teórico que os anteriores, uma vez que, ao final do texto, não trazem as referências bibliográficas.

Em seu objetivo, busca-se atualizar os eventos que ocorreram na Diocese Anglicana do Recife, entre os anos de 2020 e 2025. Neste intervalo de cinco anos muitas coisas aconteceram, algumas das quais, não cabem relatar aqui, por não ser a finalidade da obra, muito menos levantar debates desnecessários que em nada não acrescentam ao mundo acadêmico ou eclesialístico.

Como legado deste trabalho, espera-se, principalmente, demonstrar que é possível exercer o ministério cristão em seus diversos espaços, colocando os dons a serviço do Reino de Deus, e que é possível encontrar meios de implantar novas comunidades, mesmo em situações adversas, e, de modo especial, trazer novas pessoas a Cristo, este que é o propósito da missão da Igreja.

O último capítulo é um tributo ao trabalho desenvolvido na Paróquia da Ascensão do Recife, que marcou de forma positiva esta nova fase que estamos vivendo na história do Anglicanismo brasileiro e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

“Igreja a gente vive com paixão. Igreja é o povo de Deus em missão.”



PRIMEIRO CONCILIO ONLINE DA COMUNHÃO ANGLICANA

A Diocese Anglicana do Recife e a IEAB durante o Covid-19

INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentada uma parte da história da Diocese Anglicana do Recife que é pouco conhecida pelo público. Após a chegada do Anglicanismo na região nordeste do Brasil, a criação da Diocese Anglicana do Recife, sua expansão, períodos de conflitos e cismas, e um momento de reconstrução e renovação, o ano de 2020 foi um grande desafio para a vida da Igreja e do mundo, em razão da Pandemia da COVID-19.

Seguindo o calendário padrão de atividades da Igreja, a Diocese decidiu realizar a reunião do seu Concílio de forma virtual. Programado para ocorrer de 17 a 19 de julho de 2020, o “evento presencial” foi transferido para acontecer na Plataforma Zoom, tendo a cidade do Recife como sede administrativa e tecnológica. Diante desta situação atípica, que alterou todas as agendas das Igrejas em nível local e global, registramos neste artigo que este Concílio Diocesano foi o único a acontecer virtualmente, entre as Províncias da Comunhão Anglicana.

Apresentaremos como este evento foi planejado, organizado e executado, tornando-o não apenas uma experiência para os deputados do conselho, mas também um laboratório eclesialístico que foi acompanhado e estudado por outras Dioceses da Província Brasileira. Da mesma forma, traremos os debates, as questões levantadas durante as sessões, os projetos levantados e os serviços litúrgicos, que, de forma especial, marcaram este momento único na história desta Diocese. A forma como a Diocese encarou este momento, trouxe uma maturidade na forma como a Igreja se posiciona diante das questões do mundo contemporâneo, seguindo o princípio da “Igreja Reformada, sempre em reforma”, especialmente, nos tempos difíceis da Covid-19.

O 33º Concílio decidiu que o próximo seria realizado em Salvador – capital do estado da Bahia. Esta nova cidade foi importante para descentralizar as últimas reuniões realizadas em Recife. Após uma reunião que ocorreu em 21 de novembro de 2019, o Conselho Diocesano aprovou o 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife para ser realizado entre 2 e 5 de julho de 2020. Mas já nos primeiros meses, tudo mudou.

A notícia sobre a Pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil, junto com os primeiros casos, milhares de mortes, crise econômica e uma

instabilidade política do Governo Federal que trouxeram medo, pânico e confusão para o país inteiro nas primeiras semanas de quarentena. Com esta onda de incertezas, algumas perguntas surgiram: O que a Igreja deveria fazer? A Diocese deveria cancelar o Concílio e esperar um momento adequado para organizá-lo novamente? Ou deveria organizá-lo através das plataformas digitais? Como a Santa Eucaristia e os ofícios litúrgicos seriam celebrados?

LANEJANDO O 34º CONCÍLIO

Durante a Pandemia, as comunidades passaram a realizar suas celebrações online, por meio de plataformas digitais, com lives no Facebook e Instagram, e com a presença do clero de outras Dioceses. Essa experiência de liturgias e encontros online durante os primeiros meses, foram essenciais para desenvolver a capacitação da equipe diocesana para organizar o Concílio. Durante a Quaresma, Páscoa e Pentecostes, a Igreja local e a Igreja Nacional tiveram a experiência de celebrar juntas e desenvolver seminários apesar da distância.

Por meio da Carta Circular 01/2020, de 3 de março de 2020, todas as comunidades foram convocadas a realizar suas assembleias até o dia 31 de março, para indicar os nomes de seus representantes. A alimentação e a hospedagem seriam pagas pela Diocese, mas seria necessário que as comunidades se organizassem com antecedência para que os delegados do Concílio pudessem se programar com seus vôos para Salvador, que fica no extremo sul do Nordeste do Brasil.

Como todos os clérigos são membros inerentes do Concílio, e devem participar, foi estipulado o número de delegados leigos. A Catedral teria três, as paróquias duas, e as missões e comunidades em formação um suplente. Em 04 de abril de 2020, o Bispo Peixoto enviou a todas as lideranças do clero e leigos a convocação para o 34º Concílio.

Conforme previsto no Capítulo I, Cânone 2, Art. 7 dos nossos cânones Diocesanos - É de responsabilidade do Bispo Diocesano, ou seu substituto canônico, convocar por escrito a reunião dos conselheiros, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Portanto, por meio deste documento, venho convocar a reunião do XXXIV Concílio da Diocese Anglicana do Recife, que ocorrerá

de 17 a 19 de julho de 2020, de forma virtual, por meio da Plataforma Zoom, tendo como sede administrativa e tecnológica a cidade do Recife-PE. Conforme o Capítulo 1, Cânone 3 Art. 24, todos os clérigos devem participar do concílio. Conforme o Capítulo 1, Cânone 4, Art. 25, cada Paróquia poderá enviar até 3 deputados leigos e as Missões até 2 deputados leigos, onde terão voz e voto. OBS: Todas as comunidades devem enviar por e-mail à secretaria diocesana, a lista com os nomes de seus deputados leigos até o dia 17 de junho de 2020. As inscrições de todos os delegados clérigos e leigos, ocorrerão virtualmente até o dia 20 de junho de 2020. Recife-PE, 4 de abril de 2020 Anno Domini.

A sugestão de realizar um Concílio online partiu do Reverendo Cláudio Linhares, Arcediago do Oeste, logo após o seminário da IEAB sobre a Pandemia, realizado entre os dias 14 e 16 de maio. O sucesso do encontro levou à proposta, sugerida ao Bispo. Seria necessário apenas adequar o uso de software para realizar o processo eleitoral.

Após um segundo encontro, o Bispo criou uma equipe de organização para planejar o Concílio. Foi realizada uma pesquisa virtual para verificar a aceitação da proposta pela liderança, com todos os membros do grupo de Whatsapp da Equipe Pastoral Diocesana. Após o resultado positivo, a Diocese Anglicana do Recife tomou a decisão final de organizar um Concílio online. Até então, o Concílio estava adiado, sem nova convocação devido à impossibilidade natural daquele momento. Quando foi decidido realizar o Concílio presencial, a Diocese ainda tinha o tempo necessário e canônico para realizar assembleias e nomear deputados.

Foi criada uma Equipe de Coordenação para organizar toda a estrutura do Conselho, desde o cronograma até a estrutura das salas virtuais do Zoom, que sedariam as atividades e as eleições para renovar as comissões com novos membros e planejar as atividades da Diocese para os próximos dois anos. O lema escolhido foi “Espiritualidade e Coragem para Ser Testemunhas de um Novo Tempo”, texto bíblico extraído de 2 Timóteo 1:7: “Porque Deus não nos deu espírito de covardia, mas de fortaleza, de amor e de moderação”, e foi feita uma logomarca para o evento, divulgada em todas as redes sociais.



Imagem 1: Logotipo do Concílio.

CELEBRANDO A VIDA EM TEMPOS DE MORTE

O Conselho foi organizado para acontecer em duas etapas: Uma reunião de Pré-Concílio – para preparação dos membros – e a reunião do Conselho em si. Nesta primeira etapa, os participantes foram divididos em três grupos que trabalhariam nos seguintes eixos estratégicos: 1) Missão, Pastorais e Diaconia; 2) Formação Teológica; 3) Gestão, Comunicação e Sustentabilidade. A missão desses grupos era criar planos de ação para a Diocese a serem aplicados em breve. No dia 4 de julho de 2020 (sábado) foi realizada a primeira das três reuniões.

Durante este período, foi lançada uma série de treze vídeos sobre espiritualidade, para os participantes meditarem sobre ela. O primeiro vídeo foi a convocação do Bispo.

Saúdo a todos com a Graça e a Paz de Nosso Senhor Jesus Cristo. Primeiramente, gostaria de agradecer a cada um de vocês que se inscreveu e colocou seus dons à disposição para participar do nosso 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife. Lembro que o Concílio começa com a convocação, quando toda a Diocese deve permanecer em constante oração. Em preparação para este Concílio, estamos fazendo uma série de treze vídeos sobre espiritualidade, que serão disponibilizados pela coordenação do Concílio a todos os inscritos. Será um por dia, a partir do dia 4 de julho. Todos assistirão a esses vídeos e meditarão neles. Contamos com a participação de vocês. E que Deus abençoe a todos. Amém.

Na sexta-feira à noite, 17 de julho, uma Eucaristia de abertura foi presidida pelo Reverendíssimo João Peixoto, transmitida pela internet na Paróquia Jesus de Nazaré, cidade de Olinda, Pernambuco. A liturgia foi assistida pela Reverenda Rosemary Cunha e pelo então Ministro Leigo Rafael Vilaça. A ordem do Culto e a música foram escolhidas para enfatizar a cultura regional. Um desses momentos altos da celebração foi o canto do Credo Apostólico na Literatura de Cordel¹⁹.

Este texto foi extraído do Livro Diocesano de Cultos Ocasionais. Parte do Rito Eucarístico de Caaporã, que é uma liturgia anglicana na Literatura de Cordel, escrita pelo Reverendo Israel Cardoso. A melodia foi composta por Rafael, usando as frases harmônicas do Baião²⁰, um estilo tradicional do Nordeste do Brasil. O texto, sendo uma paráfrase, foi musicado, seguindo a seguinte métrica:

¹⁹ A Literatura de Cordel é publicada na forma de livretos ou panfletos populares e impressos de forma barata e contendo romances folclóricos, poemas e canções. São produzidos e vendidos em mercados de rua e por vendedores ambulantes no Brasil, principalmente no Nordeste. São assim chamados porque são pendurados em cordas para exibi-los a clientes em potencial, e corda em português é corda.

²⁰ Baião é um gênero musical e estilo de dança do nordeste brasileiro baseado no pulso da zabumba, acompanhado por um acordeão e um padrão triangular. Sua origem é principalmente emprestada harmonicamente da tradição musical europeia e

Creio em Deus nosso Pai/ Ele é Todo-Poderoso
Criou o céu e a terra/ Seu poder é fabuloso
Creio em Jesus Cristo/ De Deus o único Filho
Nosso Senhor generoso.

Por obra do Espírito Santo/ Jesus Cristo foi concebido
Nasceu da Virgem Maria/ Tudo estava se cumprindo
Sob o poder de Pilatos/ Ele foi crucificado
Porém jamais foi esquecido.

Tendo descido ao sepulcro/ Três dias depois ressurgiu
Subiu ao céu com poder/ A sua missão cumpriu
Sentou-se ao lado do Pai/ Pra esse lugar também vai
Quem suas palavras seguiu.

Um dia Ele virá/Nisto cremos e esperamos
Desta vez vem prá julgar/ Disto nós não duvidamos
Pela graça anistiados/ Estamos justificados
Eis a fé que professamos.

Creio no Espírito Santo/ Na Santa Igreja Católica
Na comunhão dos santos/ Igreja Viva e Histórica
Igreja Santa e Viva/ Por Cristo foi redimida
Ela é também apostólica.

Na remissão dos pecados/ Eu creio como ninguém
Pois Cristo me redimiui/ E a todos nós também
Creio na ressurreição/ Isto não é ficção
E na vida eterna. Amém.

O mesmo estilo foi usado novamente no Tersanctus²¹ e na música da comunhão, A Ceia do Senhor, de Jaci Maraschin.

alterna os acordes entre as escalas menor e maior, sendo frequentemente associada ao estado de Pernambuco. O principal músico brasileiro desse estilo é Luiz Gonzaga, conhecido como o "Rei do Baião".

²¹ O hino do Sanctus ou Tersanctus, é parte da Liturgia Eucarística, anterior à Consagração. Embora a letra siga o texto litúrgico – “Santo, Santo, Santo, Senhor Deus do Universo...”, a melodia da música, em Dó Maior, remete ao ritmo do baião.

Em seu sermão, o Bispo Peixoto enfatizou que “durante esses sete anos, Deus me deu uma resposta muito clara. E me disse diariamente: 'Para contrabalançar suas dificuldades, colocarei sobre você um clero e uma liderança especial, para que você possa caminhar junto com eles, no crescimento desta Diocese'. E esta noite, com emoção e alegria, quero agradecer a cada um, que tem colaborado de forma especial, como nosso Deus disse ao meu coração. Muito obrigado. E que Deus nos abençoe, agora e para sempre. Amém”.

Após a Santa Eucaristia, presidida pelo Bispo, a liturgia foi encerrada com a música Momento Novo, que diz: “Deus chama a gente pra um momento novo, de caminhar junto com seu povo”.



Imagem 2: Bispo João Peixoto durante a Eucaristia de abertura do 34º Concílio, transmitida na Paróquia Jesus de Nazaré, em Olinda.

Os debates e eleições para as comissões ocorreram durante o sábado e domingo, quando os deputados decidiram os novos caminhos para a Diocese. Diferentemente do passado, quando essa parte da Província brasileira sofreu divisões e cismas, este Concílio foi um sinal de unidade e renovação nessa pequena parcela da Igreja de Cristo.

Às 8h do sábado, o Arcebispo Sul realizou a Oração da Manhã, abrindo a sessão do dia. Após o credenciamento dos deputados, foi aprovado o Estatuto e cronograma do Concílio. Após o relato do Bispo, o grupo de Gestão, Comunicação e Sustentabilidade fez sua apresentação, com os desafios para os próximos anos. O grupo expôs as estratégias para desenvolver mecanismos de gestão de conflitos que possibilitem fortalecer a unidade da Igreja.

Após o almoço, o grupo de Formação Teológica apresentou o plano para ampliar os estudos sobre a liturgia, organizar momentos de estudo e oração para os clérigos e ministérios leigos, formar futuras lideranças e desenvolver uma formação continuada para a Diocese. Houve também o lançamento do livro sobre a Igreja Anglicana, pelo Reverendo Gecionny Pinto, Arcebispo do Norte. Na sequência, o grupo Missão, Pastoris e Diaconia apresentou as estratégias para ser uma Igreja segura, que vive e proclama o Evangelho, acolhendo, nutrindo, formando e servindo a todas as pessoas. Após o jantar, os presentes lançaram propostas de nomes para as eleições das comissões diocesanas que aconteceriam no dia seguinte.



Imagem 3: Sessão do 34º Concílio, via Zoom.

Na manhã de domingo, foi realizada a oração de abertura pelo Arcediado do Norte. Às 8h30, ocorreram as eleições para as comissões diocesanas e, em sequência, a leitura e homologação dos Relatórios dos trabalhos realizados por cada comissão durante o último ano. Após o almoço, foi feita a apresentação do Planejamento final.

Algumas questões foram levantadas durante a sessão, em especial, o plano de sustentabilidade financeira. Entre as iniciativas, a principal era a reforma do anexo da Catedral do Bom Samaritano para gerar renda para a Diocese, sendo o projeto patrocinado pela Trinity Church Wall Street. Da mesma forma, foi apresentado o relatório do Serviço de Desenvolvimento e Diaconia (SADD) da Igreja Anglicana, com a prestação de contas das doações de alimentos e suprimentos para famílias carentes durante a Pandemia.

Com os debates sobre alguns pontos do Plano, foram lidas as propostas de Moções, contra os recentes casos de intolerância religiosa no Brasil sobre símbolos das religiões afro-brasileiras, sobre a violência contra as mulheres, e para apoiar a pauta e as lutas de grupos étnico-raciais que são minoria no Brasil. Com a palavra do Bispo, os trabalhos da última sessão do Concílio foram encerrados.

A Santa Eucaristia começou às 18h, seguindo a mesma estrutura da primeira. Mas essa liturgia foi mais tradicional, com hinos antigos que marcaram a vida e a história da Igreja. As leituras e orações foram imersas em um clima de agradecimento pelo Concílio e alegria pela resiliência da Diocese.

A homilia foi feita pelo Bispo da Diocese do Paraná e Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Naudal Alves Gomes. O Bispo falou um pouco sobre a difícil trajetória da Diocese, os desafios e parabenizou a todos pela coragem de celebrar em meio à Pandemia. Após presidir a Eucaristia e a distribuição da Sagrada Comunhão, o Bispo João Peixoto anunciou o encerramento do Concílio, batendo três vezes o báculo no chão. O Hino final, “Bênção Irlandesa”, foi escolhido por seu significado, que traduz todos os sentimentos sobre o futuro da Diocese e o retorno da rotina após a Pandemia. A parte final da letra traz algumas frases que lembram a Despedida (o Ide) do LOC: “Vamos em paz até que um novo dia nos permita aqui nos abraçar. Mesmo distantes, temos alegria. Deus, o Pai, queremos, pois, louvar. Deus te guarde, Deus te guie, te segure bem na sua mão. Vai confiando, vai com alegria, pois seus anjos te acompanharão”.



CONCÍLIO DO RECIFE E OUTROS NO MUNDO

Mesmo com a instabilidade econômica e social produzida pela Pandemia da Covid-19, a Diocese Anglicana do Recife aceitou realizar um Concílio online, o primeiro da história da Comunhão Anglicana. O Anglican Communion News Service noticiou que, no dia 25 de julho, a Igreja Anglicana de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia realizou uma reunião sinodal virtual pelo Zoom, para renovar a tríplice primazia da Igreja, segundo as leis canônicas. Então, podemos dizer, de fato, que o 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife foi o primeiro Concílio online da história da Comunhão Anglicana a acontecer durante a Pandemia.

O desafio aceito pela Diocese do Recife atraiu olhares de outras partes da Província. Durante as sessões, alguns bispos de outras Dioceses estiveram presentes para ver como funcionava o Concílio online, levando para suas igrejas locais a possibilidade de organizar um evento semelhante. O relatório da Secretaria do Concílio registrou a presença do Bispo e Primaz Naudal Gomes (Diocese do Paraná), da Bispa Meriglei Simin (Diocese de Pelotas), do Bispo Francisco de Assis (Diocese do Sudoeste) e da Secretária Geral da IEAB, a então Reverenda Magda Guedes.

A Igreja decidiu que em 2022, o 35º Concílio Diocesano será na cidade de Salvador, Bahia, depois de muitos anos sendo realizado no Recife. Isso também demonstra um amadurecimento sobre a identidade diocesana, buscando consolidar a diversidade das comunidades, suas contribuições na história da Diocese e reafirmar que, embora tenha sede na cidade do Recife, a Igreja está presente em todo o Nordeste do Brasil.

Este discipulado intencional é a melhor maneira de formar novos seguidores do Caminho de Jesus, o Caminho do Amor, que a Diocese Anglicana do Recife escolheu trilhar desde o período de crise em sua história. Mas o tempo de crise passou e uma nova brisa soprou sobre a vida comunitária, sendo visível com o crescimento da Igreja.

Em 2020, a Diocese tem nove paróquias, quatorze missões, três arquidiáconos, um capelão para a missão dos marítimos, duas ordens religiosas (benedictinos e franciscanos), dezessete ministros leigos e vinte e quatro membros do clero, incluindo diáconos, padres e o bispo.

Em 2017, quando a Boa Samaritana foi instalada como a nova Catedral, o povo cantou um antigo hino brasileiro como sinal do renascimento da Igreja, que diz: “Nas lutas e provações, a Igreja continua a caminhar”. Em 2020, esse mesmo hino foi cantado mais uma vez, durante o encerramento do 34º Concílio da Diocese Anglicana do Recife, para lembrar que é possível ser Igreja em tempos de crise, e que é missão da Igreja proclamar a Palavra de Vida em tempos de morte.

A PARÓQUIA DA ASCENSÃO DO RECIFE

As origens e o crescimento de uma comunidade anglo-católica

INTRODUÇÃO

Toda história bonita merece ser contada e a desta comunidade da IEAB não é exceção. A Paróquia Anglicana da Ascensão tem uma longa história, embora não seja tão conhecida pelo resto da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Ela foi fundada no início da década de 1980, pelo bispo da Diocese Anglicana do Recife, Edmund Knox Sherrill, próximo à fábrica de Brasilit, no bairro da Várzea, sendo conhecida como a “Igreja Anglicana do Redentor”.

A Paróquia ainda preserva a sua primeira Bíblia, doada pelo Bispo Sherrill, com a sua dedicação: “Doada à Congregação Episcopal de Brasilit, em 22 de maio de 1983, para a maior glória de Deus e a instrução mais adequada instrução do povo de Deus nas Escrituras Sagradas”. Localizada na periferia da cidade, esta missão da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, teve à frente de sua liderança Reverendos como Patrício²², Mitsuo Noyama, Maurício Andrade (hoje Bispo da Diocese Anglicana de Brasília e Francisco (hoje Bispo da Diocese Sul-Occidental) e outros.

No começo do ano de 2005, por conta de alguns problemas na Diocese, o templo ficou sob posse de outro grupo anglicano dissidente, sendo devolvido pela Justiça apenas em 2018. O templo e a propriedade haviam sido reintegrados ao patrimônio da Igreja e da Diocese, mas não havia mais uma comunidade. O trabalho precisava reiniciado. Neste tempo, o então seminarista Rafael Vilaça, foi indicado pelo Bispo João Peixoto, para iniciar o trabalho missionário. Após um planejamento inicial, a Paróquia passou por algumas reformas, ganhou um novo altar em mármore, móveis e foi equipada com som e novos paramentos litúrgicos.

No início de 2020, a Paróquia estava pronta para ter a retomada de suas celebrações e a construção de uma nova comunidade local. Porém, um problema surgiu e impediu o funcionamento das atividades: a Pandemia do COVID-19.

²² Parte da história da comunidade na época do Reverendo Patrício pode ser encontrada no capítulo 18 do livro *Os Milagres Continuum* (2015), do Missionário Eudes Moreira Silva.

Somente no segundo semestre de 2021, que os então Reverendos Diáconos Elias Leôncio e Rafael Vilaça, junto com o Ministro Leigo Bruno Costa, reunidos em encontros de oração, decidiram pela retomada das celebrações presenciais. Inicialmente a ideia era se reunirem em torno da espiritualidade beneditina, da qual comungam. Na primeira reunião, o interesse comum de fazer parte de uma comunidade viva, litúrgica e orante, levou aos três a um acordo: “Uma vez aberta, vamos nos dedicar para que essa comunidade nunca mais volte a fechar as portas”. Após algumas reuniões e metas, a reabertura se deu na manhã de 07 de novembro, com uma Oração Matutina, e nos outros domingos, a Santa Eucaristia.

Todas as medidas sanitárias foram tomadas, com o uso de máscaras, álcool em gel, e distanciamento nos bancos. Toda a Paróquia foi higienizada e algumas regras para a comunhão passaram a valer: as pessoas receberiam a comunhão nas mãos, higienizadas. Desde então, a Paróquia abriu suas portas todos os domingos.



NASCIMENTO DE UMA PARÓQUIA

Em novembro e dezembro de 2021 a Paróquia Anglicana da Ascensão viveu o seu renascimento. No Advento, em seu primeiro Domingo, o templo foi novamente consagrado pelo Bispo João Cândio Peixoto, Diocesano do Recife. Desde então foram celebrados batismos, Eucaristias, a Solenidade do Natal de nosso Senhor Jesus Cristo e a Festa da Epifania, marcada pela distribuição de presentes para as crianças ao redor da comunidade.

Na noite de 21 de março de 2022, festa de Thomas Cranmer, Reformador e Arcebispo de Cantuária, ocorreu o Rito de Oblação do irmão Anderson Bruno Costa, da equipe pastoral da Paróquia da Ascensão, que passou a ser membro pleno da Ordem de São Bento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (OSB-EA). O rito foi transmitido para os demais membros da Ordem ao redor do Brasil, sendo conduzido pelo Reverendo Elias Leôncio.

A primeira Semana Santa, após a retomada das atividades foi celebrada na Paróquia, seguindo a antiga e rica tradição da Igreja, com uma programação, diversificada. Na semana anterior, foi realizado um momento de meditação nas estações *Via-Crúcis*, em preparação

espiritual para os acontecimentos da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. Na manhã do dia 10 de abril, o Domingo de Ramos abriu as celebrações, com a Liturgia das Palmas e da Liturgia da Paixão, com um resumo dos acontecimentos da Semana Santa. Na Quinta-feira Santa, a celebração diocesana ocorreu na Paróquia Anglicana Jesus de Nazaré, em Olinda, onde o clero e o povo se reuniram, junto com o Bispo Diocesano para a renovação dos votos sacerdotais e a Missa de Lava-Pés, com o Memorial da Última Ceia. Ao final, após o desnudamento do altar, todo o povo se retirou em silêncio, com uma sensação descrita por um dos membros: “Parece que perdemos alguém que amamos”.

A Sexta-feira da Paixão foi um momento marcante, quando às 15h, os membros lembraram a morte Cristo na Cruz. Após a narrativa do Evangelho da Paixão, todos se voltaram para o altar, com a adoração da Santa Cruz. Os cânticos *a capella* deram o tom dramático. No Sábado Santo, a igreja se reuniu às 19h, ao redor do Fogo Novo, para a bela e solene liturgia da Vigília Pascal. E no Domingo de Páscoa, foi realizada uma celebração conjunta com a comunidade da Ascensão e da Catedral do Bom Samaritano (cujo templo estava em reforma) para anunciar a grande mensagem: Cristo ressuscitou! Após quarenta dias da Quaresma, a Igreja pôde, enfim, entoar o canto do *Aleluia!*

No dia 23 de abril, Festa de São Jorge, a Paróquia da Ascensão acolheu a ordenação presbiteral do Reverendo Rafael Vilaça. A Missa Solene contou com a presença de muitos clérigos da Igreja e presença ecumênica de católicos e ortodoxos. O Bispo sagrante foi Dom João Cândio Peixoto Filho, e o sermão ficou a cargo do Bispo Emérito da Diocese Anglicana do Recife, Dom Clovis Erly Rodrigues. Ao final da liturgia, o novo sacerdote foi instituído como pároco da Ascensão. Seu primeiro ofício celebrado foi no domingo seguinte, no qual presidiu a Santa Eucaristia, com o Santo Batismo de Fábio e de Bernardo.

No mês de maio foi marcado por uma tragédia: a Comunidade Beira Rio, localizada atrás da Paróquia, foi atingida pelas fortes chuvas que caíram sobre o Recife, deixando várias famílias desabrigadas. Após reunião, a Equipe decidiu que era necessário iniciar um trabalho social, o qual rendeu frutos e novos membros para a igreja. Desde então, com a ajuda e recursos vindos da Igreja Anglicana do Canadá, a Ascensão passou a ajudar na distribuição de cestas básicas, visitas às famílias, e realizar uma ação missionária toda quinta-feira à tarde, que ganhou corpo, com novas pessoas juntando aos intitulados “padres da favela”.

A primeira missa na Comunidade Beira Rio ocorreu no dia 25 de junho, em uma Celebração Eucarística especial, marcando um mês das chuvas que deixaram mais de 130 pessoas mortas e mais de duas mil de famílias desabrigadas em todo o Recife. Ao cair da tarde, uma procissão percorreu a comunidade, reunindo mais de cem pessoas em torno do altar, montado em uma das ruas. Foram momentos de adoração, louvor e agradecimento a Deus.

O segundo semestre de 2022 teve início com a Festa de São Bento de Núrsia, cujo carisma do *Ora et Labora* foi promovido desde a fundação da Paróquia. A programação da Festa teve início na noite da sexta-feira, 08 de julho, com uma Oração Vespertina (Vésperas), em memória de Santa Escolástica. Na noite do sábado, 09 de julho, foi realizada uma segunda Oração Vespertina, em memória de São Bento. Ambos os ofícios seguiram a tradição beneditina, com uso do canto gregoriano e a recitação das preces, segundo o Livro de Oração Comum. As leituras também contemplaram trechos das obras de São Gregório Magno, sobre a vida monástica dos santos irmãos. Na manhã do domingo, 10 de julho, o encerramento da festa contou com uma Celebração Eucarística Solene, em que a Paróquia se encheu de pessoas que cantaram em uníssono as melodias gregorianas, como os filhos de São Bento de Núrsia o fazem há séculos. O altar também se encheu com a fumaça do incenso para as Liturgias da Palavra e Eucarística, como parte de nossa espiritualidade, anglicana e beneditina, traduzida no lema da Ordem de São Bento²³: oração e trabalho.

O mês de agosto foi marcado pelo Santo Batismo de uma família inteira. De modo semelhante ao que narra o Livro de Atos 16:15 – com o batismo de Lídia e de toda a sua família – a Paróquia Anglicana da Ascensão testemunhou o batismo de Elisângela e seus filhos, Jaqueline, Andresa, Pedro e Gabriel, que na manhã do domingo, 28 de agosto, receberam o Santo Batismo, sendo a partir desse dia chamados de cristãos. A homilia, feita pelo Pároco em forma de

²³ A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil possui Ordens Religiosas para clérigos e leigos, dentre as quais a Ordem Beneditina, fundada graças ao trabalho do Conêgo Sebastião Teixeira (Frei Benito), clérigo da Diocese Meridional. Na década de 1990, por iniciativa pessoal, ele procurou conhecer e se aprofundar na espiritualidade beneditina, sob orientação do seu amigo, o Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith (Igreja Católica Romana). Desde então, a OSB-EA tem se espalhado pelas Dioceses da IEAB, através de pessoas que buscam seguir o modo de vida e ensinamentos de São Bento.

catequese, explicou o que acontece durante o Batismo. Após a homilia, todos se encaminharam para a porta da igreja, onde se encontrava a Pia Batismal, e, após feitas as promessas batismais, cada qual recebeu a água sobre sua cabeça, “...em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. “Eu nunca vi um Batismo tão bonito”, disse seu João, padrinho e avô das crianças, em meio às lágrimas. A avó, Maria de Lourdes, assim como o pai, Wellington, que procurou a Paróquia para que sua família fosse batizada, também estavam emocionados durante a Missa. Na ocasião, os batizando fizeram a sua primeira comunhão, tornando-se um só Corpo com a Igreja de Cristo.

O mês de outubro foi marcado por três eventos distintos, mas com grande importância para a comunidade. Na manhã do dia 8 de outubro, o mundo voltou sua atenção para a triste notícia da morte da Rainha Elizabeth II, aos 96 anos. Além de monarca do Reino Unido, a Rainha também era a Chefe da Igreja da Inglaterra. No domingo, 18 de outubro, a Ascensão se juntou a outras Paróquias e Catedrais da Comunhão Anglicana na celebração da Missa de Exéquias em memória da falecida monarca britânica. Além dos hinos que enfatizam a ressurreição, ao final, cantou-se o *God save the Queen*.

No Domingo, dia 30 de outubro, aconteceu uma cerimônia especial, o Ofício Eucarístico da Reforma Inglesa, uma celebração que resgatou a história e as tradições anglicanas. Pela primeira vez no Anglicanismo da América Latina e na Província do Brasil, se reproduziu a forma como a Igreja Anglicana realizava os seus cultos no século XVII. No Ofício, foi utilizado o Rito 1 do LOC (2015) e adotado o cerimonial de William Laud, Arcebispo de Cantuária, durante o reinado de Carlos I. A disposição do altar, as vestes, os hinos e a forma como a liturgia foi conduzida, foram baseadas em um estudo feito pela Universidade de Durham, buscando refletir este período histórico²⁴. O ofício foi transmitido na página do Facebook da Paróquia e pode servir de base para outros estudos e novas celebrações. No final do ano de 2022, os meses de Novembro e Dezembro foram marcados por eventos de formação, recitais de música (Novembro Musical) e pelo Advento e as celebrações do Natal.

²⁴ O realizado por Benjamin Phillips, intitulado *Worship the Lord in the Beauty of Holiness* (Adore ao Senhor na Beleza da Santidade), busca apresentar uma introdução ao Movimento Laudiano e mostrar os aspectos do cerimonial dos partidários da High Church e seguidores do Arcebispo Laud. O artigo pode ser encontrado na Internet.

Na noite de 25 de dezembro a Missa do Natal contou com os hinos tradicionais do período que narram a história do nascimento de Jesus. A Eucaristia foi presidida pelo Bispo Peixoto, e o pregador da noite foi o Pároco. O altar estava bem iluminado, com o presépio, a árvore de Natal e um grande Menorá à frente da Mesa Eucarística. Um detalhe da liturgia, é que, ao centro, em destaque, uma cópia do Evangelário Celta (o *Livro de Kells*) estava aberta em frente ao altar, no fólio do Evangelho de São Mateus, que narra o nascimento de Jesus, o centro da celebração do Natal.

Os hinos do período foram cantados com a singeleza e beleza própria do dia mais alegre do ano. Após a missa, os presentes dirigiram-se ao salão para a ceia, que estava decorado com as luzes, fotos da comunidade ao longo do ano e um quadro da Última Ceia de DaVinci, inaugurado nesta noite para receber os visitantes e que passou a ser o cartão de visitas aos que chegavam à comunidade.



ANO DE CONSOLIDAÇÃO DA PARÓQUIA

O novo ano de 2023 começou com muitas celebrações no calendário da Paróquia. No primeiro dia do ano, a Missa em honra ao Santo Nome de Jesus. Na celebração dos domingos seguintes, vieram as Festas da Epifania e do Batismo do Senhor. Janeiro também foi marcado pelo início do Tempo Comum e sinais de renovação na Igreja Diocesana.

Ao final do mês, Rafael e Bruno viajaram para a cidade de Natal para a Ordenação Presbiteral do Reverendo Oldair Pena, na Paróquia da Virgem Maria. No começo do mês seguinte, estiveram na Paróquia do Semeador (em Olinda), celebrando a Santa Eucaristia, junto ao Reverendo Jairy. As parcerias e apoio mútuo com outros clérigos da Diocese, ajudaram bastante no desenvolvimento não só da Paróquia da Ascensão, mas também de outras comunidades de linha anglo-católica.

Nos meses seguintes, a Paróquia passou a fortalecer suas visitas às famílias e a realizar celebrações nos lares. No dia 5 de fevereiro ocorreu o primeiro casamento da comunidade, com a cerimônia que selou o amor do casal João Gomes e Camilla Sampaio. A emocionante cerimônia foi oficiada pelos Reverendos Rafael e Leôncio, que

conduziram o casal e os presentes às lágrimas várias vezes. O momento mais bonito, sem dúvida, foi a entrada das alianças, feita pelas avós dos noivos. A troca dos votos e a bênção coroaram este momento único na vida do casal, que foi acompanhado desde cedo em sua caminhada pelo Reverendo Rafael.

O crescimento da Paróquia era visível, a partir do planejamento e execução, conduzidos por Bruno, responsável por esta área na comunidade. Após a devida preparação, como seminarista e ministro leigo instituído, chegou a vez da Ascensão testemunhar sua primeira ordenação diaconal. Ao cair da tarde de 21 de maio, o templo da Várzea acolheu a cerimônia da Ordenação Diaconal de Anderson Bruno Costa. A Igreja ficou pequena para os convidados, que foram inicialmente acolhidos no salão. À medida que o clero ia se organizando na sacristia, ficava a expectativa do início da Missa de Ordenação.

O cortejo adentrou no templo ao som do hino Glória ao Senhor. Com todos em seus lugares iniciou a solene liturgia. A pregação da noite ficou a cargo do Reverendo Jairy Vieira, da Paróquia do Semeador. Após a homilia, a Liturgia foi conduzida pelo Bispo Dom João Cândio Peixoto, que realizou cinco Confirmações naquela noite, dos irmãos Nilson, Moacir, Patrícia, Nina e Rayanne. Em seguida, o candidato à Ordenação ficou de pé diante do Bispo Diocesano, que fez o Exame Canônico e iniciou o Rito.

Após cantado o *Veni Creator*, com todos de pé e o candidato prostrado, foi feita a solene oração consecratória, seguida da imposição de mãos. O novo diácono foi então paramentado pelos reverendos diáconos Edson Pimentel, Elias Leôncio e Wellington Pinheiro, momento de destaque para o diaconato permanente. Após a apresentação do neodiácono, seguiu-se o rito eucarístico, onde o Reverendo Bruno participou da Eucaristia pela primeira vez, servindo ao Povo de Deus e distribuindo o Corpo e o Sangue de Cristo.

Após a bênção dada pelo Bispo, o momento de agradecimentos foi cheio de gratidão, pela vida do Reverendo Bruno e pelo carinho demonstrado pelos seus colegas. Na ocasião, o clérigo foi presenteado com estolas para cada tempo litúrgico. As palavras de colegas de ministério emocionaram a todos, e não faltaram palavras de agradecimento do novo diácono pela sua missão na Igreja. Após a celebração, todos se reuniram no salão da Paróquia para fotos, confraternizar e partilhar o jantar preparado pela comunidade.

A Ascensão também ficou marcada por festas da religiosidade popular, como *Corpus Christi*, São João e as Festas Marianas. A primeira ocorre tradicionalmente na quinta-feira após o Domingo da Santíssima Trindade a Igreja celebra a Festa de Corpus Christi, em honra ao Santíssimo Sacramento. Na Missa de Corpus Christi, foi utilizado pela primeira vez um ostensório na Adoração Eucarística. Após a comunhão ele foi exposto no altar com a hóstia consagrada e adoramos a Deus ao som de hinos como *Lauda Sion*, *Adoro te devote* e *Tantum Ergo*.

O São João, por sua vez, é uma das festas populares mais importantes do Nordeste e em nossa Paróquia, tivemos tanto a celebração do sagrado e também do profano em um clima de alegria que só a Ascensão tem. Ao cair da tarde, nos reunimos para celebrar a Missa pelo nascimento de São João Batista, o precursor de Cristo, e em seguida nos reunimos no salão para a partilha de um jantar com comidas típicas e também para celebrarmos o aniversário do Reverendo Bruno. Coroando a festa, um trio de forró animou a noite e ainda improvisou o hino de nossa amada Paróquia, composto pelo Reverendo Rafael e que se tornou uma das músicas sempre cantadas nas festas da comunidade: “Com alegria eu quero cantar. Eu amo a minha Paróquia. Sou anglicano de todo o coração. A minha igreja é a Paróquia da Ascensão!”.

E no mês de setembro, dedicado à Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora de Walsingham, a 2ª edição da festa paroquial teve início na quinta, dia 21, e indo até o domingo, dia 24, em que se celebra a festa patronal no mundo anglicano. Como parte do Movimento Mariano da Ascensão, durante a Festa foi organizada a Legião de Maria, um grupo de oração de mulheres da comunidade. À frente dessa organização feminina da Paróquia ficou a irmã Rayanne Nascimento. O primeiro encontro da Legião aconteceu no sábado, 23 de setembro, com a oração do terço, seguido um trecho da série *The Chosen – Os Escolhidos*, sobre o encontro de Jesus e a Samaritana no poço. O momento também contou orações e místicas conduzidas pelas irmãs Nina e Patrícia. Ao final, as mulheres partilharam um lanche.

No Domingo, a Missa de encerramento começou com uma grande procissão dentro da comunidade, sendo guiada pela cruz e pelo estandarte da Virgem, preparado para a ocasião. Durante a Eucaristia, foi ministrada a Unção a várias pessoas enfermas presentes. Os cânticos marianos atestavam a fé do povo nordestino em Cristo e na sua Mãe.

O foco no trabalho junto às famílias também era uma das marcas da Ascensão. No mês de outubro, a Festa das Crianças aconteceu no dia 14 de outubro (também marcado por um eclipse solar). Nesta tarde, a Paróquia da Ascensão recebeu várias crianças e adolescentes da comunidade para participarem de várias atividades. Tiveram momentos de oração na igreja com os Reverendos. No salão, as brincadeiras, danças e coreografias com as crianças, eram organizadas pela irmã Rayanne. E enquanto a música tocava, do lado de fora, a brincadeira era liderada pela irmã Taciene. Após as atividades, todos se reuniram no salão para um delicioso lanche.

É importante destacar que, na Igreja, a vida de oração e celebrativa só é possível por causa da participação dos leigos, de modo especial das mulheres da comunidade. Mulheres como Nina e Rayane, sua filha, Maria dos Santos e sua filha Lidiana, Andreza, Joana, Cícera, Fátima, Natália e Patrícia, rapidamente se engajaram na vida paroquial e em suas pastorais, como a Legião de Maria. Sem elas, não seria possível a Paróquia organizar e divulgar suas festas, os momentos de oração e devoção, encontros da Legião de Maria ou de formação para o sodalício do altar. Da mesma forma, os homens tiveram seu papel, com as ações missionárias organizadas pelos jovens Anderson Alves e Filipe Wagner. E também a atuação de casais como José Andrade e Zenaide.

Uma das “fórmulas” do rápido crescimento da Ascensão foi o empoderamento dos leigos. A devoção mariana também foi um elemento importante, expressando a piedade popular, modo especial, em zonas periféricas. Recife é uma cidade das grandes devoções marianas, vislumbradas na Festa de Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade, ou na Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Morro, na zona oeste. No coração da Várzea, aos poucos, estava sendo implantada uma devoção a Nossa Senhora de Walsingham.

Em novembro, o Dia de Finados foi marcado por uma missa realizada pela primeira vez na capela do Cemitério dos Ingleses, construído em 1814. Foi uma celebração simples e emocionante, que contou com a presença de famílias que tinham seus entes queridos sepultados naquele local. Pela noite, a Missa foi celebrada na Paróquia, marcando o encerramento do tríduo de Todos os Santos, que teve início no dia 31 de outubro com a Vigília, e o dia seguinte, com a Festa de Todos os Santos. Ninguém imaginava, mas esta primeira missa abria caminhos para algo muito maior no ano seguinte.

UM NOVO ANO, MUITAS MUDANÇAS

O início do ano de 2024 sempre é marcado por três grandes celebrações litúrgicas: A Epifania, o Batismo do Senhor e a Apresentação do Senhor no Templo. Nesta última a Paróquia recebeu uma visita inédita. Junto com a presença do casal de Porto Alegre, Neuzinha e Mangoni, que sempre visitavam a paróquia neste período de férias, junto com eles veio o Reverendo Stephen Taylor, Padre da Diocese de Londres, da Igreja da Inglaterra. Eles puderam acompanhar parte da aula da Catequese Infantil e observarem a participação das crianças na Santa Missa. Nesta mesma noite, a Ascensão também acolheu a presença do Reverendo José Ivan, Padre da Trinity Episcopal Church, da Diocese de Los Angeles, que fez a homilia da noite. Pela primeira vez, clérigos estrangeiros puderam ver o trabalho desenvolvido por uma paróquia anglo-católica no Recife, e os frutos para além dos seus continentes, advindos do Movimento de Oxford.

Outro momento especial aconteceu no mês de março, quando a Paróquia acolheu o casamento de Anderson Soares e Taciene Kelly. Anderson era um jovem ministro leigo da Diocese Anglicana do Recife e um dos mais antigos em serviço na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Em meio à sua caminhada, conheceu Taciene, outra mulher que passou a caminhar junto com ele, na vida, nos sonhos e também na Igreja. E o sonho que se sonha diante de Deus se torna realidade. Na tarde do sábado, 16 de março, o pequeno templo da Ascensão se tornou ainda mais belo, iluminado e cheio de amor, com uma cerimônia que emocionou a todos os presentes. No momento mais esperado, a troca de alianças veio com declarações espontâneas dos noivos, que selaram o seu amor no altar da Ascensão.

Os meses seguintes seguiram como o de costume. Nos dias 24 e 25 de março, os Reverendos Rafael e Bruno estiveram na cidade de João Pessoa, em um retiro organizado em conjunto com a Missão Anglicana Maria Madalena. Ao final do mês celebrou-se a Semana Santa, com a comunidade revivendo a Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. O mês de abril foi marcado por Batismos, cursos para o Sodalício do Altar. E o mês de maio, sempre é especial para a paróquia, por termos as celebrações do Dia das Mães, das Festas Marianas, e, quando cai no calendário litúrgico, a Festa da Paróquia da Ascensão.

E foi neste dia da Festa, que o Reverendo Rafael recebeu uma ligação da Administração do Cemitério dos Ingleses do Recife. Após a celebração de Finados, em 2023, surgiu um convite inesperado: A retomada das celebrações de forma regular. O Cemitério dos Ingleses é uma necrópole construída em 1814, para o sepultamento de cidadãos ingleses que viviam na cidade, mas que também passou a abrigar estrangeiros e brasileiros. Entre os túmulos, destaca-se o do general José Inácio de Abreu e Lima, figura importante nas lutas pela libertação da América. Assim, na manhã do dia 02 de junho de 2024, foram retomadas as missas na Capela do Cemitério dos Ingleses, sendo instituída uma nova comunidade: a Capela Anglicana Nossa Senhora de Walsingham. Na ocasião, os Reverendos Rafael e Bruno foram instalados como os novos capelães, dando continuidade à tradição dos capelães anglicanos no Recife, após um *hiatus* de mais de vinte anos²⁵.

²⁵ Os Capelães do Cemitério dos Ingleses do Recife, pela ordem histórica, foram: Reverendo John Penny (1º capelão britânico); Reverendo Charles A. Austin (o “Padre Inglês”); Reverendo Benjamin F. Tuckniss; Reverendo Midgley; Reverendo William Ding; Reverendo W. E. Macray; Reverendo F. M. Lane; Reverendo George W. Baile; Reverendo J. Meredith Bate; Reverendo Archibald Nicol; Reverendo H. J. Dobb; Reverendo Eric C. Wilcokson; Reverendo J. Gould; Reverendo D. N. Jackson; Reverendo Theodore Hina; Reverendo Cecil R. Burton; Reverendo R. F. Pearce; Reverendo John Ellesworth; Reverendo Denis Pape; Reverendo Alfredo Rocha da Fonseca (1º capelão brasileiro); Reverendo Paulo Roberto Medeiros; Reverendo John Said* (1º capelão estadunidense); Reverendo Philip Getchell;* Reverendo Paulo Ruiz Garcia; Reverendo Anderson Bruno Costa;** Reverendo Rafael Vilaça Epifani Costa**

* Cô-párocos e capelães da Holy Trinity Church. ** Atuais capelães do Cemitério.

Com o início das celebrações na Capela do Cemitério dos Ingleses, a Equipe da Ascensão iniciou um novo trabalho missionário no Bairro de Santo Amaro, no Recife. Como parte da identidade da Paróquia, seus membros reafirmaram seu compromisso como anglicanos, brasileiros, anglo-católicos, carismáticos e marianos, decidindo dedicar esta nova comunidade à Bem-Aventurada Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora de Walsingham.

Nossa Senhora de Walsingham é não apenas a principal devoção mariana na Inglaterra, como também um título especial dado por anglicanos que vêem no exemplo de Maria o melhor exemplo para se seguir ao seu filho, Jesus Cristo, nosso Senhor. Assim, sob a proteção da Mãe de Deus, iniciou-se uma nova fase na história da Paróquia da Ascensão e da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

UMA PARÓQUIA QUE DEIXOU A SUA MARCA

Desde o começo, a Paróquia da Ascensão passou a ser conhecida pelas suas liturgias elaboradas, sempre celebradas de forma solene. Uma das características principais, era a posição do Altar colado à parede, voltado para o Oriente (*ad Orientem*) e dos celebrantes, que sempre voltados para Deus (*versus Deum*), resgatavam as características particulares do cerimonial anglo-católico e das primeiras Igrejas que seguiam o ritualismo próprio do Movimento de Oxford. Isso, desde o início, causou a estranheza a alguns, trazendo vários debates dentro da própria IEAB, principalmente por não ser comum (práticas estas deixadas de lado a partir dos anos 80 e 90, por causa da ascensão da Teologia da Libertação), mas também por causa do gradual interesse de outras pessoas, que buscavam uma comunidade mais tradicional.

Quem visitava a Paróquia pela primeira vez, logo percebia uma igreja bem ornamentada, com o grande altar e púlpitos de mármore, a cruz e os castiçais, seus ícones nas paredes, os genuflexórios para se ajoelhar diante do altar, o uso de velas, incenso, a música litúrgica ao som do órgão, as procissões na rua e muita reverência durante a missa. Essas eram algumas das marcas que identificavam o Anglo-Catolicismo e o Movimento de Oxford. Através da vida de oração, da espiritualidade encarnada, e da administração dos sacramentos, a Igreja oferecia uma experiência única que levava o fiel ao encontro com Deus.

Ao mesmo tempo, a Paróquia da Ascensão também ficou conhecida por se abrir aos dons do Espírito Santo, por sermões fervorosos, unção dos enfermos, e práticas que surgiram com o Movimento Carismático na Igreja Anglicana. Como parte do “Ide”, somos convidados pelo próprio Senhor Jesus Cristo a agirmos no mundo: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Marcos 6:34-44). Desse modo, desde que iniciou o seu trabalho missionário, a Ascensão deu uma atenção especial aos mais necessitados, buscando recursos que muitas vezes chegaram pela Providência Divina. A máxima “sentir com a Igreja”, de Dom Oscar Romero sempre foi a base do trabalho social, que buscou diminuir as dores, não apenas da alma, mas também do corpo, junto aos irmãos, de modo especial, durante as chuvas de maio que atingiram a Comunidade Beira Rio.

O Movimento de Oxford, sem dúvida, foi a inspiração principal para o trabalho desenvolvido na Ascensão. Este foi um momento de renovação espiritual na Igreja da Inglaterra, durante o século XIX, repensando as teses propostas por outro movimento, surgido um século antes na mesma universidade. Assim como o Metodismo, o Movimento de Oxford floresceu em um ambiente universitário, através de estudantes e clérigos recém-ordenados, preocupados com a vida de oração, sua e da Igreja, e com a relevância da mesma em meio ao povo. Ambos se desenvolveram na periferia, em paróquias distantes dos centros urbanos. Buscaram valorizar mais a prática do que as teorias. E assim, a Igreja Anglicana renasceu. A Paróquia tem um pouco dos dois Movimentos: uma forte ênfase na pregação, na Palavra, mas também na Eucaristia, o centro da vida celebrativa da Igreja. Ao mesmo tempo, ela possuía um conteúdo altamente evangélico e uma forma altamente católica. Assim, respondendo a algumas críticas, foi provado que, uma Igreja com um culto elaborado e belo, com uma Liturgia “Alta”, em nada anula sua missão e seu serviço junto ao povo mais simples.

O campo missionário da Ascensão, desde o seu início, foram as ruas e avenidas do bairro, os becos das favelas, as casas e famílias ao redor da Paróquia. A inspiração para este estilo de missão urbana veio dos primeiros padres anglo-católicos na Inglaterra, os chamados Cowley Fathers, e tantos outros, que deram um impulso missionário à Igreja e desenvolveram importantes obras sociais junto à comunidade local e seus trabalhadores. Os clérigos, desde o início estiveram em missão na favela, pisando na lama em tempos de chuva, e colocando a

cara sob o sol. A batina preta, ao mesmo tempo passou a identificá-los também protegendo das altas temperaturas nas caminhadas. E com esse carisma, a Paróquia logo cresceu. Seguindo a máxima de Dom Oscar Romero: "Sentir com a Igreja", a Ascensão cresceu rapidamente em seus três primeiros anos, marcando o Anglicanismo brasileiro, por seu jeito tradicional e carismático, com uma liturgia elaborada e uma linguagem simples e espiritualidade popular.

Durante o segundo semestre, a Equipe da Ascensão, constituída pelos Reverendos Rafael e Bruno, e os ministros leigos Nilson Francisco, Anderson Soares e Rayanne Nascimento, mantiveram as celebrações e as atividades simultaneamente na Paróquia do bairro da Várzea e na Capela, localizada no Bairro de Santo Amaro, no Centro do Recife. Neste tempo, foram realizadas a Instituição de Rayanne como ministra leiga, a Festa de Nossa Senhora de Walsingham, e o Novembro Musical, pela primeira vez organizado na Capela do Cemitério dos Ingleses, e que contou com a apresentação de grupos e quartetos da Igreja Batista.

Todavia, o trabalho voluntário exercido pelos ministros leigos e ordenados, junto ao trabalho secular de cada um e as obrigações da vida privada, não permitiu que se continuasse com o ritmo que antes era empregado – somadas a dificuldades de outras ordens que não cabem aqui detalhar. Diante dos sinais e de outros eventos – que poderão ser tratados em outros textos –, a Equipe iniciou um processo de transição para se estabelecer na Capela – que agora contava com um presente inédito em seu templo: uma imagem da Virgem de Walsingham²⁶.

²⁶ A imagem de Nossa Senhora de Walsingham, presenteada pelo Reverendo Rafael, passou a adornar a Capela. A imagem que conhecemos atualmente é uma réplica do modelo original, que por muitos séculos esteve no santuário em Little Walsingham, Inglaterra (daí o título mariano com esse nome tão peculiar). Buscando reconstruir o Santuário Anglicano, em 1922 o Padre Alfred Hope Patten mandou esculpir uma nova imagem, que se encontra hoje na Santa Casa. Apesar de a imagem representar Maria e Jesus em trajes da realeza anglo-saxã, a imagem do Recife foi esculpida pelo artesão pernambucano e Mestre Santeiro Manoel, da cidade de Ibimirim. Trata-se de uma peça original, não apenas pelo tamanho ou pelo artista, mas por possuir uma estética colonial que aponta para a religiosidade brasileira. Outra característica da imagem, é que, tanto Maria quanto Jesus possuem, ao mesmo tempo, traços europeus e indígenas, constituindo uma imagem fortemente nativa, junto com os motivos floridos nas suas vestes, que apontam para a diversidade étnica de nosso país. Tal obra, única do gênero não apenas no Brasil, mas no mundo todo, é uma representação original, inculturada e com fortes marcas da arte sacra pernambucana e brasileira.

Esse processo de transição, e do encerramento de uma era na Paróquia da Ascensão, foi marcado pela Missa do Natal, ocorrida na noite de 22 de dezembro de 2024, quando, na presença do Bispo e de outros membros da Diocese Anglicana do Recife, o Reverendo Esdras Peixoto foi instituído como o novo pároco da comunidade. O ano de 2024 encerrou-se, com um trabalho inspirador realizado por todos que chegaram, permaneceram ou passaram pela tão conhecida, ora incompreendida, mas marcante Paróquia da Ascensão do Recife.

A história da Paróquia foi registrada não apenas em textos e fotos, mas também no informativo semestral *O Senhor subiu ao Céu* (inspirado na música do Padre Reginaldo Veloso), que contou com seis edições até o fechamento desse texto, sendo publicado em português, espanhol e inglês, e divulgado em várias dioceses e comunidades ao redor da Comunhão Anglicana.

A Igreja segue caminhando e ainda há muito que ser feito. Sem dúvida, o principal legado que a Paróquia da Ascensão deixou em seus primeiros anos, foi o de ser um espaço de fé, de acolhimento, e de celebração da Tradição viva da Igreja, cujos membros, ministros e clérigos, deram um testemunho coerente, a partir das palavras do Profeta João Batista: “É preciso que eu diminua, para que Ele cresça”. É necessário se tornar cada vez menor neste mundo, para fazer brilhar cada vez mais a luz de Cristo sobre as pessoas que mais necessitam. Que Deus abençoe os pés que caminharam, as mãos que trabalharam e as bocas daqueles que tanto louvaram a Deus em seu santo lugar. Nas palavras da Oração de Pós-Comunhão do Livro de Oração Comum: “As nossas mãos estavam vazias, e Tu as enchestes de bens. Amém”.



Batismo de uma família na Paróquia da Ascensão – 2022



Liturgia Dominical – *Ad orientem* e com canto gregoriano – 2022



III Festa de Nossa Senhora de Walsingham – Setembro de 2024